



RELATÓRIO DE GESTÃO  
E CONTAS DO EXERCÍCIO  
DE **2011**



## ÍNDICE

### **005 A / RELATÓRIO DE GESTÃO**

- 006** 1. Nota Introdutória
- 008** 2. Perfil Estratégico
- 012** 3. Atividade Portuária
- 018** 4. Gestão de Concessões e Licenciamentos
- 020** 5. Recursos Humanos
- 024** 6. Modernização Tecnológica do Porto
- 028** 7. Investimento
- 032** 8. Análise Económica e Financeira
- 038** 9. Proposta de Aplicação de Resultados
- 040** 10. Nota Final

### **043 B / DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPECTIVOS ANEXOS**

- 044** 1. Balanço
- 046** 2. Demonstração de Resultados por Natureza
- 048** 3. Demonstração de Resultados por Funções (Suplementar)
- 050** 4. Demonstração das Variações do Capital Próprio
- 052** 5. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto
- 054** 6. Notas Anexas às Demonstrações Financeiras do Exercício de 2011

### **085 C / GOVERNO DA SOCIEDADE**

- 086** 1. Missão, Objetivos e Políticas da Empresa
- 088** 2. Regulamentos Internos e Externos a que a Empresa está sujeita
- 090** 3. Informação sobre as transações relevantes com Entidades relacionadas
- 092** 4. Informação sobre outras transações
- 094** 5. Modelo de Governo
- 098** 6. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais
- 104** 7. Sustentabilidade da empresa nos domínios Económico, Social e Ambiental
- 110** 8. Viabilidade do cumprimento dos Princípios de Bom Governo
- 112** 9. Existência de Código de Ética
- 114** 10. Informação sobre a existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos, o qual deve abarcar todos os riscos relevantes pela empresa
- 116** 11. Identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses
- 118** 12. Explicação fundamentada da divulgação de toda a informação atualizada prevista na RCM nº 49/2007, de 28 de março

<b>121</b>	<b>D / OUTROS DEVERES DE INFORMAÇÃO</b>
<b>122</b>	1. Explicitação das condições e níveis do cumprimento de orientações e objetivos de gestão previstos no artigo 11º do DL nº 300/2007
<b>124</b>	2. Gestão do risco financeiro nos termos do Despacho nº 101/2009 – SETF, de 30 de janeiro
<b>126</b>	3. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) em conformidade com a RCM 34/2008, de 22/2 e respetiva alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13/4
<b>128</b>	4. Divulgação de atrasos nos pagamentos (“arrears”) conforme definidos no Decreto-lei nº 65-A/2011, de 17 de maio
<b>130</b>	5. Cumprimento dos deveres especiais de informação, nos termos do Despacho nº 14277/2008, de 23 de maio
<b>132</b>	6. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2010
<b>134</b>	7. Cumprimento das orientações legais relativas a remunerações
<b>136</b>	8. Cumprimento da orientação constante no Despacho nº 438/10 – SETF, de 10 de maio, relativa às normas de contratação pública
<b>138</b>	9. Implementação de medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), ao nível da racionalização da política de aprovisionamento de bens e serviços
<b>140</b>	10. Cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2010 no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC)
<b>142</b>	11. Cumprimento do Plano de Redução de Custos, conforme Despacho nº 155/2011-MEF, de 28 de abril
<b>146</b>	12. Cumprimento do previsto no artigo 17º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado
<b>151</b>	<b>E / RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO FISCAL</b>
<b>163</b>	<b>F / CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS</b>
<b>169</b>	<b>ADENDA - APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>





A /

RELATÓRIO DE GESTÃO

A /

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA



O ano de 2011 foi claramente marcado pela retração da economia nacional e pela instabilidade vivida em termos económico-financeiros em todo o espaço europeu, onde se situam os principais parceiros económicos do país. Apesar deste quadro macroeconómico desfavorável, o setor portuário nacional apresentou uma dinâmica assinalável.

O Porto de Sines foi um bom exemplo do que se refere, quer no que respeita à movimentação de mercadorias em que apresentou um crescimento relativamente ao ano anterior, consolidando a sua posição de maior porto português com aproximadamente 40% do total da carga operada em portos nacionais, quer quanto aos seus resultados económico-financeiros, com um crescimento do seu lucro de aproximadamente 39%, o qual atingiu 8,4 milhões de euros contra os 6,0 milhões do ano anterior.

Para além de ter sido globalmente um bom ano em termos de atividade portuária, os resultados apresentados refletem também a racionalização conseguida em termos de gastos operacionais, no cumprimento das orientações do acionista Estado, tendo sido atingida uma redução global de aproximadamente 25%, relativamente a 2009, no agregado dos Fornecimentos e Serviços Externos e dos Gastos com Pessoal, superando, assim, os 15% definidos nestas orientações.

Para estes resultados muito contribuiu o crescimento continuado do Terminal de Contentores que movimentou quase 448 mil TEU (TEU - *Twenty-foot equivalent unit* – representa a capacidade de carga de um contentor standard de 20 pés), mantendo uma trajetória de crescimento desde o início das suas operações em 2005 que permite perspetivar que o Porto de Sines se tornará já em 2012 o maior porto nacional de contentores. Este crescimento apenas foi possível com a continuação do desenvolvimento faseado do Terminal de Contentores pela concessionária PSA Sines que em 2011 finalizou o investimento de expansão do cais para 730 metros e contava já com 3 dos 4 novos pórticos super-post panamax previstos no âmbito da designada Fase IB de desenvolvimento, totalizando assim cinco pórticos em funcionamento no final do ano em questão.

Também a APS realizou em 2011 um forte volume de investimento que totalizou 22,2 milhões de euros, sendo que cerca de 90% deste valor corresponde à obra da 2ª fase de ampliação do Molhe Leste que se iniciou fisicamente neste ano e que tem um custo estimado global de 38 milhões de euros. Trata-se de um investimento imprescindível em termos de infraestruturas de proteção marítima para as operações portuárias do Terminal de Contentores nas suas posteriores fases de desenvolvimento. Ainda no âmbito deste projeto, foi decidido aprofundar as dragagens dos acessos marítimos e da zona de manobra ao Terminal de Contentores (TXXI) para os 17,5 m ZH de modo a estabelecer as condições para a futura receção dos “megacarriers” de 18.000 TEU correspondentes aos maiores navios que constam das carteiras de encomendas dos principais armadores, os quais terão calados entre os 16 e os 17 m.

A exemplo de anos anteriores, os investimentos de modernização tecnológica do porto no domínio das tecnologias de informação e comunicação foram uma prioridade da empresa, atingindo cerca um milhão de euros, tal como o investimento continuado em equipamentos de segurança e ambiente.

O ano de 2011 fica também marcado pelas primeiras operações de descarga de matérias-primas para a ARTLANT, que no final do ano se encontrava a realizar os testes finais aos equipamentos da sua unidade industrial na ZILS – Zona Industrial e Logística de Sines com vista a iniciar a produção de PTA.

Durante o ano de 2011, a APS renovou as suas certificações nos sistemas de Gestão da Qualidade (conforme a norma ISO 9001:2008), de Gestão Ambiental (de acordo com a norma ISO 14001:2004) e de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (em conformidade com a norma OHSAS 18001:2007), reforçando o seu compromisso de focalização no cliente e na sustentabilidade da sua atividade.

Por último de referir que, em linha com as melhores práticas de governação e com as recomendações internacionalmente reconhecidas, a APS dispõe de um plano de prevenção de riscos de compliance que, na revisão realizada em 2011, passou a incluir todos os processos operacionais da empresa.

A /

## 2. PERFIL ESTRATÉGICO



A visão e a missão do Porto de Sines encontram-se formuladas da seguinte forma:

## MISSÃO

“Assegurar o exercício das competências e atribuições de planeamento, modernização, promoção e regulação do Porto de Sines, visando a racionalização e otimização do aproveitamento dos seus recursos e a eficiência económica e operacional, no respeito pelos requisitos de segurança e ambientais, proporcionando satisfação aos clientes e valor acrescentado no mercado ibérico e europeu.”

## VISÃO

Ser um porto mais eficiente e competitivo que, tirando partido das suas infraestruturas portuárias e das suas características físicas e geográficas, se consolida como um ativo estratégico nacional com relevo no contexto portuário europeu e mundial. Na prossecução da sua Missão, a APS assume os seguintes valores:

## VALORES

### RESPEITO

A APS respeita o trabalho desenvolvido pelos seus interlocutores e todas as partes interessadas com que se relaciona no âmbito das suas funções.

### INTEGRIDADE

A APS cumpre a legislação e a regulamentação em vigor, com especial atenção para o cumprimento de responsabilidades de natureza fiscal, de concorrência, de proteção do consumidor, de proteção do trabalhador e do local de trabalho, de natureza ambiental, de segurança e de índole laboral.

### RESPONSABILIDADE

A APS atinge os seus objetivos através da otimização dos recursos, honrando o compromisso com as partes interessadas no propósito de promover o seu desenvolvimento sustentável, tendo como orientação a procura das melhores soluções para o interesse público.

### CONFIANÇA

A APS fomenta e inspira o comportamento, honesto e íntegro, que motiva a confiança dos colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores e sociedade envolvente, promovendo, em tempo útil, o debate necessário à tomada de decisões.

### EXCELÊNCIA

A APS visa a superação das necessidades e expectativas dos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores e sociedade envolvente, impulsionando a excelência de desempenho.

### TRANSPARÊNCIA

A APS modela a sua atuação por padrões de integridade e honestidade, cumprindo as suas obrigações de forma responsável e transparente.

### INOVAÇÃO

A APS salvaguarda a sua competitividade na inovação e integração de novas tecnologias no processo produtivo.

O Plano Estratégico do Porto de Sines, inicialmente desenvolvido num horizonte temporal até 2010 e posteriormente enquadrado pelas Orientações para o Setor Marítimo-Portuário definidas pelo MOPTC em dezembro de 2006, alargando o horizonte temporal até 2015, apresenta os seguintes objetivos estratégicos:

**Objetivo 1** / Consolidação do Modelo de Gestão como *LandLord Port*;

**Objetivo 2** / Duplicar a movimentação de mercadorias entre 2005 e 2015;

**Objetivo 3** / Afirmação do Porto de Sines como motor da atividade económica regional e nacional;

**Objetivo 4** / Desenvolver a Info-estrutura portuária;

**Objetivo 5** / Aumentar a segurança marítima e portuária.

Por sua vez, os objetivos são incorporados por linhas de ação, nas quais se enquadram os projetos, constituindo o designado Programa Neptuno (reformulado), conforme quadro seguinte:

OBJ 1 - CONSOLIDAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO COMO LANDLORD PORT

LA1.01	CONCESSÃO DE OPERAÇÕES			
	P1.01.01	Concessão do TGL e da GIR do Porto de Sines	DCA	concluído
	P1.01.02	Reavaliação do desempenho do contrato com a Docapesca	DCA	concluído
LA1.02	CERTIFICAÇÃO DO PORTO			
	P1.02.01	Certificação Qualidade ISO9001:2000	GQL	concluído
	P1.02.02	Certificação Ambiente ISO14001:2004	DSA	concluído
	P1.02.03	Certificação Segurança OHSAS18001:1999	DSA	concluído
	P1.02.04	Certificação Segurança TI/SI ISO27001:2005	DSC	em curso
LA1.03	CONTROLO DE GESTÃO			
	P1.03.01	Implementação da Contabilidade Analítica com imputação de custos indirectos	DFE	concluído
	P1.03.02	Implementação de DW e aproximação ao BSC	DSC	concluído
	P1.03.03	Elaboração do Reporte Anual de informação sobre as Concessões	DCA	concluído
	P1.03.04	Elaboração do Relatório de Sustentabilidade do Porto	DFE	concluído
	P1.03.05	Sistema de identificação e gestão de Imobilizado	DSC	concluído
LA1.04	VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO			
	P1.04.01	Criação do Modelo de Avaliação	DRH	concluído
	P1.04.02	Criar um programa de formação na área de segurança e protecção marítima	DRH	concluído
	P1.04.03	Implementação do módulo de HCM e Portal no ERP SAP	DRH	concluído
LA1.05	COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL			
	P1.05.01	Convénios com instituições de Ensino	DRH	concluído

OBJ 2 - INCREMENTO DA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM 102% ATÉ 2015

LA2.01	AUMENTAR E DIVERSIFICAR A MOVIMENTAÇÃO DO TGLS			
	P2.01.01	Estudo e projecto de execução da Reabilitação do Molhe Oeste	DIO	concluído
	P2.01.02	Estudo das medidas a adoptar para o aumento de frequência de navios	DMP	concluído
	P2.01.03	Reengenharia de piping e reordenamento de tancagem	DIO	concluído
LA2.02	AUMENTAR E DIVERSIFICAR A MOVIMENTAÇÃO DE CARGA GERAL NO TMS			
	P2.02.01	Concessão de lotes de armazenagem	DCA	em curso
LA2.03	AFIRMAÇÃO DO TXXI NO MERCADO INTERNACIONAL DE CONTENTORES			
	P2.03.01	Expansão do terrapleno, cais e equipamentos de movimentação (acompanhamento)	DCA	em curso
	P2.03.02	Estudo do layout da interface terminal/ferrovia (acompanhamento)	DIO	em curso
	P2.03.03	Estudo e execução da obra de ampliação do Molhe Leste	DIO	em curso
	P2.03.04	Melhoramento da ligação ferroviária porto/ZILS (acompanhamento)	DIO	concluído
LA2.04	AUMENTAR A MOVIMENTAÇÃO E A CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE GNL			
	P2.04.01	Expansão do Terminal de Gás Natural Liquefeito de Sines (acompanhamento)	DCA	em curso

OBJ 3 - AFIRMAÇÃO DO PORTO DE SINES COMO MOTOR DA ACTIVIDADE ECONÓMICA REGIONAL E NACIONAL

LA3.01	DESENVOLVER A ZONA DE ACTIVIDADES LOGÍSTICAS			
	P3.01.01	Construção das Infraestruturas Básicas do Polo A	DIO	concluído
	P3.01.02	Construção do Edifício de Apoio Logístico do Polo A	DIO	concluído
	P3.01.03	Implementar modelo de promoção da ZAL	DAC	concluído

LA3.02	P3.01.04	Participação no desenvolvimento da zona extra-portuária da ZAL Sines	DCA	em curso
	P3.01.05	Operacionalização do arranque da ZAL de Sines	DCA	concluído
	REORNENAMENTO E SINERGIAS PORTO/CIDADE/ZILS E HINTERLAND			
	P3.02.01	Elaboração do plano de ordenamento Porto/Zils	DIO	em curso
	P3.02.02	Negociação e aprovação da nova área de jurisdição da APS	DIO	concluído
LA3.03	P3.02.03	Implementação do Sistema de Identificação e Informação Geográfica	DIO	em curso
	DESENVOLVER ACESSIBILIDADES AO HINTERLAND			
	P3.03.01	Incremento das condições de segurança no IP8 na Zils (acompanhamento)	DIO	em curso
	P3.03.02	Construção do IP 8 - Ligação Santiago/A2 (acompanhamento)	DIO	em curso
	P3.03.03	Construção do IC33 - A2/Évora (acompanhamento)	DIO	em curso
LA3.04	P3.03.04	Construção IP8 - A2/Beja (acompanhamento)	DIO	em curso
	P3.03.05	Construção Ferrovia Bombel/Casa Branca/Évora (acompanhamento)	DIO	concluído
	P3.03.06	Construção Ferrovia Évora/Elvas (acompanhamento)	DIO	em curso
	P3.03.07	Construção Ferrovia Sines/Casa Branca (acompanhamento)	DIO	em curso
	P3.03.08	Construção da Variante de Alcácer (acompanhamento)	DIO	concluído
LA3.04	AFIRMAÇÃO DO PORTO DE SINES COMO PORTA ATLÂNTICA DA EUROPA			
	P3.04.01	Desenvolver modelo de promoção, com organismos da Zona Económica de Sines/Santiago do Cacém (acompanhamento)	DAC	concluído
OBJ 4 - DESENVOLVER INFO-ESTRUTURA PORTUÁRIA				
LA4.01	IMPLEMENTAÇÃO DE “JANELA ÚNICA PORTUÁRIA”			
	P4.01.01	PCom - Plataforma Comum Portuária	DSC	concluído
LA4.02	HARMONIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS			
	P4.02.01	PIPE - Procedimentos e Informação Portuária electrónica	DSC	concluído
LA4.03	AUTO-ESTRADAS DO MAR			
	P4.03.01	PORTMOS – Integração do Sistema Marítimo-Portuário nas Auto-Estradas do Mar	Adm	concluído
LA4.04	SUPORTE E HELPDESK			
	P4.04.01	Implementação do Centro de Sistemas e Helpdesk	DSC	concluído
OBJ 5 - AUMENTAR A SEGURANÇA MARÍTIMA E PORTUÁRIA				
LA5.01	SEGURANÇA MARÍTIMA			
	P5.01.01	VTS Costeiro (acompanhamento)	DMP	concluído
	P5.01.02	Implementar Sistema de Integração de Comunicações	DMP	concluído
	P5.01.03	Modernização do Centro de Controlo de Tráfego (VTS)	DMP	concluído
	P5.01.04	Porto de Abrigo	DMP	concluído
	P5.01.05	Unidade rápida de Comando Marítimo	DMP	concluído
LA5.02	SEGURANÇA PORTUÁRIA			
	P5.02.01	SSP - Sistema de Supervisão Portuária	DSA	concluído
	P5.02.02	Cartão Único do porto	DSA	concluído
	P5.02.03	Implementação da Directiva ISPS	DSA	concluído
	P5.02.04	Implementação do Centro de Controlo Logístico e Segurança (CCLS)	DIO	em curso
	P5.02.05	Renovação e re-equipamento dos meios de intervenção	DSA	em curso

A /

### 3. ATIVIDADE PORTUÁRIA

### 3.1. MOVIMENTO DE NAVIOS

Em 2011, o Porto de Sines registou uma movimentação total de 1.573 navios, dos quais 1.519 realizaram operação comercial de movimentação de mercadorias. Contrariando o decréscimo de 3,9% no número de navios entrados face a igual período homólogo do ano transato, registou-se um incremento em 8,4% do porte (GT – Gross Tonnage) associado, totalizando 41.966.873 toneladas de arqueação bruta.

	2010	2011	Var. (%)
Nº Entradas Navios	1.636	1.573	-3,9%
GT	38.714.103	41.966.873	8,4%

Tal significa a continuação da tendência de aumento do porte médio dos navios que escalam este porto, que em 2011 atingiu o valor de 26.680 GT, o que reforça a sua vocação como porto de águas profundas capaz de receber os maiores navios em operação na atualidade.

Esta tendência deverá manter-se nos próximos anos como resultado das alterações introduzidas pelos grandes operadores de transporte marítimo nas suas frotas, com a opção por navios de maior porte em detrimento de uma maior quantidade de navios de portes inferiores, como é exemplo a evolução da carteira de encomendas dos navios porta-contentores de última geração triple E de 18.000 TEU.

### 3.2. MOVIMENTO DE MERCADORIAS

O Porto de Sines completou o ano de 2011 com um crescimento ligeiramente superior a 1%, relativamente a igual período homólogo (2010), totalizando 25,8 milhões de toneladas movimentadas.

Para este crescimento muito contribuíram todos os terminais especializados do Porto de Sines, exceção feita ao Terminal de Granéis Líquidos que, por força de uma paragem técnica do seu maior cliente, por mais de um trimestre, registou um decréscimo de 13,4% que representou mais de 2 milhões de toneladas. Ainda assim, com um total de 13,3 milhões de toneladas movimentadas em 2011, continuou a assumir a primeira posição no porto, contribuindo com 51,8% do total de mercadorias movimentadas.

Unid.: Kton.			
TERMINAL	2011	2010	VAR. (%)
Terminal de Granéis Líquidos	13.349,05	15.422,68	-13,4%
Terminal Petroquímico	648,36	486,89	33,2%
Terminal Multipurpose	4.135,79	3.092,24	33,7%
Terminal de Contentores	5.505,71	4.411,12	24,8%
Terminal de Gás Natural	2.153,24	2.102,38	2,4%
<b>Total Geral</b>	<b>25.792,15</b>	<b>25.515,31</b>	<b>1,1%</b>

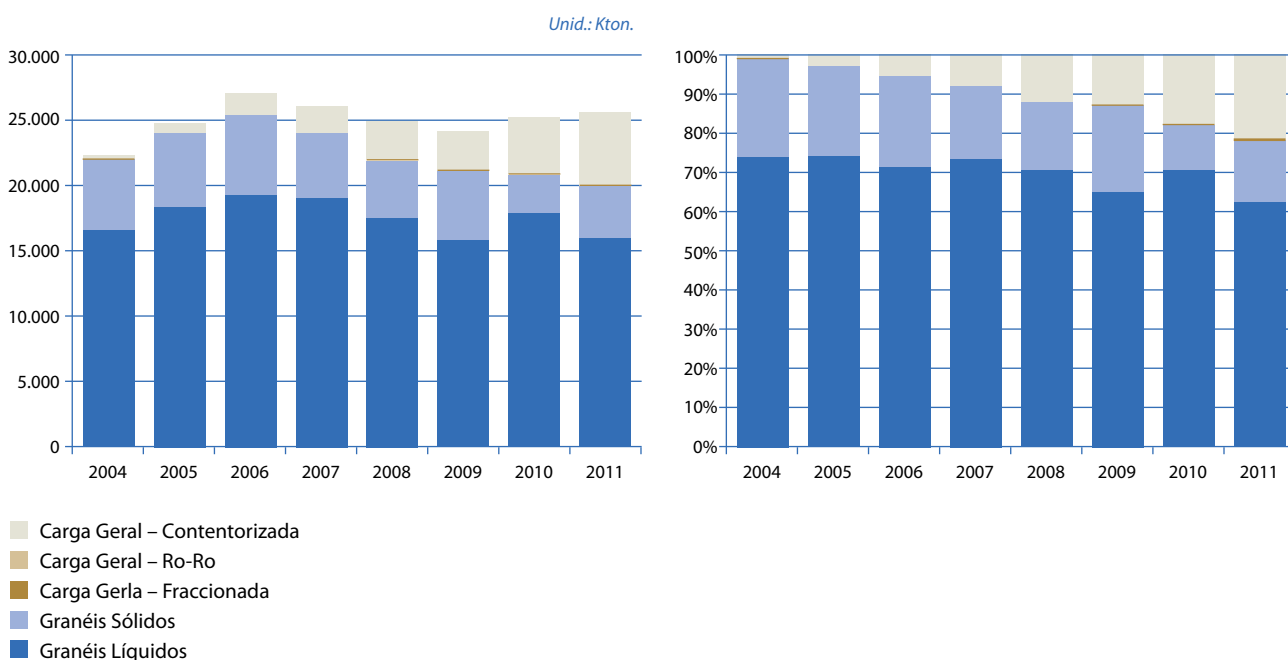
O Porto de Sines reforçou em 2011, a sua posição na liderança do mercado das exportações do setor marítimo-portuário nacional, posição já alcançada em 2010. Este mercado representa uma importante dinâmica estratégica do Porto de Sines na economia nacional, decorrente por um lado do posicionamento desta importante infraestrutura portuária face às grandes rotas de navios porta-contentores e por outro das características inerentes ao porto a que lhe está associado o tecido empresarial e industrial envolvente.

Para tal contribuíram todos os terminais dedicados do Porto de Sines, com destaque para os Terminais de Contentores, de Granéis Líquidos e Petroquímico com uma movimentação associada de mercadorias como os refinados (gasolinas, gasóleos, fuel óleos e gases liquefeitos), refinados, pedras trabalhadas, papel e cartão, cerâmicas, peças metálicas e plásticas, moldes, polímeros, maquinaria e instrumentos.

Os principais destinos das mercadorias exportadas continuaram a ser os Estados Unidos, Gibraltar, Canada, México, Extremo Oriente, Europa Central, e Espanha, tendo-se-lhe associado como novos destinos de relevo o Brasil, Arábia Saudita, Egito e Emiratos Árabes Unidos.

Com um peso de 21,3% no movimento total de mercadorias no porto, destaque para a prestação do movimento da carga contentorizada no Terminal de Contentores com um total neste segmento de carga que superou, pela primeira vez desde o início das operações em 2004, os 5 milhões de toneladas e que, no quadro dos resultados das exportações nacionais, registou um acréscimo que superou os dois dígitos face ao seu contributo em 2010.

### EVOLUÇÃO DO PESO POR TIPOLOGIA DE CARGA



### 3.3. MOVIMENTO DE CONTENTORES

No decurso do exercício de 2011, foram movimentados no Porto de Sines 447.495 TEU, a que correspondeu um novo recorde neste segmento de carga. Este registo representa um crescimento de 17,1% face ao ano anterior.

Este resultado reflete o efeito de ser um porto hub de distribuição para o continente Asiático, onde surge a China em primeiro lugar no top dos países com maior volume de trocas “comerciais” com Sines, com uma quota de 22,4%, ou seja, um em cada cinco contentores a terem como origem ou destino um porto daquele país asiático. Esta distribuição é igualmente efetuada para o continente Americano, de onde se destacam o Canadá, os Estados Unidos da América, o México e o Brasil, o continente Africano e, naturalmente, o continente Europeu, com a Espanha, a Bélgica, a Turquia e a Itália a surgirem como principais países de origem ou destino desta tipologia de carga.

O mercado das exportações efetuadas com base em Sines, ao nível da carga contentorizada, para além dos países Europeus, nomeadamente Espanha, a Bélgica, a França, a Turquia e a Alemanha, tem também como alvo a China, os Estados Unidos da América, Singapura, México e Brasil.

	2010	2011	Var. (%)
TEU	382.089	447.495	17,1%
Número contentores	250.439	301.892	20,5%

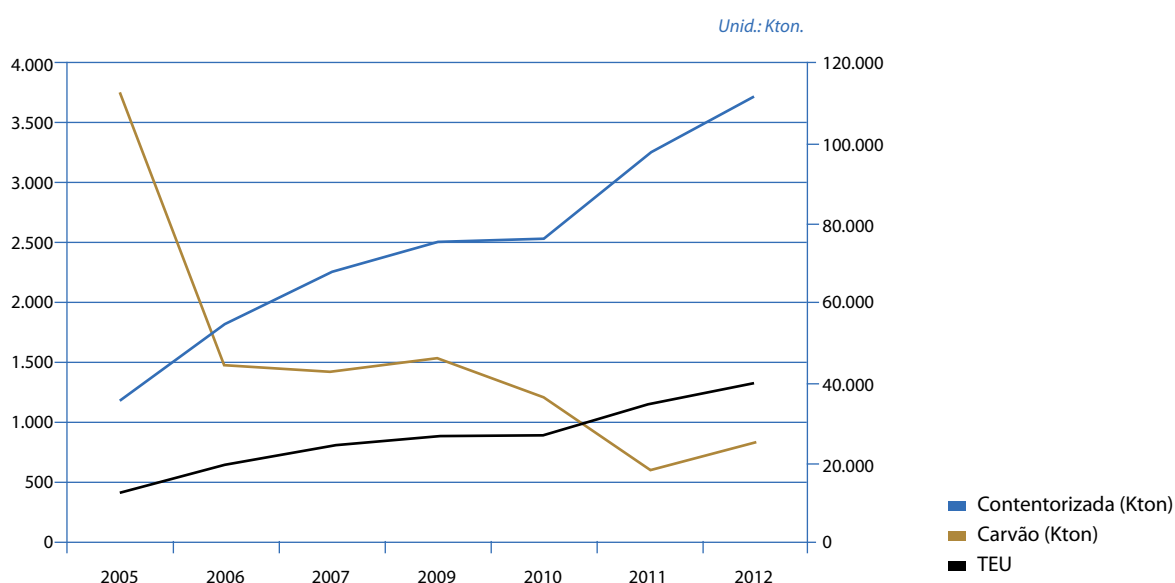
### 3.4. MOVIMENTO FERROVIÁRIO

Pela sua importância para o desenvolvimento sustentado do Porto de Sines, aliando a competitividade em termos económicos à minimização das externalidades em termos ambientais, deve destacar-se o crescimento do transporte ferroviário de mercadorias com base no Porto de Sines no que se refere à carga contentorizada, após o arranque das operações do Terminal de Contentores em 2004.

Assim, na qualidade de maior porto intermodal ferroviário, o aumento de 22% na carga movimentada por ferrovia, registado em 2011 face ao seu exercício anterior, correspondeu a um volume total de mercadorias de quase 2,2 milhões de toneladas movimentadas e 111.664 TEU, num total de 3.629 comboios com origem ou destino ao hinterland Ibérico.

Já no que respeita ao carvão, a evolução do movimento ferroviário reflete de forma direta a evolução dos volumes desta matéria-prima importados através do Porto de Sines com destino à Central Termoelétrica do Pego, Abrantes.

#### MOVIMENTO FERROVIÁRIO DE MERCADORIAS



### 3.5. SERVIÇOS REGULARES

O crescimento sustentado do volume de contentores movimentados no Porto de Sines tem assentado na consolidação dos tráfegos de ligação a economias mundiais com elevados índices de crescimento, como é o caso da República Popular da China, associado aos grandes países consumidores do globo, como os Estados Unidos da América (com uma ligação à Costa Leste e outra ao Golfo do México) e à Costa Atlântica do Canadá, através de serviços regulares semanais.

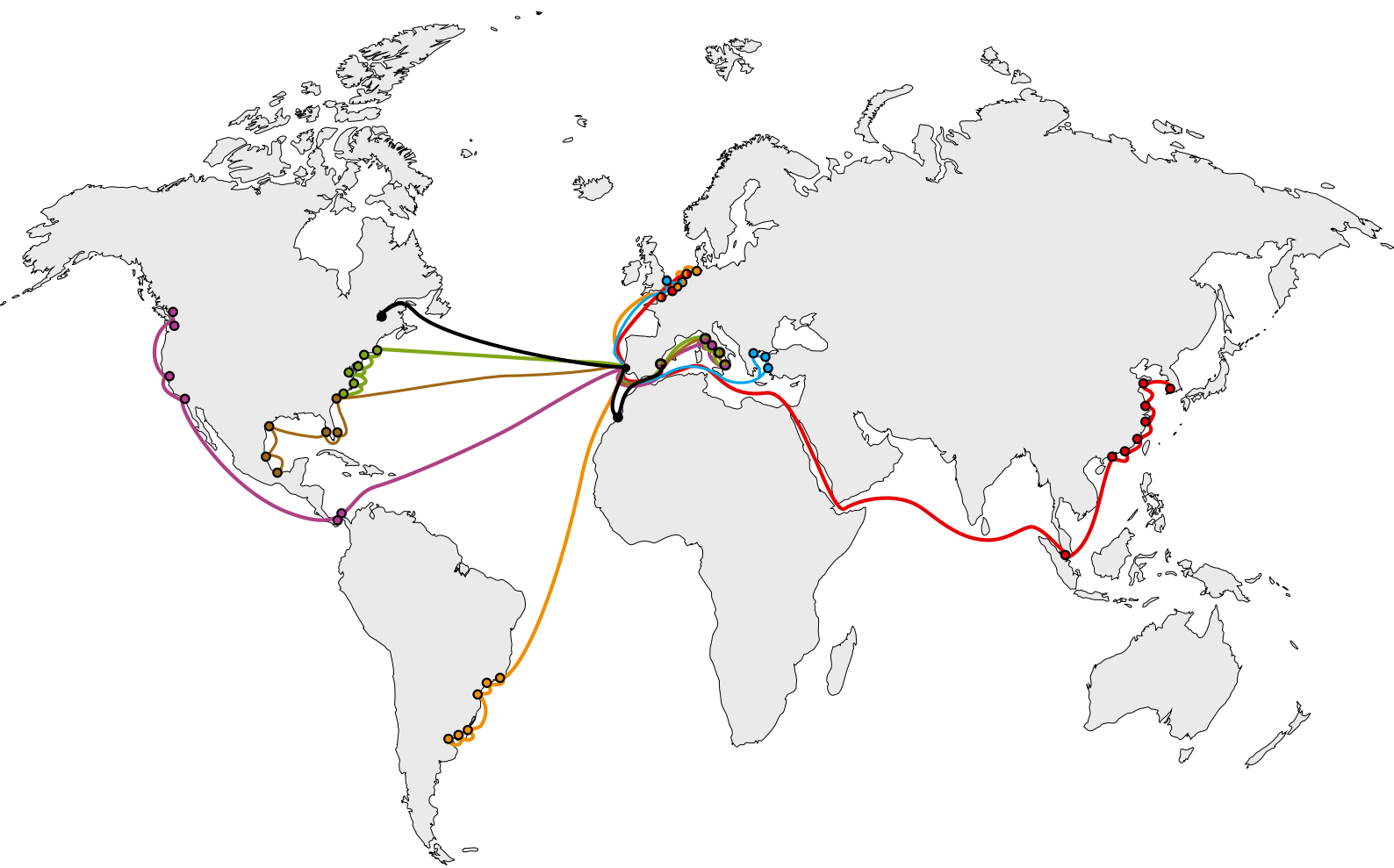
A partir de 2011, com o início do serviço regular para o Brasil, o Porto de Sines passou a funcionar como plataforma giratória das mercadorias dos serviços do Extremo Oriente para a América do Sul, e por outro lado, permitiu o incremento da movimentação de cargas entre a Europa e aquela região do globo. Tratou-se, de uma nova solução logística pioneira, pois pela primeira vez foram ligadas duas grandes regiões emergentes do mundo (Extremo Oriente e América do Sul) utilizando os serviços de linha regular de um porto português.

No final do ano foram ultimados os contactos com vista à reformulação do serviço do Brasil, alargando-o aos países vizinhos do Uruguai e Argentina, apostando no desenvolvimento do MERCOSUL no panorama internacional, assim como para o estabelecimento de uma nova ligação regular à costa oeste do continente Americano, ligando Sines aos portos do pacífico dos Estados Unidos e do Canadá através do Canal do Panamá. Com estas ligações regulares aos principais mercados de produção e consumo o Porto de Sines oferece às empresas exportadoras nacionais tempos de trânsito mais curtos, contribuindo para o aumento da competitividade internacional das empresas portuguesas. Como hub portuário para a Península Ibérica, o Terminal de Contentores oferece ainda ligações feeder aos principais portos espanhóis, com destaque para os portos do norte de Espanha.



No mapa seguinte mostram-se os serviços regulares de linha de contentores que escalavam o Porto de Sines no final de 2011 ou com início programado para o início de 2012:

**LINHAS DIRETAS A MERCADOS REMOTOS**



USNAT SERVICE	US GULF SERVICE	MEDITERRANEAN SERVICE	LION SERVICE	MEDCANADA SERVICE	SOUTH AMÉRICA EAST COAST	CALIFORNIA EXPRESS
Valência, Gioia Tauro, Napoli, La Spezia, Sines, Boston, New York, Baltimore, Norfolk, Savannah, Charleston.	Barcelona, Gioia Tauro, Napoli, La Spezia, Valência, Sines, Port Everglades, Vera Cruz, Altamira, Houstoun, New Orleans, Freeport.	Bremerhaven, Le Havre, Felixstowe, Hamburg, Rotterdam, Sines, Instambul, Gemlik, Aliaga.	Qingdao, Busan, Ningbo, Shangai, Nasha, Hong Kong, Yantian, Chiwan, Suez, Sines, Le Havre, Hamburg, Bremerhaven, Antuérpia, Felixstowe, Gioia Tauro, Singapura.	La Spezia, Barcelona, Valência, Casablanca, Sines, Montreal.	Antuérpia, Roterdão, Hamburgo, Bremerhaven, Le Havre, Sines, Rio de Janeiro, Santos, Montevideo, Buenos Aires, Rio Grande, Navegantes, Itaguaí.	Gioia Tauro, Civitavecchia, La Spezia, Valência, Sines, Cristobal, Balboa, Long Beach, Oakland, Vancouver, Seattle.



A /

## 4. GESTÃO DE CONCESSÕES E LICENCIAMENTOS

O principal destaque do ano de 2011 foi a consolidação do incremento de atividade da ZALSINES – Zona Intraportuária, que registou o seu terceiro ano completo de comercialização e atividade. A nave logística da SITANK registou a sua primeira operação a 3 de janeiro de 2011, verificando-se neste primeiro ano de funcionamento um volume assinalável de operações efetuadas e de tráfego de contentores.

Nos escritórios do Edifício de Apoio Logístico A9, verificou-se um reforço da taxa de ocupação, atualmente próxima da plena ocupação. Para tal contribuiu, não só a contratação de mais escritórios por parte de empresas instaladas, mas também a celebração de novos contratos com empresas, todas elas pertencentes à comunidade portuária de Sines, como sejam a SGS, a MSC Logistics e, já em 2012, a Luís Filipe Gomes, empresa do grupo NAVIGOMES. O sucesso na comercialização destes espaços num período de contração económica denota a qualidade e a competitividade do produto ZALSINES, facto que permite encerrar com confiança o desenvolvimento futuro da plataforma.

Em termos de novos contratos, destaca-se a licença de uso privativo de uma parcela de terreno da área reservada do Terminal Multipurpose, outorgada, em outubro de 2011, à Compelmada Internacional, S.A. para a montagem de uma máquina carregadora de navios de minério de ferro e a atribuição à Touchvalue – Decapagem e Pintura Industrial, Lda., mediante hasta pública, do licenciamento dos pavilhões 1 e 2 junto à Pedreira de Monte Chãos, com efeitos a 21 de novembro de 2011 e por um prazo inicial de cinco anos.

Em 2011 é igualmente de destacar a assinatura do Contrato de Concessão de Uso Privativo de Terrenos do Domínio Público, celebrado entre a APS, S.A. e a SIGÁS, Armazenagem de Gás, A.C.E., em 12 de agosto de 2011, mas com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2011, por forma a regularizar a utilização pela SIGÁS dos terrenos onde se situa a caverna de armazenagem de GPL, cuja propriedade por via do Decreto-lei nº 95/2010, datado de 29 de julho de 2010, transitou da Câmara Municipal de Sines para a APS, S.A..

Inserido na gestão dos contratos de concessão e licenciamentos, e no que se refere à PSA Sines, é de destacar a conclusão das obras de ampliação do cais do Terminal de Contentores para 730 metros, a construção de área adicional de depósito para armazenagem, atingindo um total não inferior a 24 hectares, e a conclusão do processo de aquisição de 3 pórticos de cais adicionais, em conformidade com o previsto no Contrato de Concessão do Terminal de Contentores para a respetiva Fase 1 B.

Em 2011 registou-se igualmente a continuidade da concretização das obras do projeto de Expansão do Terminal de Gás Natural Liquefeito de Sines (PETS), o qual contempla a construção de um terceiro tanque criogénico, com a capacidade de 150.000m<sup>3</sup> (aumentando a capacidade de armazenagem total do terminal para 390.000m<sup>3</sup>), o aumento da capacidade de emissão para

1.350.000m<sup>3</sup>(n)/h e ainda a construção de novas condutas de adução e rejeição de águas. No que se refere a estas obras, é de realçar o facto do Terminal de Gás Natural Liquefeito de Sines ser o maior ponto de abastecimento do gás natural consumido em Portugal o que motiva a necessidade de operacionalidade do terminal durante 365 dias por ano. O grande desafio do PETS foi por este motivo manter o terminal permanentemente operacional durante os trabalhos de construção do projeto de expansão. Graças à sua localização geográfica e eficiência, este terminal promete ser uma porta de entrada privilegiada de gás natural para a Europa.

O ano de 2011 fica também marcado pelas primeiras operações de descarga de matérias-primas para a ARTLANT, que no final do ano se encontrava a realizar os testes finais aos equipamentos da sua unidade industrial na ZILS com vista a iniciar a produção de PTA. Trata-se de um projeto muito relevante para o porto, na medida em que pressupõe a importação anual de 520.000 toneladas de matérias-primas através do TGLS e a exportação de 27.000 TEU anuais de produto final através do TXXI. Em termos de matéria tarifária, destaca-se a decisão sobre a não atualização do Regulamento de Tarifas da APS para o ano de 2012, de modo a incentivar a atividade económica e a defender os interesses e a competitividade do porto e dos seus clientes.

As receitas relativas aos contratos de concessão e licenciamentos atingiram, em 2011, 16,7 milhões de euros, mais 3,4% do que em 2010. Este crescimento face ao ano anterior, na ordem de meio milhão de euros, é relevante, na medida em que as taxas das concessões e dos licenciamentos não sofreram atualizações anuais relativamente a 2010, como forma de compensação pela situação de deflação verificada em 2009.

Em termos de crescimento, os destaques vão para as concessões do Terminal XXI, do Terminal de GNL e da Caverna de GPL da SIGÁS. No Terminal XXI verificou-se um novo aumento no número de TEU movimentados (+17%), o que, aliado ao esquema progressivo de aplicação de royalties e à desvalorização do euro face ao dólar, possibilitou um aumento dos respetivos proveitos na ordem dos 37%, para um total superior a 715 mil euros. O Terminal XXI passou assim a ser a 4ª concessão que mais proveitos gera para a APS, relegando a concessão do serviço de reboque e amarração para a 5ª posição. Os 3 primeiros lugares deste ranking são ocupados, respetivamente, pelas concessões do TGLS, do TMS e dos Lotes de Terreno 1 e 2 para cimentos e produtos similares. No que respeita à concessão do Terminal de Gás Natural, e para além dos proveitos associados à cedência das parcelas 14 e 15 para apoio às obras de construção do 3º tanque de armazenagem, há também a salientar o aumento da taxa da concessão propriamente dita, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2011, conforme estipulado contratualmente.

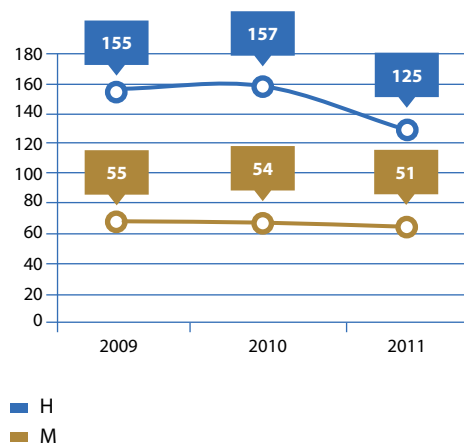
De referir ainda que em 2011, a APS decidiu mais uma vez candidatar a Praia Vasco da Gama ao Programa Bandeira Azul, tendo esta recebido o referido galardão de qualidade, conforme já vem ocorrendo desde 2007.

A /

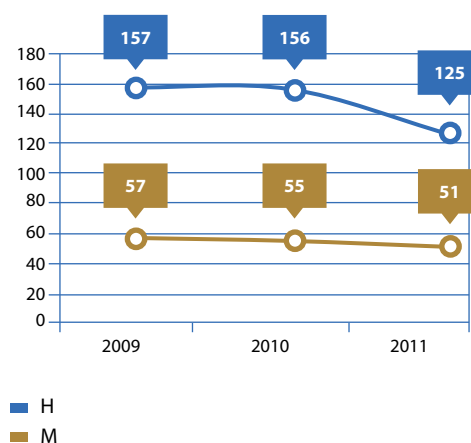
## 5. RECURSOS HUMANOS

A redução apresentada em 2011 é explicada pela forma de classificação e contabilização dos encargos relativos aos 33 trabalhadores afetos à prestação de serviços em empresas concessionárias, os quais deixaram de ser considerados nos gastos com pessoal da empresa, deixando igualmente de ser contabilizado em proveitos o reembolso efetuado pelas concessionárias em questão, e de constar nos diversos agregados de pessoal com o necessário reflexo em termos dos indicadores reportados seguidamente:

#### EVOLUÇÃO DO EFETIVO EM 31 DE DEZEMBRO

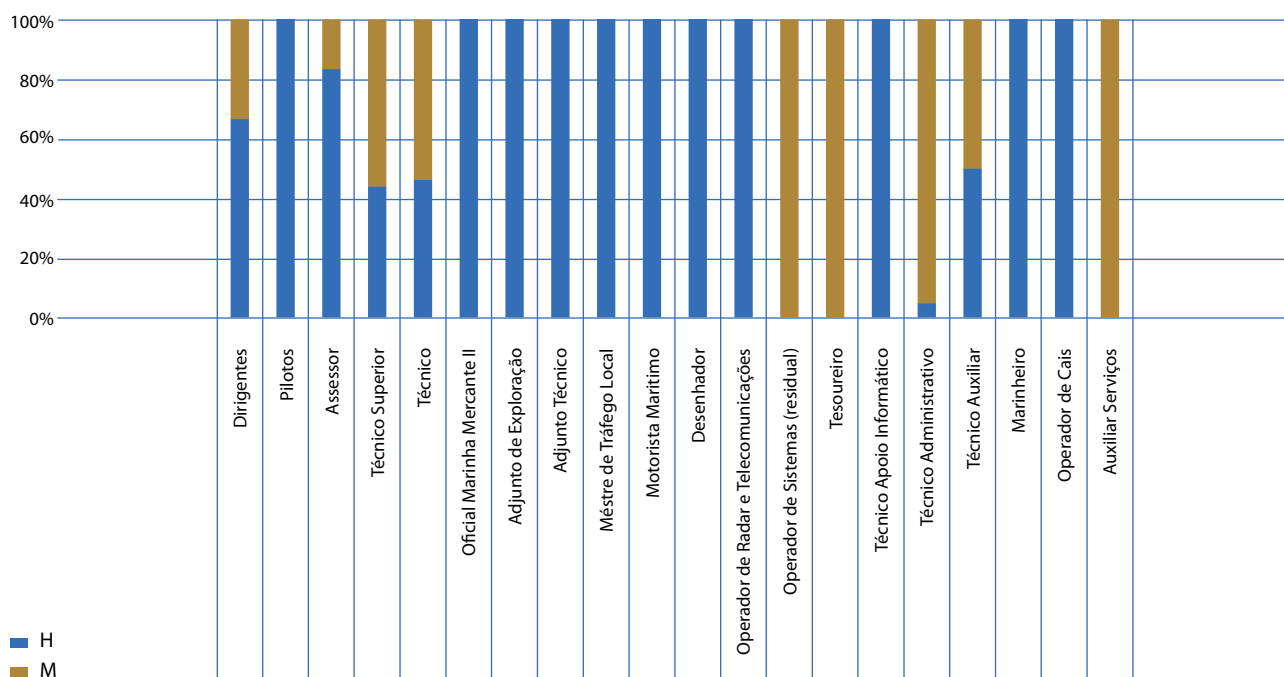


#### EVOLUÇÃO DO EFETIVO MÉDIO



Os 176 trabalhadores registados em 2011, têm um vínculo por tempo indeterminado, o que demonstra uma forte estabilização do efetivo. O efetivo tem a distribuição por carreira profissional e por género apresentada no gráfico abaixo, verificando-se no ano de 2011 uma taxa de feminização de cerca de 29%.

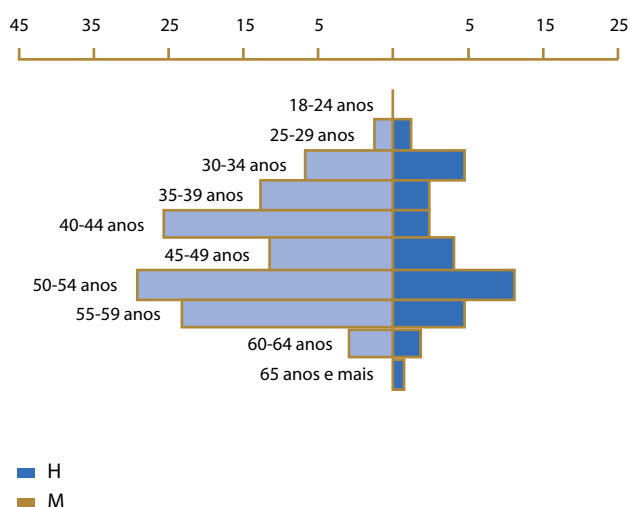
#### DISTRIBUIÇÃO POR CARREIRA 2011



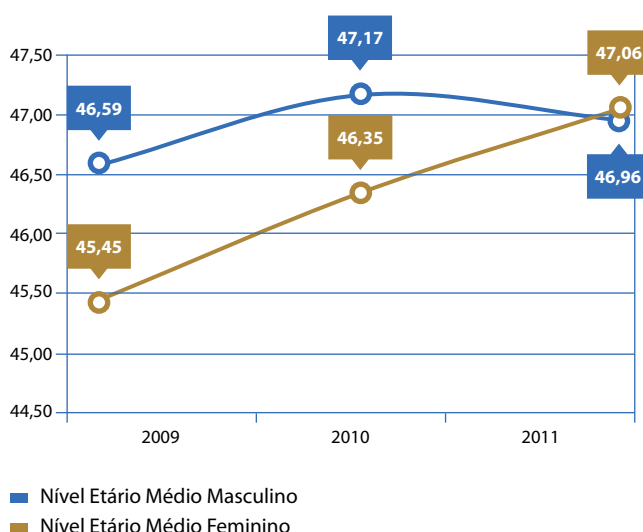
A distribuição do efetivo por níveis de qualificação profissional é apresentada no ponto 8 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

A evolução da estrutura etária demonstra que grande parte dos trabalhadores, quer do género feminino, quer do género masculino, se encontram nos escalões etários superiores a 30 anos de idade, em especial no escalão etário dos 50 aos 54 anos de idade, verificando-se ainda um aumento do nível etário médio de trabalhadores de ambos os géneros.

#### PIRÂMIDE ETÁRIA 2011



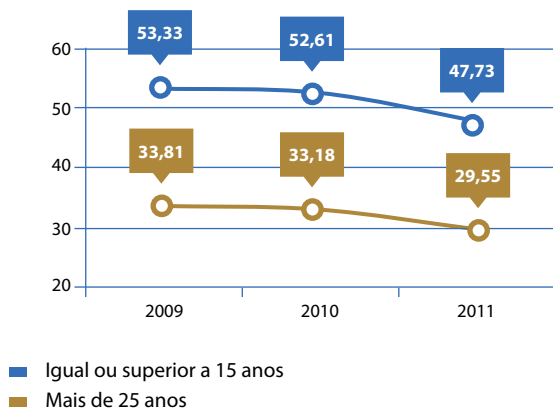
#### EVOLUÇÃO DO NÍVEL ETÁRIO MÉDIO



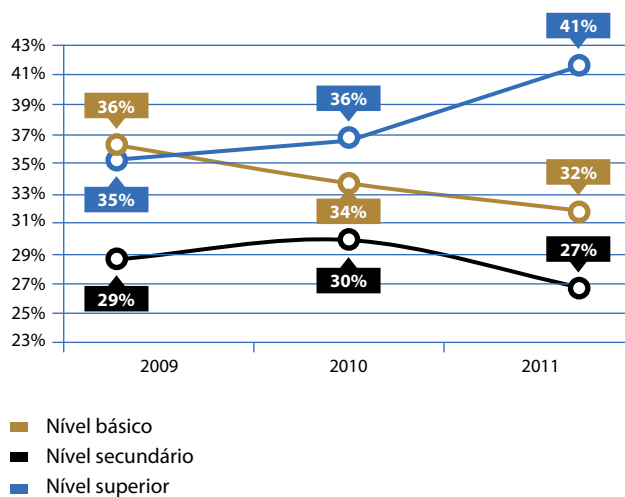
Relativamente à antiguidade na empresa, cerca de 48% dos trabalhadores apresenta uma antiguidade igual ou superior a 15 anos e, de entre estes, mais de 29% tem mais de 25 anos de antiguidade, o que representa uma estrutura de antiguidade elevada. Verifica-se ainda uma tendência de decréscimo da estrutura de antiguidade de trabalhadores de ambos os géneros, genericamente explicada pela saída de trabalhadores por aposentação ou reforma.

Do efetivo em 2011 verifica-se que 41% tem escolaridade de nível superior, 27% de nível secundário e 32% de nível básico, sendo a evolução da estrutura de habilitações indicativa do progressivo aumento de escolaridade dos trabalhadores no nível do ensino superior.

#### EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE



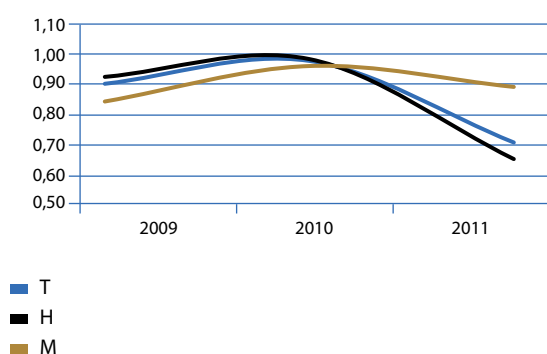
#### EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE HABILITAÇÃO



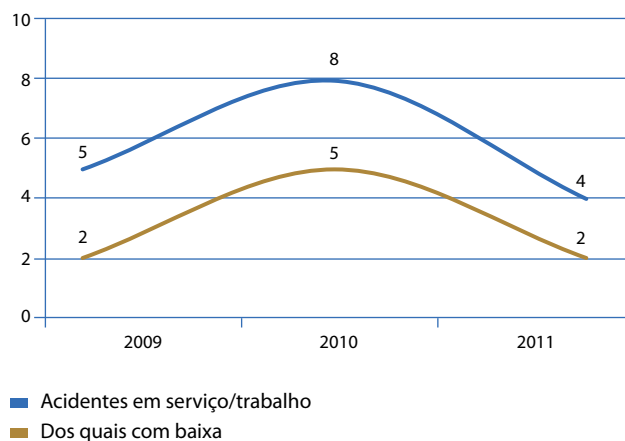


No último triénio, o índice de rotação total aproximou-se da unidade nos anos de 2009 e de 2010, e o mesmo aconteceria em 2011, porém, por efeito de saída de trabalhadores por diferentes motivos e a nova forma de contabilização dos 33 trabalhadores afetos à prestação de serviços em empresas concessionárias, provocou um distanciamento do índice de rotação relativamente à unidade.

#### ÍNDICE DE ROTAÇÃO



#### EVOLUÇÃO DE ACIDENTES



No que se refere aos elementos financeiros associados aos Recursos Humanos, será de destacar:

INDICADORES	2010	2011	VAR % 2010/11
Custo Factor Trabalho	10.665.692,20	8.555.856,00	-19,78
Massa Salarial	8.909.651,36	7.061.405,00	-20,74
Efectivo Médio	211	177	0
Custo Factor Trabalho / Efectivo Médio	50.548,30	48.338,17	-4,37
Massa Salarial / Efectivo Médio	42.225,84	39.894,94	-5,52
Trabalho Extraordinário	10.658,00	6.750,00	-36,67
Subsídio de Isenção de Horário de Trabalho	1.231.916,00	998.013,00	-18,99

A nova forma de contabilização dos 33 trabalhadores afetos à prestação de serviços em empresas concessionárias, a não atualização dos salários nominais, a redução das remunerações totais ilíquidas previstas no artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, a redução dos montantes associados ao trabalho extraordinário e à isenção de horário de trabalho, bem como a diminuição do efetivo médio, determinaram a diminuição da massa salarial e do custo do fator trabalho em 2011.

A /

## 6. MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO PORTO

A agilidade do Porto de Sines e o seu posicionamento competitivo nas cadeias logísticas são fatores essenciais para o seu sucesso. Neste âmbito foi dada continuidade à política de modernização e desenvolvimento das ferramentas tecnológicas e sistemas de informação de suporte às operações e segurança, acompanhando-se a evolução do porto em novos negócios e aumento de capacidade.

Associado à perspetiva operacional que resulta nos custos e qualidade dos serviços (tempo, frequência e confiança), a perspetiva administrativa que contempla os processos documentais e a troca de informação em suporte eletrónico tem sido um alvo prioritário das políticas de investimento do Porto de Sines.

Com a componente da gestão da informação e despacho eletrónico dos navios já em perfeito funcionamento ao nível de toda a comunidade portuária através da Janela Única Portuária, o ano de 2011 ficou marcado com o início dos trabalhos de alargamento desta filosofia aos meios de transporte terrestre (ferroviário e rodoviário) e aos portos secos do hinterland (Bobadela e Entroncamento), com vista a apresentar o porto cada vez mais perto dos donos das cargas.

A perspetiva de transporte integrado que combina vários modos de transporte e visa a criação de uma rede eficiente, passa por uma organização completa de toda a cadeia logística por via eletrónica, sendo a Janela Única Portuária o instrumento de base para o efeito.

Por outro lado, a aposta em Tecnologias e Sistemas de Informação passou também pela sua aplicação nos processos internos de gestão da Autoridade Portuária, no sentido de a tornar mais eficiente.

Assim, foi desenvolvido um conjunto de projetos de implementação com várias vertentes, descrevendo-se os principais:

#### **ALARGAMENTO DA JANELA ÚNICA PORTUÁRIA À FERROVIA E À RODOVIA**

Os trabalhos de implementação da plataforma JUL – Janela Única Logística têm como objetivo o alargamento do âmbito da Janela Única Portuária, integrando nesta aplicação as escalas de camião e de comboio.

Objetiva-se implementar as seguintes vertentes para um porto ágil (lean):

- (1)** a interoperabilidade de todos os modos de transporte;
- (2)** a interconectividade das redes de transporte terrestre com o mar; e
- (3)** a compatibilidade entre sistemas de informação operacionais.

Face à necessidade de se suportar a informação relativa aos movimentos dos camiões de transporte de PTA da Artlant, desenvolveu-se em primeiro lugar a componente da interoperabilidade informacional na JUP relativa ao transporte rodoviário. No âmbito das escalas de comboio, foram fechadas as especificações para a troca de informação com os sistemas das entidades envolvidas no projeto (APS, Autoridade Tributária e Aduaneira, CP-Carga, MSC e PSA), trabalho essencial para a boa implementação da interoperabilidade informacional na JUP relativa ao transporte ferroviário.

#### **SIIG - SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA**

O projeto SIIG, cofinanciado pelo FEDER através do POVT-Programa Operacional de Valorização do Território do QREN, permitiu dotar a APS de um sistema de informação transversal, tendo por base um sistema de informação geográfica, que resulta num instrumento de gestão e apoio às decisões, assente em informação georreferenciada em conjugação com informação proveniente dos restantes sistemas de informação operacionais. Permite assim uma visão integrada de toda a realidade estática e dinâmica do porto, tornando a gestão de espaços e de meios mais eficiente. O sistema integra e troca informação com a JUP, com o CUP, com o AIS do VTS portuário, com o SSP, com o ERP SAP e com o DW.

É um sistema composto por seis módulos – ordenamento portuário, cadastro portuário, áreas dominiais, segurança, ambiente e planeamento de operações portuárias. Este módulo de planeamento operacional está totalmente integrado com a JUP, disponibilizando a informação de gestão operacional de navios e mercadorias sobre cartografia oficial, permitindo que o planeamento seja realizado de forma integral no sistema, com informação sincronizada com a planta georreferenciada do porto, e tendo em conta as características físicas dos terminais e a cartografia marítima. Os utilizadores do módulo de planeamento podem, com base na informação operacional e de segurança, realizar cenários de operações e simular geograficamente o estado e a ocupação do porto no horizonte temporal desejado, otimizando, desta forma, a ocupação dos cais, a utilização dos recursos e a fluidez dos navios.

#### **IMPLEMENTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO RÁDIO DE ALTA QUALIDADE E COBERTURA**

Adjudicado em fevereiro de 2011, o projeto teve como âmbito a implementação de uma solução de comunicação rádio VHF e UHF, integrada com comunicações telefónicas fixas e móveis, com vista à evolução do sistema integrador de comunicações existente. A implementação dos novos equipamentos permitiu um incremento do desempenho das comunicações, dotando as operações marítimas do porto de uma infraestrutura que lhe permite assegurar as comunicações com a máxima qualidade, quer com os navios, quer com as equipas que fornecem os meios para as operações portuárias.

Consistiu na substituição dos terminais de UHF e VHF, consolas de operação, todas as cablagens, antenas e software de gestão e operação do sistema. Foi também criado um subsistema de transmissão independente do subsistema de receção, e as consolas de operação passaram a ser cinco, duas no Centro de Controlo de Tráfego, duas na Sala de planeamento e uma na Central de Comunicações. Para além dos equipamentos de comunicações, neste projeto foram ainda fornecidos os equipamentos e tecnologias para equipar a sala de planeamento de operações portuárias.

#### **SALA DE PLANEAMENTO DE OPERAÇÕES PORTUÁRIAS**

Este projeto foi executado enquadrado e em sintonia estreita com os projetos “implementação de equipamentos de comunicação rádio de alta qualidade e cobertura” e “SIIG - sistema de identificação e informação geográfica”. Estes dois projetos contribuíram, o primeiro com toda a infraestrutura tecnológica e, o outro, com os desenvolvimentos de software necessários para a criação do módulo de planeamento operacional que permite desenvolver as ações de planeamento de operações portuárias.

## EVOLUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE REDE DE COMUNICAÇÕES E EVOLUÇÃO DO DATACENTER

Este projeto, permitiu a evolução tecnológica de diversos componentes da infraestrutura de comunicações e do datacenter APS, incluindo a migração dos sistemas, sem paragens de serviço, da velha para a nova infraestrutura, destacando-se os seguintes trabalhos:

**Evolução de ativos de rede centrais e periféricos**, em que os equipamentos de rede obsoletos, que permitem a comunicação na rede informática, foram substituídos por equipamentos de última geração que garantem a performance e segurança das comunicações necessária face às exigências atuais.

**Solução de gestão e segurança de rede**, através da evolução da solução de gestão de rede existente e sua integração com novas ferramentas de deteção e eliminação de ameaças, baseado em sistemas complexos de análise de comportamentos dos dispositivos que, eventualmente, fiquem comprometidos por *software* maligno, e do tráfego gerado por esses dispositivos.

**Solução de acesso seguro à telegestão**, que permite aos elementos da DIO responsáveis pela gestão de energia elétrica aceder remotamente aos sistemas de fornecimento de energia, sendo este acesso efetuado de forma segura e inviolável através da utilização de chave com *tokens* e comunicações encriptadas.

**Evolução da unidade centralizada de armazenamento de dados**, que consistiu na substituição da unidade existente, cuja capacidade de crescimento estava esgotada, por uma nova unidade que permite não só garantir o crescimento em função do crescimento da atividade portuária, mas também garantir a fiabilidade e a segurança dos dados dos sistemas operacionais armazenados.

**Evolução da infraestrutura de *blades***, que consistiu na evolução da unidade de servidores *blade*, permitindo a criação de uma infraestrutura de virtualização do *hardware* servidor que suporta diversos componentes dos sistemas de informação empresariais da APS.

**Evolução da infraestrutura de *backups***, que permitiu adicionar capacidade à execução das cópias de segurança informática e evoluir o *software* de execução e gestão de *backups*, com vista à garantia da salvaguarda de todos os dados e informação dos sistemas de informação da APS, obedecendo a elevados requisitos no âmbito da segurança da informação.

### ALARGAMENTO DA ÁREA DE COBERTURA DE RADAR NA ÁREA MARÍTIMA DO PORTO E SETORES DE APROXIMAÇÃO

Os trabalhos e fornecimentos decorreram durante o ano de 2011, e incluíram a instalação de um novo equipamento de radar, uma câmara de visão noturna e um sistema de deteção de derrames OSD – Oil Spill Detection.

**O novo radar**, veio permitir a redundância da captação de ecos de navios, ao ser integrado no VTS existente, assim como o alargamento da área de cobertura de radar na área marítima do porto e setores de aproximação de navios que demandam o porto. Permitiu também a redução das zonas de sombra e aumentar a capacidade de deteção de pequenas embarcações. É constituído por um radar Selesmar, com antena de 19' de 34dB e 25Kw, de polarização horizontal com dois *tranceivers* redundan-

tes de banda X, um monitor de serviço e um extrator/tracker SeLux. Encontra-se integrado no VTS em modo merged com o radar existente, operado a partir do Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Porto de Sines. Permitiu dotar o VTS da capacidade de deteção de pequenas embarcações de pesca e de recreio a uma distância de 12nm com estado de mar 3 na escala Pierson-Molkowitz. Este equipamento foi instalado num local remoto criado para o efeito na zona das "Corneanas", sobre uma torre de 20m e com um *shelter* resistente a vibrações. As comunicações com o Centro de Controlo de Tráfego Marítimo são asseguradas por um sistema WiMax de comunicações sem fios.

**O sistema de câmaras de visão noturna e diurna**, também instalado no local remoto, junto do novo radar, veio permitir melhorar a cobertura de vídeo sobre a área marítima do porto e a visualização diurna e noturna de pessoas em pequenas embarcações. O sistema tem a capacidade de zoom de 12mm a 600mm, que permite a deteção a 16,6km, o reconhecimento a 3,7km e a identificação a 2,8 km. Trata-se de um conjunto de câmara noturna IR FieldPro5x Axsys (General Dynamics), e câmara diurna Ikegami ICD-809P. A operação e visualização são efetuadas a partir do Centro de Controlo de Tráfego Marítimo, através de uma consola dedicada, permitindo a focagem manual e automática dos equipamentos remotos, também com recurso ao sistema de comunicações WiMax.

**O sistema de OSD – Oil Spill Detection**, também operado a partir do Centro de Controlo de Tráfego Marítimo, foi instalado no terraço do edifício sede da APS, com vista sobre a bacia do porto, e permite a deteção automática de derrames de hidrocarbonetos, e o seu seguimento, na superfície do mar na área portuária, durante o dia e durante a noite. É constituído por um sistema Miros Wavex/OSD, com radar dedicado Furuno FAR2117BB de banda X e 12Kw, com antena de 8, e com anemómetro.

O sistema tem a capacidade da deteção de derrames a partir dos 100 litros, numa área de cobertura de 3 a 5 km, gerando um alarme para o operador. A deteção é apresentada no ecrã de operação, através de uma zona delimitada a vermelho, apresentando os dados de posição e de tamanho.

### IMPLEMENTAÇÃO DE FERRAMENTA DE GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

Adjudicado em 2010, o projeto SAP HCM viu a sua conclusão e arranque em produção no início de 2011. Este projeto tem como objetivo a implementação do sistema de Gestão de Capital Humano da SAP, do Employee Self-Service e do Manager Self-Service. Foi também incluída neste projeto a atualização do sistema ao Enhancement Package 4 e a atualização de *workflows* do processo de Compras.

Relativamente a funcionalidades dirigidas à Gestão de Recursos Humanos, no início do ano de 2011 entrou em funcionamento o módulo de Processamento de salários, tendo sido seguido pelos módulos de Gestão organizativa, Cadastro de pessoal, Gestão de tempos e assiduidade, Gestão de competências, Formação e Gestão de Desempenho.

No que diz respeito a funcionalidades dirigidas aos colaboradores da APS, ainda no ano de 2011, entrou em funcionamento o Portal do Colaborador, nas vertentes Employee Self-Service e Manager Self-Service, e a implementação de processos complementares nas vertentes técnicas e de compras.



A /

## 7. INVESTIMENTO



O investimento realizado no exercício de 2011 atingiu 22,2 milhões de euros. Este valor representou 118% do valor orçamentado e ultrapassou largamente o investimento realizado nos anos anteriores. Tal resultou essencialmente do investimento realizado na empreitada da 2ª fase de Ampliação do Molhe Leste do porto de Sines, consignada em 28.Jan.2011, e que no exercício correspondeu à construção de cerca de 150 m de molhe a cotas emersas e de cerca de 100 m até cotas de -5m (ZH). Para a ultrapassagem do valor orçamentado para o ano, muito contribuiu a decisão de aprofundar as dragagens dos acessos marítimos e da zona de manobra ao Terminal de Contentores (TXXI) para os 17,5 m ZH, de modo a que o Porto de Sines fique desde já preparado para receber os “megacarriers” de 18.000 TEU atualmente em carteira de encomendas pelos maiores armadores mundiais.

O detalhe do investimento realizado é apresentado no quadro seguinte:



INVESTIMENTO (valores acumulados em euros)	2011 Orçamento	2011 Realizado	Grau de Realização
<b>Acessibilidades, infraestruturas, edifícios e outras construções</b>	<b>15.550.000</b>	<b>20.408.132</b>	<b>131,2%</b>
Ampliação do Molhe Leste (2ª Fase)	15.500.000	20.305.812	131,0%
Melhoramento da Via Férrea Zona Leste	50.000		0,0%
Sinalização Vertical na Área de Jurisdição da APS		29.351	–
Iluminação LED para a área ajardinada		19.826	–
Ampliação da Área de Serviço (1ª Fase)		17.537	–
Outras Construções		35.607	–
<b>Equipamento portuário e outro equipamento básico</b>	<b>765.000</b>	<b>172.435</b>	<b>22,5%</b>
Sistemas de AVAC (Sistema Climatização Edifício Administrativo)	350.000	12.000	3,4%
Alteração da Rede Elétrica para Efeitos de Licenciamento	75.000		0,0%
Modernização e Melhoramento da Eficiência Energética e Sistemas de Qualidade e Energia	320.000		0,0%
Telecontagem de Energia Elétrica	20.000		0,0%
Estrutura Hidraulica p/ Enroladores Bª Flutuante		28.411	–
Máquina Multifunções		69.790	–
Outros Equipamentos		62.233	–
<b>Equipamento de segurança e ambiente</b>	<b>68.000</b>	<b>462.170</b>	<b>679,7%</b>
Sistemas Automáticos Detecção Incêndio, CO e Anti-Intrusão	18.000	6.228	34,6%
Porto de Abrigo - Parque de Separação de Resíduos	50.000		0,0%
Equipamento para Respiração - Segurança		16.455	–
Material de Salvamento		10.953	–
Sistema de Segª do Edifício Administrativo		14.330	–
Fossa Estanque e Estação Elevatória		30.612	–
Radar com Câmaras de Vigilância de Segurança		383.591	–
<b>Sistemas de Informação e Comunicação</b>	<b>1.856.000</b>	<b>998.946</b>	<b>53,8%</b>
Evolução do Datacenter	35.000	37.302	106,6%
CCLS-Alargamento Cobertura Radar na Área Marítima do Porto e Setores de Aproximação	500.000		0,0%
Alargamento da JUP à Ferrovia	400.000	179.412	44,9%
Incremento da Capacidade de Rede de Comunicações	30.000		0,0%
Implementação de Equipamentos de Comunicação Rádio de Alta Qualidade e Cobertura	250.000	243.690	97,5%
SIIG - Sistema de Identificação e Informação Geográfica	240.000	277.927	115,8%
<b>Equipamento Informático</b>			
• Implementação de Ferramenta de Gestão do Capital Humano	300.000	164.489	54,8%
• Atualização de Postos de Trabalho	45.000	43.107	95,8%
• Licenciamento de Software	15.000		0,0%
• Sistema de Gestão de Segª da Informação	23.000		0,0%
• Novas Mensagens SSN no PCOM e JUP II	14.000	32.354	231,1%
• Outro Material Informático	4.000	20.664	516,6%
<b>Conservação, reabilitação e reconversão de infraestruturas e equipamento</b>	<b>455.000</b>	<b>103.337</b>	<b>22,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>50.000</b>	<b>36.514</b>	<b>73,0%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>18.744.000</b>	<b>22.181.533</b>	<b>118,3%</b>
Realizado no período homólogo do ano anterior		2.234.696	
Variação % face ao período homólogo do ano anterior		893%	



O financiamento deste investimento foi efetuado da seguinte forma:

		euros
DESIGNAÇÃO	VALOR	
<b>FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO</b>		
POAT - PROGRAMA OPERACIONAL DE ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES		
<i>Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines (estudos)</i>		104.559
POVT - PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO		
<i>Sistemas Operacionais de Supervisão Portuária</i>		64.198
<b>FINANCIAMENTO DO O.E.</b>		
PIDDAC		
<i>Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines – 2ª Fase</i>		13.750
<i>Planeamento e Controle de Operações Marítimo Portuárias</i>		73.750
<b>SUB-TOTAL FINANCIAMENTO O.E.</b>		<b>87.500</b>
<b>AUTOFINANCIAMENTO</b>		21.925.276
<b>TOTAL</b>		<b>22.181.533</b>

Refira-se que no financiamento comunitário não estão incluídos quaisquer subsídios à obra de ampliação do Molhe Leste, já que embora este financiamento tenha sido aprovado em meados de 2011, num montante máximo de 13,6 milhões de euros, a participação na despesa já realizada apenas será recebida a partir de 2012.

A /

## 8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Continuando uma trajetória de resultados positivos, o exercício de 2011 encerrou com um lucro de 8,4 milhões de euros, superior em 39% ao alcançado no ano anterior. Este resultado foi suportado essencialmente pela componente operacional, com o EBIT a atingir 9 milhões de euros e a crescer 50% relativamente ao registado em 2010 como consequência do ligeiro crescimento do volume de negócios e da forte racionalização em termos de gastos operacionais.

O Resultado Financeiro, embora de pouca expressão relativa, foi positivo, refletindo a não existência, desde fevereiro de 2011, de qualquer passivo bancário.

O cash-flow operacional (EBITDA) cresceu 8% atingindo 22,4 milhões de euros. Se ajustado pelo abatimento do reconhecimento anula dos subsídios ao investimento ainda assim atinge 15 milhões de euros, mais 13% do que em 2010 (ver quadro de indicadores económico-financeiros no final deste capítulo).

euros			
RESULTADOS DO EXERCÍCIO	2011	2010	Var. %
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	22.442.834	20.768.050	8,06%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	8.962.233	5.974.528	50,01%
Resultado Financeiro	206.895	309.499	-33,15%
Resultado antes de impostos	9.169.128	6.284.027	45,91%
Resultado líquido do período	8.370.662	6.030.741	38,80%

O total de Proveitos Operacionais ascendeu 38,4 milhões de euros, valor idêntico ao do ano anterior, conforme quadro seguinte:

euros			
PROVEITOS OPERACIONAIS	2011	2010	Var. %
Vendas	1.420.135		–
Prestações de serviços	29.476.992	30.809.262	-4,32%
TUP - Navio	9.008.629	8.490.527	6,10%
Tarifa de Pilotagem	2.447.623	2.365.680	3,46%
Fornecimentos e Serviços	873.963	3.327.928	-73,74%
Concessões	16.061.946	15.422.704	4,14%
Licenciamentos	657.071	744.816	-11,78%
Náutica de Recreio	220.854	227.033	-2,72%
Outras	206.906	230.573	-10,26%
Subsídios à Exploração	6.296	78.311	-91,96%
Outros rendimentos e ganhos	7.489.428	7.565.917	-1,01%
<b>TOTAL</b>	<b>38.392.851</b>	<b>38.453.490</b>	<b>-0,16%</b>

O volume de negócios totalizou 30,9 milhões euros, crescendo ligeiramente (0,3%) face ao ano anterior. As vendas apresentam um valor expressivo já que em 2011 passaram a ser contabilizados como tal os fornecimentos de energia elétrica aos concessionários.

Ao nível das principais rubricas das prestações de serviços, a TUP-Navio e a Tarifa de Pilotagem, apresentam acréscimos de 6,1 e 3,5%, respetivamente. Apesar do número de escalas de navios ter diminuído, o aumento do montante associado a estas tarifas decorre do crescimento da tonelagem associada aos mesmos, ou seja, do respetivo porte médio.

As receitas relativas aos contratos de concessão e licenciamentos atingiram, em 2011, 16,6 milhões de euros, mais 2,9% do que em 2010. Este crescimento face ao ano anterior, na ordem de meio milhão de euros, é relevante, na medida em que as taxas das concessões e dos licenciamentos não sofreram atualizações anuais relativamente a 2010, como forma de compensação pela situação de deflação verificada em 2009.

Em termos de crescimento, os destaques vão para as concessões do Terminal XXI, do Terminal de GNL e da Caverna de GPL da SIGÁS. No Terminal XXI verificou-se um novo aumento no número de TEU movimentados (+17%), o que, aliado ao esquema progressivo de aplicação de royalties e à desvalorização do euro face ao dólar, possibilitou um aumento dos respetivos proveitos na ordem dos 37%, para um total superior a 715 mil euros. O Terminal XXI passou assim a ser a 4ª concessão que mais proveitos gera para a APS, relegando a concessão do serviço de reboque e amarração para a 5ª posição. Nos três primeiros lugares estão, respetivamente, as concessões do TGLS, do TMS e dos Lotes de Terreno 1 e 2 para cimentos e produtos similares.

Ainda no âmbito das Prestações de Serviços, os Fornecimentos e Serviços a Terceiros apresentam um grande decréscimo por questões de política contabilística, nomeadamente no que respeita às vendas de eletricidade, como atrás referido, e à contabilização como proveitos dos reembolsos relativos aos vencimentos do pessoal destacado junto das concessionárias. A esta alteração correspondeu, obviamente, a sua não contabilização igualmente como gastos com o pessoal.

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos é essencialmente constituída pelo reconhecimento anual dos subsídios ao investimento que totalizaram 7,4 milhões de euros.

Quanto aos Gastos Operacionais, os mesmos apresentaram um decréscimo global de aproximadamente 9% face a 2010, em resultado da implementação de fortes medidas de racionalização e das mencionadas alterações de política contabilística. Isto apesar do valor das provisões do exercício, no qual se inclui um montante de 1,2 milhões de euros relativo a eventuais gastos futuros com medidas de reestruturação da empresa. O montante global de Gastos Operacionais ascendeu a 29,7 milhões de euros contra os 32,7 registados em 2010, conforme quadro seguinte:

euros			
GASTOS OPERACIONAIS	2011	2010	Var. %
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.172.189	34.693	3278,72%
Fornecimentos e serviços externos	3.323.112	4.846.109	-31,43%
Gastos com o pessoal	8.601.872	10.717.150	-19,74%
Perdas por imparidade	609.348	2.079.675	-70,70%
Provisões	1.346.920	156.832	758,83%
Outros gastos e perdas	1.507.803	1.993.384	-24,36%
Gastos de depreciação e de amortização	13.140.038	12.845.522	2,29%
<b>TOTAL</b>	<b>29.701.283</b>	<b>32.673.365</b>	<b>-9,10%</b>

**Nota:** Para apuramento dos gastos operacionais, as rubricas Perdas por imparidade e Provisões apresentadas no quadro acima correspondem, respetivamente, ao valor das contas 65 e 67 do SNC no final de cada ano e não ao valor expresso na Demonstração de Resultados que corresponde ao valor líquido de perdas e reversões, no caso dos Gastos de Imparidade, ou de aumentos e reduções no caso das Provisões.

A explicação para o grande aumento do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, decorre diretamente do referido anteriormente para a rubrica de Vendas. Sendo o Porto de Sines um landlord port, onde a operação portuária é efetuada exclusivamente pelas entidades concessionárias dos terminais, grande parte do consumo de energia elétrica da APS destina-se à sua transformação para baixa ou média tensão e posterior revenda aos concessionários, acrescida da correspondente margem por utilização de infraestruturas. O seu nível de consumo está diretamente relacionado com o nível da atividade de portuária.

Por estes motivos, em termos contabilísticos entendeu-se não fazer sentido manter a eletricidade consumida para efeitos de revenda englobada nos Fornecimentos e Serviços Externos, transitando, assim, para Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas. Em FSE permaneceu apenas o valor de eletricidade referente às instalações da empresa e aos espaços públicos não afetos aos terminais.

No final do exercício, a redução do valor dos FSE foi de aproximadamente 31% relativamente ao ano anterior. Por sua vez, os Gastos com Pessoal registaram um decréscimo de quase 20% relativamente a 2010. Em conformidade, o agregado destes Gastos Operacionais reduziu-se cerca de 23% face a 2010 e 25% face a 2009.

Se deduzida aos gastos com eletricidade de 2009 e 2010 a parte relativa aos consumos destinados à revenda a terceiros, para efeitos de uma melhor comparabilidade em termos da avaliação do disposto no Plano de Redução de Gastos Operacionais (Despachos nº 1315/2010-SETF, de 15 de novembro e nº 155/2011-MEF, de 28 de abril), o mesmo agregado de Gastos Operacionais decresceu aproximadamente 19% face a 2010 e 21% relativamente a 2009 (ver ponto 11 da Parte D. Outros Deveres de Informação), superando claramente, ainda assim, a meta definida nas orientações do acionista.

A discriminação do comportamento das principais rubricas de FSE é efetuada no quadro seguinte:

euros			
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>Var. %</b>
Trabalhos Especializados	412.978	521.274	-20,78%
Publicidade e Propaganda - Serviços	181.245	244.246	-25,79%
Vigilância e Segurança	245.682	242.263	1,41%
Conservação e Reparação	819.188	1.045.363	-21,64%
Manutenção Software e Hardware	160.210	233.885	-31,50%
Eletricidade	200.241	1.096.397	-81,74%
Gasóleo	193.412	166.844	15,92%
Água	137.453	203.236	-32,37%
Transportes de Pessoal	112.381	147.517	-23,82%
Seguros	99.159	120.541	-17,74%
Limpeza Higiene e Conforto	296.357	346.994	-14,59%
Outros FSE	464.807	477.550	-2,67%
<b>TOTAL</b>	<b>3.323.112</b>	<b>4.846.109</b>	<b>-31,43%</b>

Em termos de estrutura patrimonial, o ativo da empresa aumentou quase 3,5 milhões de euros em 2011. A sua cobertura por capitais próprios, ou autonomia financeira, manteve-se ao mesmo nível do ano anterior (78,8% em 2011, contra 79% em 2010). O passivo corrente da empresa continuou inferior a 3% do seu ativo e significativamente inferior ao ativo corrente, assegurando os adequados níveis de liquidez.

A partir de fevereiro de 2011, com a liquidação da última prestação do reembolso do empréstimo contraído junto do BEI no início da década de 90 para financiamento da obra de reabilitação do Molhe Oeste, a empresa deixou de ter qualquer passivo bancário.

euros

ESTRUTURA DE BALANÇOS	2011		2010	
	VALOR	%	VALOR	%
ATIVO				
Ativo não corrente	376.845.973	95,37%	368.038.869	93,96%
Ativo corrente	18.307.780	4,63%	23.668.560	6,04%
<b>Total do ativo</b>	<b>395.153.752</b>	<b>100,00%</b>	<b>391.707.430</b>	<b>100,00%</b>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
<b>Total do capital próprio</b>	<b>311.338.039</b>	<b>78,79%</b>	<b>309.362.070</b>	<b>78,98%</b>
PASSIVO				
Passivo não corrente	73.574.645	18,62%	72.424.233	18,49%
Passivo corrente	10.241.069	2,59%	9.921.126	2,53%
<b>Total do passivo</b>	<b>83.815.714</b>	<b>21,21%</b>	<b>82.345.359</b>	<b>21,02%</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>395.153.752</b>	<b>100,00%</b>	<b>391.707.430</b>	<b>100,00%</b>

O quadro seguinte resume os principais indicadores económico-financeiros no final do exercício de 2011 e a sua comparação com o ano anterior:

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	2011	2010
Volume de Negócios (€)	30.897.127	30.809.262
EBITDA 1 (Demonstração de Resultados) (€)	22.442.834	20.768.050
EBITDA 2 (ajustado do reconhecimento anual dos subsídios ao investimento) (€)	15.037.841	13.296.056
Margem do EBITDA 1 %	72,6%	67,4%
Margem do EBIT %	29,01%	19,39%
ROACE	2,88%	1,89%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	32	38
Indicador de Eficiência:		
Custos Operacionais / EBITDA	1,32	1,57
Valor Acrescentado Bruto (euros)	26.401.826	25.928.460
Rentabilidade das Vendas %	27,10%	19,60%
Rentabilidade Capitais Próprios %	2,7%	1,9%
Rentabilidade do Ativo %	2,1%	1,5%
Autonomia Financeira %	78,8%	79,0%
Dívida Remunerada / Capital Próprio %	0,0%	0,8%
Solvabilidade	3,71	3,76
Liquidez	1,79	2,39







A /

## 9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para elaboração da proposta de aplicação de resultados, foram levados em consideração os seguintes factos:

- O Porto de Sines encontra-se atualmente a implementar um programa de investimentos de elevado montante que ultrapassou 22 milhões de euros em 2011 e que deverá ascender a 26 milhões de euros em 2012. Este valor de investimento está maioritariamente relacionado com as obras da 2ª fase de ampliação do Molhe Leste e com as dragagens de aprofundamento e regularização do canal de acesso e bacia de manobra do Terminal de Contentores, as quais são imprescindíveis para continuar a assegurar as condições de acessibilidade e proteção marítima ao desenvolvimento faseado do referido terminal;
- Com estes investimentos da autoridade portuária, que se juntam ao investimento da concessionária PSA Sines nos cais, traplenos e equipamentos do terminal, o Porto de Sines estará preparado para receber os maiores navios porta-contentores que constam da carteira de encomendas dos grandes armadores mundiais, os quais terão capacidade para 18.000 TEU. Como único porto da fachada atlântica europeia capacitado para a receção destes navios, o Porto de Sines reforçará o seu papel como maior porto de contentores nacional, a que deverá ascender no ano em curso, e como maior porto exportador do país, bem como reforçará as suas condições para se constituir como uma grande plataforma de distribuição no tráfego mundial de contentores, capacidades igualmente potenciadas pelo alargamento do canal do Panamá. Este papel a desempenhar pelo Porto de Sines, que vem sendo assumido como um objetivo estratégico nacional, deverá potenciar o aparecimento de novos projetos que, pelo menos de forma parcial, exigirão o envolvimento financeiro da autoridade portuária;
- Para além do impacto direto e indireto na economia nacional que resulta da atividade do Porto de Sines, a APS, SA tem procurado constituir-se como um fator de estímulo do setor empresarial, nomeadamente através do cumprimento e superação das metas definidas pelo Governo relativamente aos prazos de pagamento a fornecedores;

• Até à data tem sido possível conjugar a implementação do seu programa de investimentos, o seu papel de estímulo ao setor empresarial nacional e o seu contributo para a consolidação orçamental do país, através do pagamento de dividendos que em 2011 ascenderam a 5,3 milhões de euros, 87,5% do lucro do exercício de 2010, com a diminuição do seu passivo bancário, totalmente liquidado no decurso de 2011;

• Em termos futuros, no entanto, a prossecução do papel que vem sendo desempenhado pela APS, SA, cuja importância ressalta do referido nos pontos anteriores, apenas poderá ser conjugada com a minimização do recurso a capitais alheios se for permitido à empresa incorporar parte substancial dos resultados obtidos na sua atividade.

Assim, tendo presente o referido nos pontos anteriores, o disposto no n.º 1 do art.º 33, no n.º 1 do art.º 294 e no n.º 1 do art.º 295, todos do CSC, e também o constante do n.º 1 do art.º 17 dos estatutos da APS, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que do Resultado Líquido do Exercício de 2011, correspondente a um lucro de €8.370.662,37 (oito milhões, trezentos e setenta milhares, seiscentos e sessenta e dois euros e trinta e sete cêntimos), 10% seja transferido para Reserva Legal no montante de €837.066,24 (oitocentos e trinta e sete mil, sessenta e seis euros e vinte e quatro cêntimos), 45% seja distribuído ao acionista, no montante de €3.766.798,07 (três milhões, setecentos e sessenta e seis milhares, setecentos e noventa e oito euros e sete cêntimos) e os restantes 45% sejam transferidos para reservas livres, no montante de €3.766.798,06 (três milhões, setecentos e sessenta e seis milhares, setecentos e noventa e oito euros e seis cêntimos).

A /

10. NOTA FINAL

Como nota final, regista-se a colaboração proporcionada ao longo do ano de 2011 pelos parceiros institucionais integrantes da comunidade local, regional e setorial onde o Porto de Sines se insere, bem como por todos os clientes, fornecedores, concessionários, licenciados e entidades bancárias.

Igualmente se regista o papel imprescindível dos trabalhadores da APS no bom desempenho da atividade do porto e nos resultados obtidos e o apoio e colaboração prestados pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas.

Sines, abril de 2012

#### **O Conselho de Administração**

Maria Lúdia Ferreira Sequeira  
Presidente

Duarte Manuel Lynce de Faria  
Vogal

João Paulo Farinha Franco  
Vogal







B /

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPETIVOS ANEXOS

B /

## 1. BALANÇO

## BALANÇO INDIVIDUAL EM 31-12-2011

euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2011	31-12-2010
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	11	374.742.102	366.179.912
Propriedades de Investimento	27	77.860	79.699
Ativos intangíveis	12	952.185	811.842
Outros investimentos financeiros	13	434.265	434.265
Ativos por impostos diferidos	14	639.560	533.151
		376.845.973	368.038.869
Ativo corrente			
Inventários	6	424.781	435.230
Clientes	15	7.184.193	6.455.644
Estado e outros entes públicos	20		695
Outras contas a receber	21	8.576.440	424.185
Diferimentos	21	555.808	712.868
Caixa e outros depósitos bancários	4	1.566.558	15.639.939
		18.307.780	23.668.560
Total do ativo		395.153.752	391.707.430
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	2/16	80.000.000	80.000.000
Outros instrumentos de capital próprio	2/28	4.500.000	4.500.000
Reservas legais	2/16/28	3.192.168	2.589.094
Outras reservas	2	41.577.132	41.577.132
Resultados Transitados	2	-1.617.116	-124.078
Outras variações no capital próprio	2	175.315.193	174.789.181
Resultado líquido do período	2	8.370.662	6.030.741
Total do capital próprio		311.338.039	309.362.070
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	17	2.505.306	1.179.985
Financiamentos Obtidos	18		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	8	2.721.301	3.101.786
Passivos por impostos diferidos	14	68.348.038	68.142.462
		73.574.645	72.424.233
Passivo Corrente			
Fornecedores	19	732.703	981.960
Estado e outros entes públicos	20	1.819.610	1.710.742
Financiamentos Obtidos	18		2.392.690
Outras contas a pagar	21	5.402.834	2.625.187
Diferimentos	21	2.285.921	2.210.548
		10.241.068	9.921.126
Total do passivo		83.815.714	82.345.359
Total do Capital Próprio e do Passivo		395.153.752	391.707.430



B /

## 2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		euros	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011	2010
Vendas e Serviços Prestados	5	30.897.127	30.809.262
Subsídios à exploração	24	6.296	78.311
CMVMC	6	-1.172.189	-34.693
Fornecimentos e Serviços Externos	7	-3.323.112	-4.846.109
Gastos c/Pessoal	8	-8.601.872	-10.717.150
Imparidade de Dívidas a receber (perdas/reversões)	15	809	-127.558
Provisões (aumentos/reduções)	17	-1.345.849	35.220
Outros Rendimentos e Ganhos	9	7.489.428	7.565.917
Outros Gastos e Perdas	30	-1.507.803	-1.995.150
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>22.442.834</b>	<b>20.768.050</b>
Gastos de depreciação e de amortização	11/12/27	-13.140.038	-12.845.522
Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis	11/12/27	-340.563	-1.948.000
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>8.962.233</b>	<b>5.974.527</b>
Juros e Rendimentos similares obtidos	5/31	218.379	422.651
Juros e custos similares suportados	10	-11.484	-113.151
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>9.169.128</b>	<b>6.284.027</b>
Imposto s/Rendimento do período	14	-798.466	-253.286
<b>Resultado Líquido do período</b>		<b>8.370.662</b>	<b>6.030.741</b>

B /

### 3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES (SUPLEMENTAR)

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		euros	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	5	30.897.127	31.008.729
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/7/25	-12.693.068	-12.999.799
<b>Resultado bruto</b>		<b>18.204.060</b>	<b>18.008.930</b>
Outros rendimentos		361.396	156.689
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-5.165.030	-6.367.993
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		-4.389.892	-5.390.698
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>9.010.533</b>	<b>6.406.928</b>
Gastos de financiamento (líquidos)		158.595	-122.902
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>9.169.128</b>	<b>6.284.027</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-798.466	-253.286
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>8.370.662</b>	<b>6.030.741</b>

B /

## 4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL EM 2011**

euros

Descrição	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2011		80.000.000	4.500.000	2.589.094	41.577.132	-124.078	174.789.181	6.030.741	309.362.070
Alterações no período									
Aplicação do RLE				603.074		150.769		-753.843	
Alterações de políticas contabilísticas									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no Capital próprio						-1.643.807	526.011		-1.117.796
<b>Total</b>				<b>603.074</b>		<b>-1.493.038</b>	<b>526.011</b>	<b>-753.843</b>	<b>-1.117.796</b>
Resultado líquido do período								8.370.662	8.370.662
<b>Resultado integral</b>								<b>7.616.819</b>	<b>7.252.866</b>
Operações com detentores de Capital no período									
Realizações de Capital									
Distribuições								-5.276.898	-5.276.898
Outras Operações									
<b>Total</b>								<b>-5.276.898</b>	<b>-5.276.898</b>
Posição no fim de 2011		80.000.000	4.500.000	3.192.168	41.577.132	-1.617.116	175.315.193	8.370.662	311.338.039

O movimento das outras variações de capital próprio respeita a subsídios para investimento.

euros

Descrição	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2010		80.000.000	4.500.000	2.001.687	39.227.502	-939.868	182.538.670	8.571.700	315.899.691
Alterações no período									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no Capital próprio						-1.881.836	-7.749.489		-9.631.325
<b>Total</b>						<b>-1.881.836</b>	<b>-7.749.489</b>		<b>-9.631.325</b>
Resultado líquido do período (SNC)								6.030.741	6.030.741
<b>Resultado integral</b>								<b>6.030.741</b>	<b>-3.600.584</b>
Operações com detentores de Capital no período									
Realizações de Capital									
Diferença resultado POC/SNC 2009						2.697.626		-2.697.626	
Distribuições				587.407	2.349.630			-5.874.074	-2.937.037
Outras Operações									
<b>Total</b>				<b>587.407</b>	<b>2.349.630</b>	<b>2.697.626</b>		<b>-8.571.700</b>	<b>-2.937.037</b>
<b>Posição no fim de 2010</b>		<b>80.000.000</b>	<b>4.500.000</b>	<b>2.589.094</b>	<b>41.577.132</b>	<b>-124.078</b>	<b>174.789.181</b>	<b>6.030.741</b>	<b>309.362.070</b>

B /

## 5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2011	2010
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>		
Recebimentos de clientes	34.899.557	33.739.635
Pagamentos a fornecedores	-4.760.351	-5.957.965
Pagamentos ao pessoal	-9.016.665	-10.847.191
Caixa gerada pelas operações		
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-3.161.545	-2.423.623
Outros recebimentos/pagamentos	-5.310.555	-4.071.167
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	12.650.441	10.439.689
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-18.518.271	-1.245.038
Ativos intangíveis	-994.975	-146.528
Investimentos financeiros		-9.000.000
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	100.430	53.594
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		9.000.000
Outros ativos		
Subsídios ao investimento	256.257	2.190.374
Juros e rendimentos similares	165.668	321.177
Dividendos	50.440	84.603
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-18.940.450	1.258.181
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-2.506.464	-2.488.830
Juros e gastos similares	-10	-25.931
Dividendos	-5.276.898	-2.937.037
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>-7.783.372</b>	<b>-5.451.798</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>	<b>-14.073.381</b>	<b>6.246.072</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	15.639.939	9.393.867
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	1.566.558	15.639.939



B /

## 6. NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2011

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Administração do Porto de Sines (adiante designada por “APS” ou “Empresa”), foi inicialmente constituída sob a forma de instituto público dotado de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Pelo Decreto-lei nº 337/98, de 3 de novembro, foi transformada em Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos. A partir dessa data a APS passou a reger-se pelo referido diploma e pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objeto da Empresa.

A APS, SA sucedeu assim automática e globalmente à Administração do Porto de Sines, e continuou a personalidade jurídica desta, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação. Mantiveram-se integrados no domínio público do Estado afetos à APS, SA os terrenos, terraplenos e molhes de proteção situados dentro da área de jurisdição da Administração do Porto de Sines ou com ela confinantes, delimitada pelos contornos e linhas definidos pelos pontos constantes da planta anexa ao referido diploma que se manteve em vigor até à sua substituição pela planta anexa ao Decreto-Lei n.º 95/2010 que redefiniu a área de jurisdição da APS — Administração do Porto de Sines, S. A. (APS, S. A.), procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março e ainda os bens afetos à atividade de pesca, serviços de primeira venda e atividades conexas. Neste contexto, os bens de domínio público encontram-se afetos à atividade da Empresa, que os pode administrar livremente, nesse âmbito, mas não pode dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

Foram desafetados do domínio público do Estado, e integrados no património da APS, SA, todos os equipamentos e edifícios, ainda que implantados sobre terrenos dominiais, afetos à Administração do Porto de Sines. A Empresa sucedeu ainda na titularidade de todos os bens, direitos e obrigações do Departamento de Pilotagem de Sines do Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP). Passaram também a constituir património da APS, SA, os imóveis do INPP afetos ao Departamento de Pilotagem de Sines.

A APS, SA tem sede na Rua do Porto Industrial, em Sines, Portugal. O seu principal centro de negócio é exercido no mesmo local. A APS, SA, assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do Porto de Sines nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda a atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias. Assim, são competências da Empresa:

- a) atribuição de usos privativos e definição de respetivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens de domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução modificação e extinção da licença ou concessão;
- b) licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, exe-

cução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;

- c) expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) fixação das taxas a cobrar pela utilização do porto, dos serviços nele prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- e) proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- f) uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização.

Na sua área de jurisdição, só a APS pode conceder licenças para execução de obras diretamente relacionadas com a sua atividade e cobrar taxas inerentes às mesmas. As atribuições referentes à gestão da água na área de jurisdição da APS, incluindo a supervisão da sua qualidade, competem ao Instituto da Água e à respetiva Direção Regional do Ambiente. A APS terá de obter parecer prévio das entidades responsáveis pela proteção do ambiente, no que respeita a utilização de edifícios ou de instalações a licenciar, de que possa resultar poluição de qualquer natureza.

No âmbito das orientações da política comum de transportes e da política nacional para o setor marítimo-portuário, a Empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão de autoridade portuária, através do acionamento dos processos de concessão ao setor privado das operações e infraestruturas portuárias, com o consequente afastamento da APS da área operacional (mais “Landlord Port” e menos “Tool Port”) e acentuando as funções de controlo e fiscalização e de Autoridade Portuária.

A empresa é detida integralmente pelo Estado Português, não sendo participada por qualquer sociedade mãe. A empresa foi inicialmente constituída com um capital social de 49.393.461,76 euros, tendo subsequentemente sido aumentado para 80.000.000,00 euros. Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos bens integrados nas contas aquando da sua constituição.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), devendo entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas. Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas

das pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação dos comparativos das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, com exceção da energia elétrica adquirida para transformação e venda com margem que, em 2011, foi registada no custo das mercadorias vendidas e consumidas.

A energia elétrica destina-se à sua transformação para baixa tensão e posterior revenda aos concessionários com uma margem financeira acrescida. Por estes motivos, e também por razões de natureza contabilística, entende-se não fazer sentido manter a eletricidade consumida para efeitos de revenda englobada nos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE – conta 62), transitando, assim, para Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC – conta 61). Em FSE permanece apenas o valor de eletricidade referente às instalações da empresa e aos espaços públicos não afetos aos terminais.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

#### A. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

- Edifícios e outras construções - 10 a 50
- Equipamento básico - 2 a 15
- Equipamento de transporte - 2 a 10
- Equipamento administrativo - 2 a 10

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o

preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”

#### B. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado. Não é considerada qualquer quantia residual.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a amortização desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

#### C. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica “participações financeiras – outros métodos” inclui os investimentos numa participada na qual a empresa não exerce controlo (o que ocorreria se a empresa controlasse direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detivesse o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) nem influência significativa (o que ocorreria se a empresa participasse nas decisões financeiras e operacionais da empresa o que geralmente ocorre nos investimentos que representam entre 20% a 50% do capital de uma empresa).

As participações financeiras são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada. Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respetivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em “Juros e outros rendimentos similares”.

#### D. IMPARIDADE DOS ATIVOS

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

## E. LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

## F. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

## G. INVENTÁRIOS

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao valor de mercado.

## H. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

## I. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

### Clientes

Nos termos da NCRF 27 as entidades podem utilizar dois métodos para mensurar as contas de clientes: i) o método do custo, ou ii) o método do custo amortizado.

A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de clientes são mensuradas ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

### Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo amortizado.

### Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

## J. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

## K. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

## L. RÉDITO

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando: i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens; ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos; iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada; iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

## M. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

## N. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Na preparação das demonstrações financeiras a entidade regista os subsídios para investimento desde que seja certo que serão cumpridas as condições ao seu acesso e que os mesmos serão recebidos. Estes subsídios são reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

No caso dos subsídios relacionados com rendimentos os mesmos são reconhecidos quando cumpridas as condições do seu recebimento e afetos ao período em que ocorre o gasto relacionado.

## O. REFORMAS ANTECIPADAS

A APS é responsável pelo pagamento de pensões de reforma antecipadas, aos trabalhadores que optaram pelo benefício previsto no Dec. Lei nº 467/99, de 6 de novembro. Este decreto refere que, desde que se verificassem determinadas condições até 31 de dezembro de 2002, era permitida a reforma antecipada dos trabalhadores ligados aos institutos e demais entidades portuárias, que fossem subscritores da Caixa Geral de Aposentações. Esta responsabilidade cessa quando os trabalhadores que tenham optado pela aposentação perfaçam 36 anos de serviço ou 70 anos de idade.

As responsabilidades, determinadas com base no valor da pensão atual multiplicada pelo número de anos em que esse benefício ainda vai vigorar (tendo por base as condições da sua cessação), encontram-se cobertas por registo na rubrica Benefícios pós emprego - encargos D.L. 467/99 (ver Nota 8). Esta responsabilidade encontra-se registada ao seu valor nominal, por se considerar que qualquer ajustamento a efetuar decorrente do desconto destes valores não seria significativo.

## P. PENSÕES DE REFORMA

Nos termos do artigo nº 16 do Dec. Lei nº 337/98, de 3 de novembro, a APS ficou obrigada a contribuir, em conjunto com as outras Administrações, para a manutenção do fundo de aposentações do INPP - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, criado pelo Dec. Lei nº 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex-departamento de pilotagem. A Empresa possui ainda uma responsabilidade relacionada com o pagamento de pensões vitalícias de sobrevivência e de sangue a alguns aposentados previstas respetivamente no D.L. 498/72 de 9/12 e D.L. 125/94 de 18/5.

A partir do exercício de 2005 (inclusive), a Empresa passou a adotar a Norma Internacional de Contabilidade nº 19, face à entrada em vigor do SNC passou-se a aplicar a NCRF 28, que deriva da adaptação do anterior normativo, para reconhecimento destas responsabilidades (ver Nota 8).

O financiamento destas responsabilidades, as quais são avaliadas por estudo atuarial desenvolvido anualmente por entidade independente, foi registado na rubrica Benefícios pós emprego a responsabilidade (ver Nota 8).

Os desvios atuariais, caso existam, são registados em rubricas de Capital próprio.

#### **Q. BENEFÍCIOS DE AÇÃO SOCIAL PÓS-EMPREGO (ASSISTÊNCIA MÉDICO-MEDICAMENTOSA E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR)**

A Empresa tem instituído determinados benefícios de ação social pós-emprego para os colaboradores afetos à Caixa Geral de Aposentações e seus familiares. O financiamento destas responsabilidades, as quais são avaliadas por estudo atuarial desenvolvido anualmente por entidade independente, foi registado na rubrica Benefícios pós emprego a responsabilidade (ver Nota 8).

A partir do exercício de 2005 (inclusive), a Empresa passou a adotar a Norma Internacional de Contabilidade nº 19, face à entrada em vigor do SNC passou-se a aplicar a NCRF 28, que deriva da adaptação do anterior normativo, para reconhecimento destas responsabilidades (ver Nota 8).

#### **R. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO**

Na mensuração das propriedades de investimentos a empresa utiliza o modelo do custo.

## **4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS**

Não existem, em 31 de dezembro do período de relato saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para utilização. Os saldos de caixa e seus equivalentes discriminam-se como se segue:

DISPONIBILIDADES			euros
DESCRIÇÃO	2011	2010	Variação %
Depósitos à ordem	1.566.558	639.939	144,80%
Depósitos prazo		15.000.000	-100,00%
<b>Totais</b>	<b>1.566.558</b>	<b>15.639.939</b>	<b>-89,98%</b>

## 5. RÉDITOS E RENDIMENTOS

euros			
Descrição	2011	2010	Variação %
Vendas	1.420.135		n/a
TUP - Navio	9.008.629	8.490.527	6,10%
Tarifa de Pilotagem	2.447.623	2.365.680	3,46%
Fornecimentos e Serviços	873.963	2.170.374	-59,73%
Concessões	16.061.946	15.422.704	4,14%
Licenciamentos	657.071	744.816	-11,78%
Outros réditos	427.760	1.615.161	-73,52%
<b>Subtotal - Vendas + Prestação de Serviços</b>	<b>30.897.127</b>	<b>30.809.262</b>	<b>0,29%</b>
Juros de Depósitos	167.939	338.048	-50,32%
Dividendos	50.440	84.603	-40,38%
Outros réditos			n/a
<b>Subtotal Rendimentos financeiros</b>	<b>218.379</b>	<b>422.651</b>	<b>-48,33%</b>
<b>Total</b>	<b>31.115.506</b>	<b>31.231.913</b>	<b>-0,37%</b>

## 6. VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DE PRODUÇÃO E CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

A APS tem como inventários as seguintes categorias de bens:

- Pedra destinada a prover as necessidades de conservação de molhes e taludes no montante de 292.182,71 € (2010: 292.182,71 €);
- Material de uso corrente para manutenção das ativos fixos tangíveis afetos à operação portuária, nomeadamente lanchas e skimmers no montante de 104.105,62 € (2010: 106.167,17 €);

- Equipamento de proteção individual dos serviços operacionais no montante de 12.155,43 € (2010: 17.853,17 €);
- Materiais diversos no montante de 15.898,12 € (2010: 19.027,05 €);

Não existem inventários escriturados pelo justo valor, não foram efetuados ajustamentos de inventários reconhecidos como gastos do período e não existem inventários dados como penhor de garantia a passivos. Os inventários à data de 31 de dezembro de 2011 apresentam as seguintes classificações e montantes:

euros			
Descrição	2011	2010	Variação %
Existências Iniciais	435.230	433.472	0,41%
Compras / Produção	1.161.740	36.451	3087,11%
Existências Finais	424.781	435.230	-2,40%
Custo Das Existências	1.172.189	34.693	3278,72%

O aumento verificado no custo das existências vendidas e consumidas decorre da reclassificação nesta natureza da eletricidade adquirida para venda que, em 2010, foi contabilizada em fornecimentos e serviços externos.



## 7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Para uma melhor compreensão apresenta-se quadro discriminativo das naturezas mais significativas de gastos em fornecimentos e serviços externos:

euros			
Descrição	2011	2010	Variação %
Trabalhos Especializados	412.978	521.274	-20,78%
Publicidade e Propaganda - Serviços	181.245	244.246	-25,79%
Vigilância Segurança	245.682	242.263	1,41%
Serviços Conservação e Reparação	607.491	870.768	-30,24%
Manutenção Software e Hardware	160.210	233.885	-31,50%
Eletricidade	200.241	1.096.397	-81,74%
Gasóleo	193.412	166.844	15,92%
Água	137.453	203.236	-32,37%
Transportes Pessoal	112.381	147.517	-23,82%
Seguros	99.159	120.541	-17,74%
Limpeza Higiene e Conforto	296.357	346.994	-14,59%
Outros FSE	676.504	652.145	3,74%
<b>Totais</b>	<b>3.323.112</b>	<b>4.846.109</b>	<b>-31,43%</b>

## 8. GASTOS COM O PESSOAL

A redução nos gastos com o pessoal deve-se ao facto de os gastos com os salários do pessoal da CLT se encontrar líquido dos valores faturados ao concessionário, ao contrário do verificado em 2010.

Os gastos com pessoal no período de relato, são discriminados por naturezas no quadro abaixo:

euros			
Descrição	2011	2010	Variação %
Remunerações dos Órgãos Sociais	234.954	280.348	-16,19%
Remunerações do pessoal	6.424.910	8.393.943	-23,46%
Benefícios pós-emprego	2.521	5.346	-52,84%
Indemnização P/Cessação de Funções	274.675		n/a
Encargos sobre remunerações	1.160.412	1.412.839	-17,87%
Seguros acidentes trabalho doen. profissionais	46.905	45.832	2,34%
Gastos de ação social	300.015	461.073	-34,93%
Outros gastos com o pessoal	157.479	117.768	33,72%
<b>Totais</b>	<b>8.601.872</b>	<b>10.717.150</b>	<b>-19,74%</b>



Durante o exercício o número médio de trabalhadores e o número de trabalhadores no fim do período de relato, era, respetivamente de 176 (2010: 211), e de 176, (2010: 211) e apresentava a seguinte distribuição:

INDICADORES	2011*	2010
Dirigentes	3	3
Quadros Superiores	69	72
Quadros Médios	14	0
Quadros Intermédios	0	9
Profissionais Altamente Qualificados e Qualificados *	56	90
Profissionais Semi-qualificados	33	36
Profissionais não Qualificados	1	1
Praticantes / Aprendizizes	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>176</b>	<b>211</b>

\*Exclui 33 trabalhadores a exercer funções em concessionários.

#### RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS POR REFORMAS ANTECIPADAS, PENSÕES DE REFORMA, BENEFÍCIOS SOCIAIS PÓS-EMPREGO E OUTRAS

a) Conforme referido na Nota 3. n), a Empresa é responsável pela manutenção do fundo de aposentações do INPP - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, criado pelo Dec. Lei nº 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex-departamento de pilotagem. A Empresa possui ainda uma responsabilidade relacionada com o pagamento de pensões vitalícias de sobrevivência e de sangue a alguns aposentados.

Os estudos atuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010, para efeitos de apuramento nessas datas, das responsabilidades acumuladas, tiveram por base os seguintes pressupostos:

Data de Referência	31-12-2011	31-12-2010
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábuas de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	4,75%	5,06%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a cobertura das responsabilidades da Empresa registrada em Balanço era a seguinte:

euros		
<b>Benefícios pós emprego</b>	<b>31-12-2011</b>	<b>31-12-2010</b>
Responsabilidades por serviços passados - pensionistas	642.674	673.515
Benefícios pós emprego em Balanço	642.674	673.515
Percentagem de cobertura	100,00%	100,00%

Conforme também referido na Nota 3. n), a Empresa adota como política contabilística para reconhecimento das suas responsabilidades com pensões de reforma, os critérios consagrados na Norma contabilística e de relato financeiro 28.

A evolução das responsabilidades por serviços passados entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2011, é discriminada seguidamente:

euros		
<b>Pensões vitalícias + Sub Morte funeral</b>	<b>31-12-2011</b>	<b>31-12-2010</b>
Saldo Inicial	-673.515	-668.324
Custo com serviços correntes	-1.236	-1.032
Custo financeiro	-32.409	-34.938
Ganhos e perdas atuariais	-11.153	-35.302
Pensões pagas	75.639	66.081
<b>Saldo Final</b>	<b>-642.674</b>	<b>-673.515</b>

As perdas atuariais, que ascenderam a 11,2 milhares de euros, foram registadas na rubrica de resultados transitados. O custo dos serviços correntes e o custo dos juros foram registados a débito da rubrica de custos com pessoal.

Os estudos atuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010, para efeitos de apuramento nessas datas, das responsabilidades acumuladas, tiveram por base os seguintes pressupostos:

**b)** Conforme referido na Nota 3. o), a Empresa tem instituído determinados benefícios de ação social pós-emprego para os colaboradores afetos à Caixa Geral de Aposentações e seus familiares.

<b>Data de Referência</b>	<b>31-12-2011</b>	<b>31-12-2010</b>
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábuas de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	4,75%	5,06%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a cobertura das responsabilidades da Empresa pela provisão em Balanço era a seguinte:

euros		
<b>Custos de Ação Social</b>	<b>31-12-2011</b>	<b>31-12-2010</b>
Responsabilidades por serviços passados:	2.077.688	2.404.299
- ativos		
- pensionistas		
- outros		
Custos de Ação Social em Balanço	2.077.688	2.404.299
Percentagem de cobertura	100%	100%

Conforme também referido na Nota 3. p), a Empresa adota como política contabilística para reconhecimento das suas responsabilidades com benefícios de ação social pós emprego, os critérios consagrados na Norma de Contabilidade e Relato Financeiro n.º 28.

A evolução das responsabilidades por serviços passados entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2011, é discriminada seguidamente:

euros		
<b>Custos de Ação Social</b>	<b>31-12-2011</b>	<b>31-12-2010</b>
Saldo Inicial	-2.404.299	-2.632.715
Custo com serviços correntes	-24.146	-24.499
Custo financeiro	-118.899	-141.144
Ganhos e perdas atuariais	448.151	362.171
Benefícios pagos	21.505	31.888
<b>Saldo Final</b>	<b>-2.077.688</b>	<b>-2.404.299</b>

Os ganhos atuariais, os quais de acordo com o estudo atuarial ascenderam a 448,2 milhares de euros, foram registados na rubrica de Resultados Transitados.

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros foram registados a débito da rubrica de custos com pessoal.

c) Conforme referido na Nota 3. q), a Empresa é responsável pelo pagamento de pensões de reforma antecipadas aos trabalhadores que optaram pelo benefício previsto no Dec. Lei nº 467/99, de 6 de novembro.

A variação nas responsabilidades (determinada a custos nominais) ocorrida no exercício, bem como o valor da provisão em Balanço é a seguinte:

euros		
<b>Dec. Lei 467/99</b>	<b>31-12-2011</b>	<b>31-12-2010</b>
Registo em Balanço no início do exercício	23.814	78.262
Ganhos e Perdas Atuariais	939	
Benefícios Pagos	23.814	-54.448
Registo em Balanço no final do exercício	939	23.814
Percentagem de cobertura da Provisão	100%	100%

## 9. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos incluem os itens conforme descrito no seguinte quadro:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS			euros
Descrição	2011	2010	Variação %
Mais valias contabilísticas	3.302	23.728	-86,09%
Imputação Subsídios para investimento do governo	7.404.993	7.471.994	-0,90%
Outros rendimentos e ganhos	81.133	70.195	15,58%
<b>Totais</b>	<b>7.489.428</b>	<b>7.565.917</b>	<b>-1,01%</b>

## 10. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os custos de empréstimos obtidos são considerados gastos do período de acordo com a NCRF 10.

Em 2011 os gastos com empréstimos obtidos, empréstimo do BEI, atingiram os montantes descritos no quadro seguinte:

			euros
Descrição	2011	2010	Variação %
Juros e gastos similares suportados	11.484	113.151	-89,85%

## 11. ATIVO FIXO TANGÍVEL

A composição e os movimentos ocorridos, por natureza, do ativo fixo tangível e respetivas depreciações, no período de relato são como se indica nos quadros seguintes:

### ATIVO FIXO TANGÍVEL

2010						euros
Designação	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Abates	Saldo Final
Tangível-Terrenos/Recursos Naturais	4.749.399					4.749.399
Tangível-Edifícios/Construções	64.812.321	54.379		286.325		65.153.025
Ativo Fixo Tangível - Bens do Domínio Público	359.299.249					359.299.249
Equipamento Básico	10.918.569	421.912	-39.904			11.300.577
Equipamento de Transporte	1.262.316	395.626	-135.259			1.522.683
Equipamento Administrativo	3.223.021	358.090			-9.500	3.571.611
Ativo Tangível-Outros	238.081	9.983			-63	248.001
Ativo Tangível em Curso	286.325	558.852		-88.875		756.302
<b>Totais</b>	<b>444.789.280</b>	<b>1.798.842</b>	<b>-175.162</b>	<b>197.450</b>	<b>-9.563</b>	<b>446.600.847</b>

2011

euros

Designação	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Abates	Saldo Final
Tangível-Terrenos/Recursos Naturais	4.749.399					4.749.399
Tangível-Edifícios/Construções	65.153.025	140.647				65.293.671
Ativo Fixo Tangível - Bens do Domínio Público	359.299.249	46.888				359.346.137
Equipamento Básico	11.300.577	629.774	-25.937	555.108		12.459.521
Equipamento de Transporte	1.522.683	9.864	-16.645		-1.748	1.514.154
Equipamento Administrativo	3.571.611	117.628				3.689.239
Ativo Tangível-Outros	248.001	264.739				512.740
Ativo Tangível em Curso	756.302	20.317.812		-555.108		20.519.007
<b>Totais</b>	<b>446.600.847</b>	<b>21.527.351</b>	<b>-42.582</b>		<b>-1.748</b>	<b>468.083.868</b>

## DEPRECIAÇÕES E IMPARIDADES DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

2010

euros

Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço	Transferências e Abates	Saldo Final
Terrenos		1.948.000		1.948.000
Tangível-Edifícios/Construções	13.315.025	2.563.159		15.878.184
Ativo Fixo Tangível - Bens do Domínio Público	45.389.351	8.193.687		53.583.038
Equipamento Básico	4.198.423	1.078.855	-33.669	5.243.610
Equipamento de Transporte	703.906	277.045	-135.259	845.693
Equipamento Administrativo	2.355.445	354.936	-8.626	2.701.754
Ativo Tangível-Outros	198.444	22.275	-63	220.656
<b>Totais</b>	<b>66.160.594</b>	<b>14.437.957</b>	<b>-177.617</b>	<b>80.420.935</b>

2011

euros

Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço	Transferências e Abates	Saldo Final
Terrenos	1.948.000	340.563		2.288.563
Tangível-Edifícios/Construções	15.878.184	2.580.414		18.458.598
Ativo Fixo Tangível - Bens do Domínio Público	53.583.038	8.196.818		61.779.856
Equipamento Básico	5.243.610	1.193.246	-21.330	6.415.526
Equipamento de Transporte	845.693	287.803	-22.761	1.110.735
Equipamento Administrativo	2.701.754	348.888		3.050.643
Ativo Tangível-Outros	220.656	17.189		237.845
<b>Totais</b>	<b>80.420.935</b>	<b>12.964.922</b>	<b>-44.091</b>	<b>93.341.766</b>

De acordo com decisão da Assembleia Geral procedeu-se a avaliação por entidade independente, precedida de concurso, de que resultou o reforço da imparidade no montante de 340.563 eur. Refira-se que em 2010 tinha sido registada imparidade no valor de 1.948.000 eur. baseada em avaliação efetuada em 2007.

Não há itens afetos como garantia de passivos. Pela sua relevância nas demonstrações financeiras listam-se os bens que, nos termos do Decreto-Lei 337/98, são considerados bens de domínio público, afetos à APS e que não podem ser alienados ou onerados.

BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO				euros
Descrição	2011			2010
	Valor de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines	55.570.335	6.091.508	49.478.827	50.590.710
Terminal XXI Acessos terrestres com rotunda de nível	90.180	31.500	58.680	62.681
Talude de retenção do molhe Oeste	3.357.514	283.885	3.073.629	3.140.326
Viaduto Especial	2.909.883	785.282	2.124.600	2.222.283
Acessibilidades Rodo-Ferroviárias à Zona Leste Porto	12.776.734	3.681.461	9.095.274	9.733.538
Moinho de Monte Chãos pedra de Sines	79.824	42.765	37.059	45.001
Sinalização do Ramal ferroviário do Terminal XXI	923.375	604.969	318.406	434.191
Via férrea	19.480	4.443	15.037	15.815
Regularização do talude a sul do posto 2 do TP	17.100	5.344	11.756	12.611
Iluminação do Molhe Leste	39.119	22.920	16.199	21.059
Molhe Oeste	87.043.725	12.067.472	74.976.252	76.439.204
Terraplenos do Terminal Petroleiro	4.080.167	3.366.138	714.029	1.122.046
Terraplenos do Terminal Petroquímico	2.444.110	2.016.390	427.719	672.130
Molhe do Porto de Pesca	2.993.815	380.112	2.613.702	2.659.759
Obras Interiores Porto de Pesca	3.754.749	745.516	3.009.233	3.104.012
Molhe do Porto de Recreio	4.144.262	458.662	3.685.601	3.741.232
Obras Interiores Porto Recreio	2.455.831	506.515	1.949.316	2.010.712
Ampliação da área de serviço (1ª fase)	17.537	73	17.464	
Molhe do Porto de Construção	9.477.908	3.557.257	5.920.651	6.351.244
Obras Interiores Porto Construção	9.437.755	2.225.300	7.212.455	7.482.079
Molhe do Terminal de Carvão	77.404.071	9.827.680	67.576.391	68.767.164
Obras Interiores Terminal Carvão	50.541.695	8.682.323	41.859.372	42.912.438
Posto de Descarga Provisória de Carvão	2.618.689	583.715	2.034.974	2.105.756
Via Rápida 52	1.751.778	722.609	1.029.170	1.116.759
Via Rápida 53	4.696.135	1.797.692	2.898.443	3.145.119
Viaduto na VR 53	636.965	175.269	461.695	482.923
Ampliação do terminal multipurpose do porto Sines	20.011.184	3.101.709	16.909.476	17.309.700
Terraplenos do Terminal Multipurpose	22.865	8.289	14.576	15.719
Sinalização Vertical na Área de Jurisdição da APS	29.351	3.057	26.293	
<b>Totais</b>	<b>359.346.137</b>	<b>61.779.856</b>	<b>297.566.281</b>	<b>305.716.211</b>

A APS tem compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis no montante de 14.442.621,24€

## 12. ATIVO INTANGÍVEL

A composição e os movimentos ocorridos, por natureza, do ativo fixo intangível e respectivas amortizações, no período de relato são como se indica nos quadros seguintes:

2010						euros
Designação	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Abates	Saldo Final
Programas de computador	1.304.309	256.284				1.560.594
Ativo Intangível em Curso	241.300	179.570		-197.450		223.420
<b>Totais</b>	<b>1.545.609</b>	<b>435.854</b>		<b>-197.450</b>		<b>1.784.013</b>

2011						euros
Designação	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Abates	Saldo Final
Programas de computador	1.560.594	654.182		130.789		2.345.565
Ativo Intangível em Curso	223.420			-130.789		92.630
<b>Totais</b>	<b>1.784.013</b>	<b>654.182</b>				<b>2.438.195</b>

### DEPRECIAÇÕES DE ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

2010					euros
Designação	Saldo Inicial	Reforço	Transferências e Abates	Saldo Final	
Programas de computador	618.445	353.726		972.171	
<b>Totais</b>	<b>618.445</b>	<b>353.726</b>		<b>972.171</b>	

2011					euros
Designação	Saldo Inicial	Reforço	Transferências e Abates	Saldo Final	
Programas de computador	972.171	513.839		1.486.010	
<b>Totais</b>	<b>972.171</b>	<b>513.839</b>		<b>1.486.010</b>	

Os ativos intangíveis foram gerados por entidades externas. A generalidade dos itens de ativos fixos intangíveis têm vida finita sendo amortizados conforme descrito anteriormente. A APS não detém qualquer ativo fixo intangível cuja titularidade esteja restringida nem dado como garantia de passivos.

A APS tem compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos intangíveis no montante de 229.717,14 euros.

### 13. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS

A APS, SA participa nas sociedades seguintes, com as percentagens de capital indicadas:

#### ADRAL

**Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.**

**SEDE:**

Rua Intermédia do Pite nº 4 e 6 - 7000-171 Évora

**PARTICIPAÇÃO:**

3,6% no montante de 17.956,72 € (2010: 3,6% - 17.956,72 €)

**CAPITAIS PRÓPRIOS 2010:**

564.992,09 € (2009: 510.886,13 €)

**RESULTADO LÍQUIDO 2010:**

858,22 € (2009: 1.372,68 €)

O custo de aquisição desta participação foi de 17.956,72 e foi registada imparidade pelo mesmo valor em 2010

#### AICEP GLOBAL PARQUES

**Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, SA.**

**SEDE:**

SODIAPARK - Estrada do Vale da Rosa - 2910-845 Setúbal

**PARTICIPAÇÃO:**

2,15% no montante de 434.265,00 € (2010: 2,15% - 434.265,00 €)

**CAPITAIS PRÓPRIOS 2010:**

27.172.166,91 € (2009: 125.383.985,17 €)

**RESULTADO LÍQUIDO 2010:**

2.468.164,80 € (2009: -2.908.598,68 €)

**DIVIDENDOS ATRIBUÍDOS EM 2010 REFERENTES EXERC. 2010:**

84.602,92 €

#### EDAB

**Empresa para o Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S.A.**

**SEDE:**

Rua Fernando Namora nº 20 - 7800-502 Beja

**PARTICIPAÇÃO:**

1,25% no montante de 50.000,00 € (2010: 1,25% - 50.000,00 €)

**CAPITAIS PRÓPRIOS 2010:**

20.815.802 € (2009: 3.989.102,87 €)

**RESULTADO LÍQUIDO:**

0 € (2009: 5,20 €)

O custo de aquisição desta participação foi de 50.000,00 e foi registada imparidade pelo mesmo valor em 2010

### 14. IMPOSTOS

O valor do imposto corrente e os saldos verificados nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi como segue:

IMPOSTO CORRENTE			euros
Descrição	2011	2010	Variação %
Imposto do período	2.985.678	2.329.440	28,17%
Imposto diferido	-2.187.212	-2.076.154	-5,35%
<b>Imposto corrente</b>	<b>798.466</b>	<b>253.286</b>	<b>215,24%</b>

IMPOSTOS DIFERIDOS			euros
Descrição	2011	2010	Variação %
Impostos diferidos Ativos	639.560	533.151	19,96%
Impostos diferidos Passivos	68.348.038	68.142.462	0,30%



## DECOMPOSIÇÃO DO IMPOSTO EM IMPOSTO CORRENTE E IMPOSTO DIFERIDO

	euros	
Descrição	2011	2010
Imposto s/ rendimento corrente	-2.985.678	-2.329.440
Imposto s/ rendimento diferido	2.187.212	2.076.154
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>-798.466</b>	<b>-253.286</b>
Resultado consolidado antes de Imposto	9.169.128	6.284.027
Taxa de Imposto	28,42%	28,20%
<b>Imposto calculado</b>	<b>-2.605.922</b>	<b>-1.769.243</b>
Custos não dedutíveis	-77.526	-552.924
Rendimentos não tributáveis	4.073	22.388
Outros	-161.702	-117.297
ID Passivos - Subsídios	2.080.803	2.196.205
Tributação autónoma	-38.191	-32.415
<b>Imposto sem correções fiscais</b>	<b>-798.466</b>	<b>-253.286</b>
Imposto s/ rendimento corrente	-2.985.678	-2.329.440
Imposto s/ rendimento diferido	2.187.212	2.076.154
Imposto s/ rendimento	-798.466	-253.286
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>8,71%</b>	<b>4,00%</b>

A taxa aplicada em 2011 para cálculo dos impostos diferidos foi de 28,10%, a qual resulta do apuramento de uma taxa média teórica ponderada pela taxa de 2,5% para resultados superiores a dois milhões de euros por aplicação da derrama estadual. No cálculo dos impostos diferidos referentes a 2010 a empresa utilizou a taxa de 28,10%.

2010	euros	
Exercício 2010 - Impostos diferidos Ativos	Base de calculo	Imposto Diferido
Impostos diferidos - Efeito de transição POC vs SNC Cálculo inicial		
Saldo da conta 5611300000 em 01/01/2010 - Cálculo inicial	1.734.137	487.293
Impostos diferidos - Efeito de transição POC vs SNC Cálculo inicial		
Regularização de acordo com a norma fiscal 5 anos	487.293	97.459
Anulação de imposto diferido - imparidades de clientes 2008		-9.724
Anulação de imposto diferido - provisão terrenos 2008		-32.887
Anulação de imposto diferido - imparidades de clientes 2009		-26.724
Pedreira em 2009 (Até 2009 a diferença era definitiva) a partir de 2010 é custo	156.832	44.070
Casa de Santo André (Saldo da provisão em 31/12/2010)	45.629	12.822
Imparidades de clientes 2010 (saldo critério económico)	117.187	32.929
ID - Estudo atuarial		53.496
6373100000 Pensões Vitalícias EA	9.870	2.773
6373200000 Sub. Morte e Funeral EA	2.198	618
6373300000 Custos ação social EA	178.310	50.105

2011		euros
Exercício 2011 - Impostos diferidos Ativos	Base de cálculo	Imposto Diferido
Impostos diferidos - Efeito de transição POC vs SNC	1.040.482	292.376
Regularização de acordo com a norma fiscal 5 anos	346.827	69.365
<b>Saldo Efeito de transição</b>		<b>223.010</b>
Casa de Santo André (Saldo da provisão em 31/12/2011)	44.558	12.521
Imparidades de clientes 2011 (saldo critério económico)	73.169	20.561
ID - Estudo atuarial	174.570	49.054
ID - Provisão para reestruturação	1.190.088	334.415
<b>Impostos diferidos Ativos</b>		<b>639.560</b>

2010		euros
Exercício 2010 - Impostos diferidos Passivos	Base de cálculo	Imposto Diferido
Impostos diferidos - Subsídios Investimento		
Saldo conta 5931000000 em 01/01/2010	247.781.487	
Subsídios recebidos em 2010	2.190.374	
Base de cálculo	249.971.860	70.242.093
Regularização de Subsídios Investimento pela imputação a ganhos no exercício	7.471.994	2.099.630

2011		euros
Exercício 2011 - Impostos diferidos Passivos	Base de cálculo	Imposto Diferido
<b>Impostos diferidos - Subsídios Investimento</b>		
Saldo conta 5931000000 em 01/01/2011	242.499.866	
Subsídios recebidos em 2011	256.257	
Estimativa do subsídio POVT p/ampliação molhe leste	7.880.323	
<b>Base de cálculo</b>	<b>250.636.446</b>	<b>70.428.841</b>
<b>Regularização de subsídios Investimento pela imputação a ganhos no exercício</b>	<b>7.404.993</b>	<b>2.080.803</b>

O registo de impostos diferidos passivos ficou a dever-se exclusivamente ao registo dos subsídios para ativos fixos, tangíveis e intangíveis em capitais próprios.

CONCILIAÇÃO DOS RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL		euros
Conciliação entre o RAI e o Resultado Fiscal	2011	2010
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8.370.662	6.030.741
Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL 159/2009, de 13/7)	346.827	346.827
<b>SOMA</b>	<b>8.023.835</b>	<b>5.683.913</b>
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	5.503	
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	177.091	163.400
Ajustamentos em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e perdas por imparidade em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.º 35.º)	35.642	122.681
Depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º 1), perdas por imparidade de ativos depreciables ou amortizáveis (art.º 35.º, n.º 4) e desvalorizações excecionais (art.º 38.º), não aceites como gastos	617.529	1.962.360
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 3 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros	1.190.088	8.740
IRC e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 45.º, n.º 1, al. a)]	2.985.678	2.329.440
Impostos diferidos [art.º 45.º, n.º 1, al. a)]	228.005	97.459
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações [art.º 45.º, n.º 1, al. d)]	515	1.157
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 45.º, n.º 1, al. e)]	178	
Encargos não devidamente documentados [art.º 45.º, n.º 1, al. g)]	508	118
50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 48.º, n.ºs 1, 4 e 5)	1.651	
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.º 62.º e 65.º do EBF e Estatuto do Mecenato Científico)	250	250
Menos Valias viatura ligeira de passageiros (Art.º 45.º n.º1 al. L)		9.687
<b>SOMA</b>	<b>13.266.474</b>	<b>4.695.291</b>
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	120.423	12.315
Reversão de ajustamentos em inventários tributados (art.º 28.º, n.º 3) e de perdas por imparidade tributadas (art.º 35.º, n.º 3)	351.701	5.494
Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 3 e 39.º, n.º 4)	21.599	36.004
Impostos diferidos [art.º 45.º, n.º 1, al. a)]	2.415.218	2.173.613
Mais-valias contabilísticas	3.302	23.728
Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º)		4.378
Benefícios Fiscais	12.680	25.093
<b>SOMA</b>	<b>2.924.923</b>	<b>2.280.625</b>
<b>LUCRO TRIBUTÁVEL</b>	<b>10.341.552</b>	<b>8.098.579</b>

## 15. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica Clientes apresentava as seguintes maturidades:

DÍVIDAS DE CLIENTES			euros
Descrição	2011	2010	Variação %
Antiguidade < 90 dias	7.010.577	6.328.040	10,79%
Antiguidade 90 -180 dias	90.032	118.005	-23,70%
Antiguidade > 180 dias	261.386	188.211	38,88%
<b>Totais</b>	<b>7.361.996</b>	<b>6.634.256</b>	<b>10,97%</b>

IMPARIDADES DE CLIENTES			euros
Descrição	2011	2010	Variação %
Cumprimento do Critério Fiscal	104.634	55.359	89,01%
Diferencial segundo Critério Económico	73.169	123.252	-40,63%
<b>Totais</b>	<b>177.803</b>	<b>178.612</b>	<b>-0,45%</b>

## 16. CAPITAL E RESERVA LEGAL

Os saldos a 31 de dezembro de 2011 e 2010 de 80.000.000,00 Euros compreendem 16.000 ações com um valor nominal cada de 5,00 Euros, as quais se encontram integralmente liberadas.

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, no entanto o Dec. Lei 337/98 determina que a reserva legal seja no mínimo de 10% até que esta represente pelo menos 20% do capital. No caso da APS, e por força do disposto no n.º 1 do art.º 17 dos estatutos, o mínimo a afeitar ao reforço da reserva legal é de 10% do resultado líquido. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

## 17. PROVISÕES

2010					euros
Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final	
Provisões para Processos Judiciais em Curso	253.489		190.981	62.508	
Recuperação paisagística da Pedreira	910.028	156.832		1.066.860	
Outras Provisões	51.688		1.071	50.617	
<b>Totais</b>	<b>1.215.205</b>	<b>156.832</b>	<b>192.052</b>	<b>1.179.985</b>	

2011						euros
Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Utilização	Saldo Final	
Provisões para Processos Judiciais em Curso	62.508			12.508	50.000	
Recuperação paisagística da Pedreira	1.066.860	156.832		8.020	1.215.672	
Outras Provisões	50.617		1.071		49.546	
Provisões-Reestruturação		1.190.088			1.190.088	
<b>Totais</b>	<b>1.179.985</b>	<b>1.346.920</b>	<b>1.071</b>	<b>20.528</b>	<b>2.505.306</b>	

A empresa constituiu provisão para reestruturação por atribuir, a trabalhadores que reunissem condições legais de aposentação antecipada, e a requeressem, indemnização pelos anos em falta para atingir a idade limite de aposentação (70 anos).

## 18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

				euros
Descrição	2011	2010	Variação %	
<b>Empréstimos obtidos</b>		<b>2.392.690</b>	<b>-100,00%</b>	
BEI - Médio/Longo prazo			n/a	
BEI - Curto prazo		2.392.205	-100,00%	
Outros - Curto prazo		485	-100,00%	

## 19. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica Fornecedores apresentava as seguintes maturidades:

				euros
Descrição	2011	2010	Variação %	
Antiguidade < 90 dias	4.536.611	1.658.698	173,50%	
Antiguidade 90 - 180 dias	500	11.942	-95,81%	
Antiguidade > 180 dias	225.998	215.649	4,80%	
<b>Totais</b>	<b>4.763.109</b>	<b>1.886.289</b>	<b>152,51%</b>	

## 20. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresentava os seguintes valores a pagar ao Estado:

euros			
Descrição	2011	2010	Variação %
Imposto sobre o Valor Acrescentado	563.369	-235.617	339,10%
Imposto sobre o Rend. P. Coletivas	909.880	-1.086.124	183,77%
Imposto sobre o Rend. P. Singulares	161.945	-187.647	186,30%
Contribuições para a Segurança Social	184.417	-200.659	191,91%
Outros			n/a
<b>Totais</b>	<b>1.819.610</b>	<b>-1.710.048</b>	<b>206,41%</b>

Não existiam débitos em mora em 31/12/2011.

## 21. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

As outras Contas a pagar incluem Credores por acréscimos de gastos relativos a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias) e outras naturezas conforme detalhe do quadro seguinte:

euros			
ATIVO	2011	2010	Variação %
<b>Outras Contas a receber</b>	<b>8.576.440</b>	<b>424.185</b>	<b>1921,86%</b>
Devedores por acréscimos	691.114	417.318	65,61%
Outras Contas a receber	7.885.326	6.867	114.733,45%
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>555.808</b>	<b>712.868</b>	<b>-22,03%</b>
Seguros	19.261	94.107	-79,53%
Bei		47.629	-100,00%
Outros Gastos Antecipados	40.331	56.262	-28,32%
Redução área TGLS	496.216	514.871	-3,62%
PASSIVO	2011	2010	Variação %
<b>Outras contas a pagar</b>	<b>5.402.819</b>	<b>2.625.187</b>	<b>105,81%</b>
Encargos Com Férias	550.002	997.394	-44,86%
Juros		95.982	-100,00%
IPTM	342.008	357.240	-4,26%
Credores por acréscimos de gastos - Outros	403.017	215.213	87,26%
Indemnizações ref. Antecipadas			n/a
Outras contas a pagar	4.107.791	959.357	328,18%
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b>2.285.921</b>	<b>2.210.548</b>	<b>3,41%</b>
Rendimentos de Clientes	2.230.066	2.152.943	3,58%
Outros rendimentos a reconhecer	55.855	57.604	-3,04%

## 22. PARTES RELACIONADAS

Remunerações do pessoal-chave da gestão:

euros

Descrição	2011	2010	Variação %
<b>Total de remunerações</b>	<b>240.858</b>	<b>247.098</b>	<b>-2,53%</b>
Total de benefícios de curto prazo	50.534	48.319	4,58%

## 23. RECONHECIMENTO, REGISTO, MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BENS ADQUIRIDOS OU CONSTRUÍDOS POR CONCESSIONÁRIOS DE SERVIÇO PÚBLICO E POR CONCESSIONÁRIOS DE USOS PRIVATIVOS DE BENS DOMINIAIS QUE REVERTAM PARA A ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA NO FINAL DOS RESPECTIVOS CONTRATOS.

### ÂMBITO

Pretende-se expressar a política contabilística a adotar pelas Administrações Portuárias no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos.

Foram tomados em consideração o parecer da Comissão de Normalização Contabilística datado de 3 de janeiro de 2012 e o princípio do custo-benefício na preparação das demonstrações financeiras, em particular a minimização de custos na identificação e mensuração de ativos e a objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as Administrações Portuárias. Na sequência desse parecer, as autoridades portuárias, entre as quais a APS, passarão futuramente a integrar nas suas contas a relevação contabilística daquelas infraestruturas portuárias.

### RECONHECIMENTO

#### Registo contabilístico

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que as Administrações Portuárias beneficiam de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público e/ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, será incorporada no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias que serão incorporadas no ativo tangível da concedente. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo intangível será reconhecido na conta 445 – Concessões – Bens a reverter (esta conta poderá ser subdividida em 4451 – Concessões – Bens a reverter em contratos de serviço público e 4452 – Concessões – Bens a reverter em contratos de usos privativos) por contrapartida da conta 282 – Rendimentos a reconhecer. No caso específico das infraestruturas portuárias, o ativo tangível será reconhecido em subconta apropriada da 432 – Edifícios e outras construções por contrapartida da conta 282 – Rendimentos a reconhecer.

O ativo deverá ser amortizado/depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos serão reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão. As quantias correspondentes à diferença entre a amortização/depreciação do ativo intangível e o rendimento do período, incluídas nos resultados líquidos anuais, serão transferidas, no período imediatamente seguinte, para a conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões.

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 – Concessões – Bens a reverter. O ativo tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões será transferido para a conta 595 – Outras variações no capital próprio – Concessões.

## Mensuração

A mensuração inicial será realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário será obtido com base em informação contabilística a fornecer pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão serão incorporados nos períodos da sua realização.

## Divulgação em anexo

Deverá proceder-se às divulgações aplicáveis (ver parágrafos 117 a 119 da NCRF 6), com especial ênfase para:

- Descrição dos bens, contratos e direitos de reversão envolvidos;
- Os critérios de reconhecimento;
- Os critérios de mensuração inicial e subsequente;
- As vidas úteis e respetiva amortização/depreciação;
- As quantias brutas, amortizações/depreciações acumuladas.

## NOTAS ADICIONAIS

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privados de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da 432 – Edifícios e outras construções por contrapartida da 78 - Outros Rendimentos e Ganhos.

Proceder-se-á ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

As concessões que se enquadram na política contabilística acima enunciada são as seguintes:

CONCESSÃO	Terminal Petroquímico
Concessionário	REPSOL POLIMEROS, LDA.
Data de início	2006/01/01
Prazo	20 anos
Infraestrutura	Não disponível
Equipamentos	Não disponível
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	Os bens afetos à concessão reverterão para a APS, livres de qualquer ónus ou encargos, salvo aqueles cuja oneração ela tiver consentido, tendo a Repsol direito a uma indemnização respeitante, exclusivamente, aos investimentos e encargos com manutenção e conservação por si efetuados no objeto da concessão e que ainda não se encontrem amortizados pelo decurso do prazo, correspondente ao respetivo valor líquido contabilístico (nº 4 cl. 12ª)

CONCESSÃO	Terminal Multipurpose do Porto de Sines
Concessionário	PORTSINES-TERMINAL MULTIPURPOSE DE SINES, S.A.
Data de início	1992/05/02
Prazo	25 anos
Infraestrutura	1.580.767 euros
Equipamentos	8.294.845 euros
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	Os bens afetos à concessão reverterão gratuitamente para a Concedente, livres de quaisquer ónus ou encargos, salvo aqueles cuja oneração ela tiver consentido (cl. XXXIV). A concessionária terá no entanto direito a uma indemnização correspondente ao valor histórico, líquido de amortizações, dos investimentos realizados nos últimos cinco anos em equipamento para movimentação de carga geral, com exclusão do carvão, desde que tais investimentos tenham sido aprovados por escrito pela Concedente (nº 5 cl. X)



CONCESSÃO	Serviço Público de Abastecimento de Bancas por Meios Terrestres Fixos nos Terminais Petrolífero e Petroquímico
Concessionário	PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, S.A.
Data de início	2003/06/01
Prazo	10 anos
Infraestrutura	Não disponível
Equipamentos	Não disponível
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	A reversão para a concedente dos bens afetos à concessão será feita livre de ónus ou encargos, à exceção daqueles cuja oneração a concedente tiver consentido e mediante o pagamento à concessionária do montante que for fixado por avaliação, efetuada por entidade independente, a designar por mútuo acordo ou, na sua falta, pelo presidente do Tribunal da relação de Évora, a qual terá por base o estado de operacionalidade e o tempo de vida útil dos equipamentos, à data da avaliação (nº 4 cl. 14ª)

CONCESSÃO	Porto de Pesca de Sines
Concessionário	DOCAPESCA - PORTOS E LOTAS, S.A.
Data de início	1994/09/28
Prazo	25 anos
Infraestrutura	Não disponível
Equipamentos	Não disponível
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	No termo da concessão a concessionária entregará à concedente, sem direito a qualquer indemnização, o porto de pesca concedido, com todas as instalações que recebeu ou tiverem sido posteriormente construídas pela concedente (nº 1 cl. 15ª)

CONCESSÃO	Uso Privativo de parcela de terreno dominial - Terminal GNL
Concessionário	REN ATLÂNTICO, Terminal de GNL, S.A.
Data de início	2000/10/30
Prazo	28 anos
Infraestrutura	Não disponível
Equipamentos	Não disponível
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	As obras executadas e as instalações fixas referentes ao Terminal reverterão para o Estado, sem prejuízo da oneração de ativos da concessionária a favor das entidades financiadoras do projeto de construção do Terminal (nº 9)

CONCESSÃO	Terminal de Granéis Líquidos e da Gestão Integrada de Resíduos do Porto de Sines
Concessionário	CLT - COMPANHIA LOGÍSTICA DE TERMINAIS MARÍTIMOS, S.A.
Data de início	2008/08/01
Prazo	30 anos
Infraestrutura	Não disponível
Equipamentos	Não disponível
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	Com exceção das instalações desmontáveis, que poderão ser livremente retiradas pela Concessionária a expensas suas, reverterem para a Concedente todos os bens que integram o estabelecimento da Concessão, livres de ónus ou encargos, em bom estado de conservação, funcionamento e segurança. Excetuam-se, quanto ao direito de indemnização, os investimentos de substituição ou de atualização tecnológica realizados pela Concessionária durante os últimos 8 (oito) anos de vigência do Contrato, mediante aprovação expressa da Concedente, no caso em que esta tenha assumido o compromisso de indemnizar aquela, no termo do prazo da Concessão, pelo respetivo valor contabilístico atualizado líquido de amortizações (cl. 30ª)

## 24. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTOS				euros
Descrição	2011			2010
	Valor de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Acessibilidades Rodo-Ferroviárias à Zona Leste	9.273.158	-2.338.044	6.935.115	7.421.789
Acesso Ferroviário T.C.G. Linha Férrea	580.225	-178.202	402.023	436.238
Acesso Ferroviário T.C.G. Plataforma de Betão	71.044	-21.819	49.225	53.414
Ampliação do Molhe Leste XXI	29.762.944	-3.008.367	26.754.578	27.339.377
Ampliação do Molhe Leste XXI - Subsídio FEDER	912.105	-22.803	889.302	908.847
Cartão Unico Portuario CUP - Subsídio	125.000	-16.984	108.017	116.169
Embarcação de Combate à Poluição	101.340	-66.322	35.018	47.752
Estudo Prolongamento Molhe Leste XXI 2ª Fase	78.750	-32.250	46.500	46.500
FEDER ENVIREG - Viatura Pesada de Combate a Incêndios	135.336	-118.301	17.035	39.749
FEDER-ENVIREG - Embarcação de Recolha de Hidrocarbonetos	191.674	-191.674		28.993
FEDER-Molhe Oeste	54.713.096	-4.958.908	49.754.188	50.697.395
Infraest. Alta Disponibilidade – Comunicação Seg. Dados	197.906	-40.026	157.880	184.564
Molhe do Porto de Construção	8.163.322	-2.242.671	5.920.651	6.351.244
Molhe do Porto de Pesca	1.853.045	-155.770	1.697.275	1.727.183
Molhe do Porto de Recreio	2.693.043	-196.286	2.496.757	2.534.444
Molhe do Terminal do Porto de Carvão	73.778.336	-6.201.945	67.576.391	68.767.164
Obras Interiores do Porto de Construção	8.616.749	-1.404.294	7.212.455	7.482.079
Obras Interiores do Porto de Pesca	2.163.170	-318.070	1.845.101	1.903.214
Obras Interiores do Porto de Recreio	1.543.686	-217.543	1.326.143	1.367.911
Obras Interiores do Terminal do Porto de Carvão	47.344.090	-5.484.719	41.859.372	42.912.438
Construção Circulação Rodoviária Acesso ZAL e Porto de Recreio	693.522	-147.855	545.667	581.254
Posto de Descarga Provisório de Carvão	2.403.629	-368.655	2.034.974	2.105.756
Rodovia Leste do Porto de Sines - Fundo Coesão - VR53	3.178.993	-976.349	2.202.644	2.390.103
Sistema Recep. Alarmes Vigilância Video - Subsídio	260.016	-77.386	182.630	219.775
Sub. Ampliação Molhe Leste XXI 2ª Fase	7.998.632		7.998.632	
Sub. Aplic. Inform. Suporte modelos matematicos	19.980	-13.736	6.244	13.736
Subsídio Infraestrutura Zal + Edif. A9	2.633.322	-212.557	2.420.765	2.473.678
Subsídio lancha pilotos e outros	1.193.406	-872.275	321.130	671.454
Subsidio PCOM + JUP - Centro de Suporte/HelpDesK	616.839	-616.839		263.415
Sub Sist. Informação Geográfica SIG	64.198		64.198	
Subs. Plan. Controlo Operações Marítimo-Portuárias	473.750		473.750	400.000
Sub. Talude de retenção Molhe Oeste do Porto Sines	2.983.595	-237.739	2.745.856	2.805.440
Terminal Multipurpose Porto Sines	5.626.459	-617.478	5.008.981	5.127.537
Terraplenos do Terminal Petroleiro	2.839.116	-2.125.087	714.029	1.122.046
Sub. Upgrade de Ups do Datacenter	14.148	-14.148		4.421
Terraplenos do Terminal Petroquímico	1.700.693	-1.272.974	427.719	672.130
Viaduto Especial de Acesso ao Terminal Petroleiro	1.708.698	-336.358	1.372.340	1.436.920
Viaduto VR52	572.255	-112.649	459.606	481.235
Via Rápida VR52 (norte)	1.485.362	-456.192	1.029.170	1.116.759
<b>Totais</b>			<b>243.231.453</b>	<b>242.499.866</b>

A APS tem em curso a ampliação do Molhe Leste, tendo contratado com o Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT) a atribuição de subsídio no montante até 13.641.749,53 euros.

Face ao contrato referido foi reconhecido nas contas da empresa a parte contratualizada proporcional aos trabalhos executados até à data de reporte no montante de 7.880.323 euros.

#### SUBSÍDIOS PARA EXPLORAÇÃO

Os subsídios desta natureza no exercício do relato foram no montante de 6.296 euros (2010: 78.311 €).

## 25. MATÉRIAS AMBIENTAIS

A Empresa no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do exercício.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados. Os dispêndios capitalizados durante os últimos exercícios encontram-se descritos nas duas primeiras linhas do quadro seguinte.

A empresa detém a exploração de uma pedreira situada na sua área de jurisdição, estando obrigada a promover a respetiva recuperação paisagística. Para fazer face a esse encargo tem constituído sistematicamente uma provisão que no termo do exercício de relato é de (ver nota 17).

Os dispêndios de carácter ambiental reconhecidos como um gasto nos resultados dos últimos exercícios foram os seguintes:

DESPESAS DE CARÁCTER AMBIENTAL			euros
Descrição	2011	2010	Variação %
Investimento em equipamento ambiental	67.319		n/a
Embarcação de Recolha de Hidrocarbonetos		290.726	-100,00%
Análises ar, água e areia	85.921	122.695	-29,97%
Donativos Mecenato Ambiental (Comparticipação projeto GISA)	2.700	16.667	-83,80%
<b>Totais</b>	<b>155.940</b>	<b>430.088</b>	<b>-63,74%</b>

## 26. PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA

A empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os réditos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são faturados, sendo as diferenças registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos conforme detalhe na nota 21.

## 27. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A composição e os movimentos ocorridos, por natureza, do ativo registado como propriedades de investimento e respetivas amortizações, no período de relato são como se indica nos quadros seguintes:

2010						euros
Designação	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Abates	Saldo Final
Propriedades de Investimento	93.118					93.118

2011						euros
Designação	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Abates	Saldo Final
Propriedades de Investimento	93.118					93.118

2010					euros
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Transferências e Abates	Saldo Final	
Propriedades de Investimento	11.579	1.839		13.418	

2011					euros
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Transferências e Abates	Saldo Final	
Propriedades de Investimento	13.418	1.839		15.258	

As propriedades de investimento detidas pela APS caracterizam-se por edifícios de habitação e atingem à data do relato o montante de 93.118 euros, sendo o valor líquido de 77.860 euros.

O critério de mensuração é o previsto na NCRF n.º 11 parágrafo 58 (modelo do custo).

Não se indica o justo valor das propriedades de investimento por não se justificar a avaliação devido ao seu pouco valor e carácter residual.

## 28. OUTRAS RESERVAS E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Os instrumentos desta natureza discriminam-se no quadro seguinte:

euros			
	2011	2010	Variação %
Outros Instrumentos de Capital Próprio	4.500.000	4.500.000	0,00%
Reserva Legal	3.192.168	2.589.094	23,29%
Reservas Livres	8.116.206	8.116.207	0,00%
Reserva Constituição Capital	33.460.926	33.460.926	0,00%
<b>Totais</b>	<b>49.269.300</b>	<b>48.666.226</b>	<b>1,24%</b>

Destes instrumentos destacam-se o terreno desanexado do domínio público para instalação da Zona de Atividades Logísticas intraportuária determinada pelo Dec.-Lei 94/2003 de 30 de abril e a Reserva Constituição Capital resultante do processo de transformação de instituto público para sociedade anónima DL nº 337/98 de 3 de novembro.

## 29. GARANTIAS

Os valores de garantias e retenções prestadas à APS, SA por clientes e fornecedores, para garantir a boa execução de contratos, não relevados no balanço detalham-se no quadro seguinte:

euros		
Garantias a favor da empresa	2011	2010
Garantias ou Seguros Caução denominadas em EUR	16.487.595	16.948.953
Garantias ou Seguros Caução denominadas em USD	2.000.000	
Depósitos Caução	144.947	168.028

A APS para acautelar a recuperação paisagística da pedreira, situada na sua área de jurisdição e cuja exploração se destina ao desenvolvimento portuário, tem prestadas à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo as garantias que se resumem no quadro seguinte:

euros		
Garantias prestadas pela empresa	2011	2010
Prestadas pela APS	704.159	566.662

### 30. OUTROS GASTOS E PERDAS

Estas naturezas de gastos de que se destaca a taxa do IPTM apresentam os valores que se descrevem no quadro seguinte:

euros			
	2011	2010	Variação %
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	40.821	40.821	0,00%
Taxa Instituto Portuário Transportes Marítimos	1.280.228	1.283.773	-0,28%
Custos Exercícios Anteriores Imprevisíveis	5.219	44.643	-88,31%
Quotizações	42.404	40.541	4,59%
Penalidades Contratuais - Outras	47.629	428.208	-88,88%
Outras gastos e perdas	91.502	157.162	-41,78%
<b>Total</b>	<b>1.507.803</b>	<b>1.995.150</b>	<b>-24,43%</b>

### 31. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Esta natureza de rendimentos no montante de 218.379 € é constituída por rendimentos distintos conforme a seguir se discrimina:

euros			
	2011	2010	Variação %
Juros	167.939	338.048	-50,32%
Dividendos	50.440	84.603	-40,38%
<b>Total</b>	<b>218.379</b>	<b>422.651</b>	<b>-48,33%</b>

### 32. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

De acordo com a NCRF 24 não se verificaram acontecimentos passíveis de relato e ajustamentos nas demonstrações financeiras.

### 33. OUTRAS INFORMAÇÕES

A empresa não é devedora de quaisquer contribuições e impostos a instituições de Segurança Social e ao Estado.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,







C /

GOVERNO DA SOCIEDADE





C /

## 1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA

Nos termos legais, a APS, S.A., tem por objeto a administração do Porto de Sines, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária. Assim, e de acordo com os seus estatutos, a APS, S.A. assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.

A visão e a missão do Porto de Sines encontram-se formuladas da seguinte forma:

## MISSÃO

“Assegurar o exercício das competências e atribuições de planeamento, modernização, promoção e regulação do Porto de Sines, visando a racionalização e otimização do aproveitamento dos seus recursos e a eficiência económica e operacional, no respeito pelos requisitos de segurança e ambientais, proporcionando satisfação aos clientes e valor acrescentado no mercado ibérico e europeu.”

## VISÃO

Ser um porto mais eficiente e competitivo que, tirando partido das suas infraestruturas portuárias e das suas características físicas e geográficas, se consolida como um ativo estratégico nacional com relevo no contexto portuário europeu e mundial.

## VALORES

Na prossecução da sua Missão, a APS assume os seguintes valores:

### RESPEITO

A APS respeita o trabalho desenvolvido pelos seus interlocutores e todas as partes interessadas com que se relaciona no âmbito das suas funções.

### INTEGRIDADE

A APS cumpre a legislação e a regulamentação em vigor, com especial atenção para o cumprimento de responsabilidades de natureza fiscal, de concorrência, de proteção do consumidor, de proteção do trabalhador e do local de trabalho, de natureza ambiental, de segurança e de índole laboral.

### RESPONSABILIDADE

A APS atinge os seus objetivos através da otimização dos recursos, honrando o compromisso com as partes interessadas no propósito de promover o seu desenvolvimento sustentável, tendo como orientação a procura das melhores soluções para o interesse público.

### CONFIANÇA

A APS fomenta e inspira o comportamento, honesto e íntegro, que motiva a confiança dos colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores e sociedade envolvente, promovendo, em tempo útil, o debate necessário à tomada de decisões.

### EXCELÊNCIA

A APS visa a superação das necessidades e expectativas dos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores e sociedade envolvente, impulsionando a excelência de desempenho.

### TRANSPARÊNCIA

A APS modela a sua atuação por padrões de integridade e honestidade, cumprindo as suas obrigações de forma responsável e transparente.

### INOVAÇÃO

A APS salvaguarda a sua competitividade na inovação e integração de novas tecnologias no processo produtivo. O Plano Estratégico do Porto de Sines em vigor define como objetivos estratégicos os seguintes:

- **Objetivo 1** – Consolidação do Modelo de Gestão como LandLord Port;
- **Objetivo 2** – Incremento da movimentação de mercadorias em 102% entre 2005 e 2015;
- **Objetivo 3** – Afirmção do Porto de Sines como motor da atividade económica regional e nacional;
- **Objetivo 4** – Desenvolver a Info-estrutura portuária;
- **Objetivo 5** – Aumentar a segurança marítima e portuária.

No ponto 2 da Parte A - Relatório de Gestão é efetuado o ponto de situação sobre a implementação destes objetivos estratégicos.

Complementarmente, o Anexo I ao Contrato de Gestão para o mandato 2008-2010, dando cumprimento ao disposto no artigo 11º do DL nº 300/2007, define um conjunto de orientações estratégicas específicas e de objetivos de gestão com metas quantificadas.

Essas orientações estratégicas, em grande parte coincidentes com os objetivos do Plano Estratégico, são as seguintes:

- *Consolidação do modelo de gestão landlord port*
- *Desenvolver a info-estrutura portuária*
- *Aumentar a segurança marítima e portuária*
- *Consolidação do saneamento financeiro da empresa*

O ponto de situação sobre a implementação destas orientações, bem como sobre o grau de cumprimento dos objetivos de gestão é efetuado no ponto 1. da Parte D - Outros Deveres de Informação.

C /

## 2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

## ENQUADRAMENTO LEGAL:

### A) ESTATUTO JURÍDICO

A APS, S.A., é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que se rege pelos seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei nº 337/98, de 3 de novembro, cuja versão em vigor se encontra publicada no seu portal da Internet ([www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt)). A empresa foi criada a partir da transformação em sociedade anónima do anterior instituto público (criado pelo DL 508/77, de 14 de dezembro) que, por sua vez, herdara competências do departamento portuário do Gabinete da Área de Sines, organismo criado em 1971 com o objetivo de promover o desenvolvimento urbano-industrial da respetiva zona.

Para além da legislação aplicável às sociedades comerciais em geral, a APS, por ter natureza de empresa pública, está também sujeita à legislação específica aplicável ao Setor Empresarial do Estado, designadamente, o Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, que estabelece o regime jurídico deste setor.

### B) ENQUADRAMENTO EM MATÉRIA DE PESSOAL

O Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias, publicado em anexo ao Decreto-Lei nº 421/99, de 21 de outubro (EPAP), redefiniu o regime jurídico do pessoal que transitou das anteriores administrações e juntas autónomas, e dos trabalhadores provenientes do ex-Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP).

Manteve-se todavia do anterior estatuto o essencial da regulamentação relativa ao regime de trabalho, consagrando-se um normativo de transição para a adoção plena do regime do contrato individual de trabalho, sem prejuízo da situação jurídico-profissional de origem, designadamente, quanto à natureza do vínculo e ao regime de aposentação.

Assim, ao pessoal das administrações portuárias, é aplicável o EPAP e correspondente regulamentação constante da Portaria nº 1098/99, de 21 de dezembro, tendo como pano de fundo a legislação do contrato individual de trabalho, ressalvada, no caso dos trabalhadores que transitaram do instituto público, a remissão direta em alguns domínios específicos para o regime do contrato de trabalho em funções públicas.

No caso particular do pessoal técnico de pilotagem, oriundo do ex-INPP, foi publicada a Portaria nº 633/99, de 11 de agosto, relativa ao desenvolvimento da respetiva carreira e a remunerações, determinando-se no seu preâmbulo, que é ainda aplicável, com as necessárias adaptações, o regime jurídico constante do Decreto-Lei nº 361/78, de 27 de novembro.

### C) OUTROS NORMATIVOS EXTERNOS

No âmbito da atividade exercida destaca-se ainda:

- O Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente, anexo ao Decreto-Lei nº 273/2000, de 9 de novembro, que é aplicável na área de jurisdição das autoridades portuárias e regula o fornecimento de bens e a prestação dos serviços nele previstos, fixando as correspondentes taxas;
- O Decreto-Lei nº 48/2002, de 2 de março, que aprova o Regulamento Geral do Serviço de Pilotagem;
- A regulamentação em matéria de segurança portuária e ambiental, designadamente:

- O Decreto-Lei nº 46/2000, que atribui às autoridades portuárias a competência em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
- O Decreto-Lei nº 284/2003, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva nº 2001/106/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de dezembro, relativa à aplicação aos navios que escalem os portos da Comunidade ou naveguem em áreas sob a jurisdição dos Estados membros das normas internacionais respeitantes à segurança de navegação, à prevenção de poluição e às condições de vida e do trabalho a bordo dos navios, e a Diretiva nº 2002/84/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro, que altera a primeira no domínio da segurança marítima e de prevenção de poluição por navios.
- O Decreto-Lei nº 226/2006, de 15 de novembro, que veio estabelecer as modalidades de cooperação entre entidades com competências no âmbito da segurança e proteção dos navios e das instalações portuárias, bem como enquadrar no ordenamento jurídico nacional disposições comunitárias sobre a matéria, tendo em vista a adoção, execução e cumprimento integrais do Código Internacional para a Proteção dos Navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS);
- Regulamentos comunitários e da Organização Marítima Internacional (IMO) sobre segurança e proteção portuária e da navegação;
- Regime da operação portuária – Dec.-Lei nº 298/93, de 28 de agosto;
- Estatuto do agente de navegação – Dec.-Lei nº 76/89, de 3 de março, alterado pelo DL 148/91, de 12 de abril;
- Regime das concessões portuárias de serviço público – DL 324/94, de 30 de dezembro.

### D) NORMATIVOS INTERNOS

No âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança a APS tem em vigor um conjunto de regulamentação interna, devidamente publicitado no seu portal da internet ([www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt)), assim constituído no final de 2011:

#### PLANOS

- Plano Portuário de Receção e Gestão de Resíduos

#### REGULAMENTOS

- Reg. de Exploração do Porto de Sines
- Reg. da Praia Vasco da Gama
- Reg. de Ambiente e Segurança do Porto de Sines
- Reg. de Exploração do Porto de Pesca de Sines
- Reg. de Gestão de Resíduos e Utilidades (RGRU) do Porto de Sines
- Reg. de Operações do Terminal de Contentores
- Reg. de Exploração do Terminal Multipurpose
- Reg. de Exploração de Serviço Público de Reboque e Amarração
- Reg. de Exploração da ZAL Sines – Zona Intraportuária
- Reg. de Exploração do Porto de Recreio

#### NORMAS

- Norma Apresentação e Tratamento de Reclamações no Porto de Sines
- Norma Fornecimentos e Serviços Portuários
- Norma Licenças e Concessões
- Norma de Receção de Navios e Movimentação de Cargas

#### PROGRAMAS DE GESTÃO

- Programa de Gestão Ambiental
- Programa de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho

#### CÓDIGO DE CONDUTA AMBIENTAL

- Código de Conduta para a Praia Vasco da Gama
- Código de Conduta Ambiental para o Porto de Recreio

#### CÓDIGOS DE BOAS PRÁTICAS (diversos)

C /

### 3. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Apenas há a registar o pagamento ao IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, com periodicidade trimestral, de 4,5% dos rendimentos registados na conta 72 – Prestações de Serviços, abatida dos proveitos relativos à prestação do serviço de pilotagem, em conformidade com o disposto na alínea d) do nº 1 do artº 28º dos estatutos daquele organismo, publicados em anexo ao Decreto-Lei nº 257/2002, de 22 de novembro.

C /

## 4. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

#### **A) PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM MATÉRIA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**

A APS é uma sociedade que atua exclusivamente no âmbito dos setores especiais (portos) pelo que, nos termos do art. 7º do CCP, apenas está sujeita aos procedimentos nele previstos para contratos de valor superior aos respetivos limiares comunitários. Não obstante, dispõe de procedimento interno específico, aprovado no âmbito do seu Plano de Qualidade, que, abaixo desses limiares, assegura a transparência, não discriminação e concorrência dos procedimentos de adjudicação. Este procedimento foi elaborado para cumprimento do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Dec.-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, que transpõe, designadamente, a Diretiva 2004/17/CE, aplicável aos setores especiais.

As adjudicações são publicadas no portal dos contratos públicos, nos termos do Código dos Contratos Públicos. No ano de 2011 foram lançados cinco concursos públicos, que deram lugar a quatro adjudicações, tendo quatro deles sido objeto de publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

#### **B) UNIVERSO DAS TRANSAÇÕES QUE NÃO TENHAM OCORRIDO EM CONDIÇÕES DE MERCADO**

Nada a registar

#### **C) LISTA DE FORNECEDORES QUE REPRESENTEM MAIS DE 5% DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (NO CASO DE ESTA PERCENTAGEM ULTRAPASSAR 1M€)**

Iberdrola Generacion, SAU – 1.161.042,51€ (fornecimento de energia elétrica)



C /

## 5. MODELO DE GOVERNO

## A) IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA DE GESTÃO

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente Vogal (1) Vogal (2)	<b>Conselho de Administração</b> Drª. Maria Lídia Ferreira Sequeira Dr. Duarte Manuel Lynce de Faria Dr. João Paulo Farinha Franco Todos os membros do C.A. são executivos	2008.04.18 2008.04.18 2008.04.18	2008/2010 2008/2010 2008/2010
Presidente Vogal Vogal Suplente	<b>Conselho Fiscal</b> Drª. Ana Paula Azurara Drª. Maria Teresa Morais Dr. Dino Santos Drª. Ana Teresa Peralta Reyes	2008.04.18 2008.04.18 2008.04.18 2008.04.18	2008/2010 2008/2010 2008/2010 2008/2010
Efetivo	<b>Revisor Oficial de Contas</b> PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados Soc. de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo Dr. Jorge Manuel Santos Costa	DUE de 12.09.2008	2008/2010
Suplente	PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados Soc. de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo Dr. José Manuel Henriques Bernardo		

Dando cumprimento ao disposto na alínea i) do art. 13º A do Dec.-Lei nº. 558/99 de 17 de dezembro, com a nova redação dada pelo Dec.-Lei nº. 300/2007 de 23 de agosto, informa-se que o Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias mais relevantes da atividade da empresa, efetuou 47 reuniões em 2011.

### B) ESTRUTURA DE GESTÃO:

A competência dos membros do Conselho de Administração relativamente à coordenação das respetivas áreas de gestão é distribuída da seguinte forma:

**Presidente** – Drª Maria Lídia Ferreira Sequeira:

Além das que expressamente lhe confere o artigo 13º dos Estatutos da APS em Anexo II ao decreto-Lei nº 337/98, de 3 de novembro, detém os pelouros respeitantes à Direção de Sistemas Planeamento e Comunicação e à Direção de Concessões e Áreas Dominiais;

**Vogal** – Dr. Duarte Manuel Lynce de Faria:

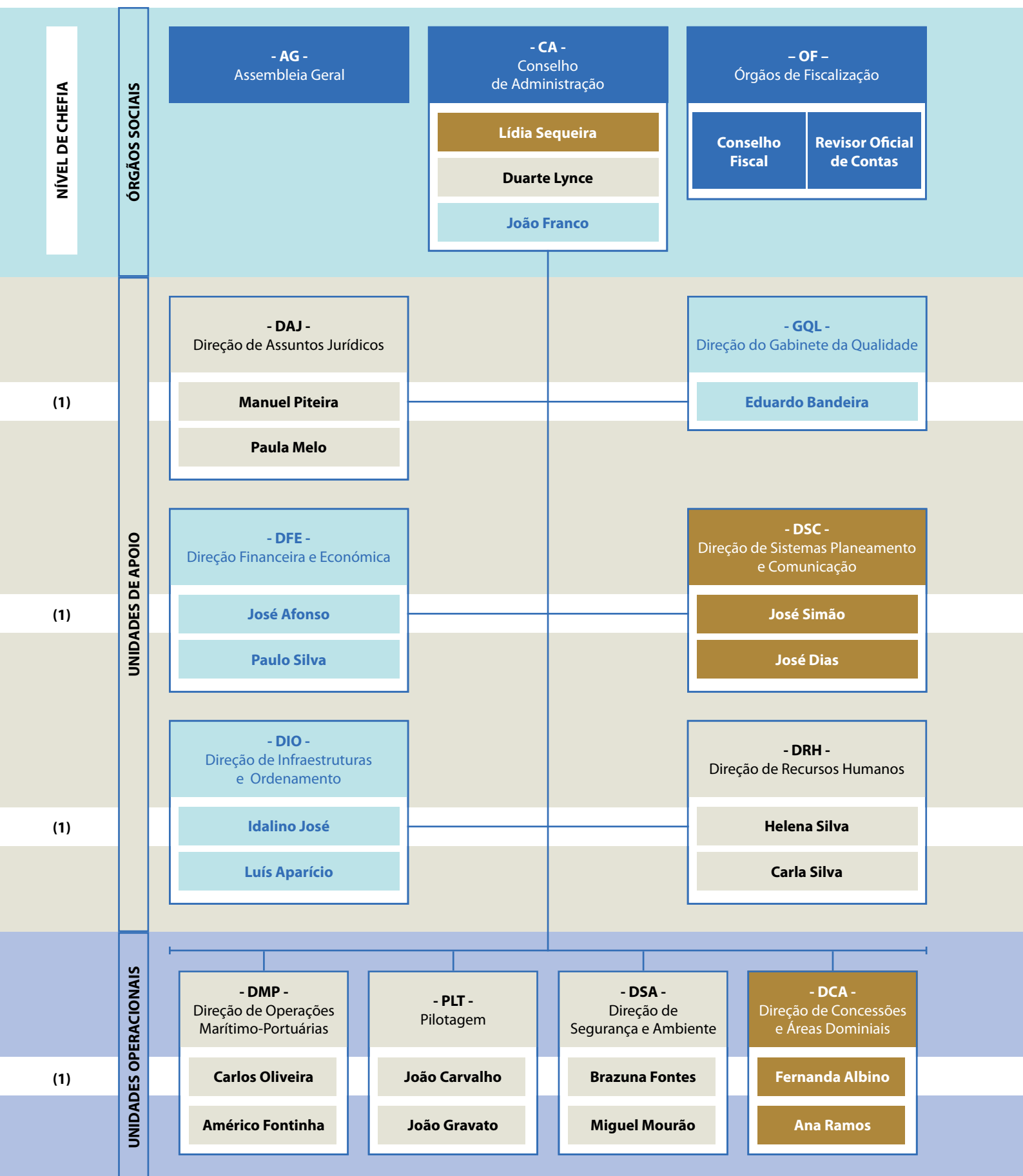
Detém os pelouros respeitantes à Direção de Assuntos Jurídicos, Direção de Recursos Humanos, Direção de Operações Marítimo-Portuárias, Pilotagem e Direção de Segurança e Ambiente;

**Vogal** – Dr. João Paulo Farinha Franco:

Detém os pelouros relativos à Direção Financeira e Económica, Direção de Infraestruturas e Ordenamento e Direção do Gabinete da Qualidade.

A estrutura orgânica da empresa é apresentada no seguinte organograma:

## ESTRUTURA ORGÂNICA





C /

## 6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

## ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO

Em 2 de junho de 2009, foi celebrado o Contrato de Gestão entre o Estado Português, representado pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e a Secretária de Estado dos Transportes, e cada um dos membros do Conselho de Administração da APS, eleitos na Assembleia Geral de 18 de abril de 2008, na qualidade de gestores. Este contrato define os termos e as condições do exercício das funções dos gestores como membros daquele Conselho de Administração, entre as quais os objetivos a atingir e o enquadramento das suas remunerações e benefícios sociais.

A Comissão de Fixação de Remunerações da Administração do Porto de Sines, S.A., fixou em 6 de julho de 2009 a remuneração dos órgãos sociais eleitos em Assembleia-geral de 18 de abril de 2008, para o triénio 2008/2010. Para tal teve em conta as orientações definidas pelo acionista, através do Despacho Conjunto do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e da Senhora Secretária de Estado dos Transportes, de 2 de junho de 2009 e teve ainda em conta o disposto no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprovou o Estatuto do Gestor Público (EGP), designadamente no n.º 7 do seu artigo 28.º, de acordo com o qual as remunerações são determinadas em função da complexidade, exigência e responsabilidade inerentes às funções e atendendo às práticas normais de mercado no respetivo setor de atividade, sem prejuízo, quando aplicável, da observância do disposto em matéria de acumulação de funções e incompatibilidades e impedimentos, designadamente constante da Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, e da Lei n.º 102/88, de 25 de agosto.

Assim, e em conformidade com o teor do invocado Despacho Conjunto, deliberou a Comissão de Fixação de Remunerações, por unanimidade, fixar as remunerações dos órgãos sociais da sociedade, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2009, nos termos seguintes:

### A) MESA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – Senha de presença no valor de 672,94 euros;  
Secretário – Senha de presença no valor de 448,80 euros.

### B) CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

#### Presidente

- Remuneração Fixa: remuneração mensal ilíquida de 6.357,48 euros, paga 14 vezes por ano;
- Remuneração Variável Anual: atribuição de componente variável anual da remuneração, que se fixa num máximo de 35% da respetiva componente fixa de remuneração, em função do cumprimento dos objetivos anuais definidos.

#### Vogais

- Remuneração Fixa: remuneração mensal ilíquida de 5.438,52 euros, paga 14 vezes por ano;
- Remuneração Variável Anual: atribuição de componente variável anual da remuneração, que se fixa num máximo de 35% da respetiva componente fixa da remuneração, em função do cumprimento dos objetivos anuais definidos.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam, ainda, das seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da sociedade;
- b) Automóvel: atribuição, para utilização pessoal, de uma viatura de serviço até ao limite de renda mensal de 1.000 euros para o Presidente e de 900 euros para os vogais, incluindo-se neste limite as despesas com seguro automóvel e manutenção. O limite mensal de encargos com combustível será fixado pelo Conselho de Administração, tendo em consideração as necessidades e a prática em vigor na Sociedade;
- c) Telemóvel: utilização de telemóvel de serviço, cujo limite máximo mensal deverá ser fixado pelo Conselho de Administração, tendo em consideração as necessidades e a prática em vigor na Sociedade.

A eventual utilização de cartão de crédito da sociedade deve destinar-se, exclusivamente, a fazer face a despesas documentadas inerentes ao exercício das respetivas funções ao serviço da sociedade.

### C) CONSELHO FISCAL

#### Presidente:

Remuneração mensal ilíquida correspondente a 20% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao presidente do Conselho de Administração, paga 14 vezes por ano.

Vogais efetivos: Remuneração mensal ilíquida correspondente a 15% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao presidente do Conselho de Administração, paga 14 vezes por ano.

Para os membros do Conselho Fiscal, a remuneração mensal ilíquida é devida desde 18 de abril de 2008, considerando-se como base de incidência, entre aquela data e a data de 1 de janeiro de 2009, a remuneração de 6.178,31 euros.

### D) REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A prestação de serviços por parte do Revisor Oficial de Contas, bem como a respetiva formalização, correm os seus termos pelo Conselho de Administração, devendo os honorários ser fixados por este órgão social, tendo em conta os preços praticados no mercado.

Posteriormente, por determinação constante do Despacho de 25 de março de 2010, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no D.R. 2ª série, n.º 61 de 29 de março de 2010, não foi paga a componente variável da remuneração dos gestores contratualizada por iniciativa da acionista. Adicionalmente, por força do disposto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, foram as remunerações fixas dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal reduzidas em 5%.

Através da Declaração sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da APS, emitida em 2011-05-10 pela Presidente da Comissão de Fixação de Remunerações da APS, foi declarado que, em 2011, até à eleição dos titulares dos órgãos sociais para novo mandato:



- a) Se mantêm inalteradas as remunerações fixas mensais ilíquidas, a abonar 14 vezes, aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Administração do Porto de Sines, SA, que foi fixada na Ata nº 1/2009, de 6 de julho, da Comissão de Fixação de Remunerações, sem prejuízo do disposto no nº 1 do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e no artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro bem como de outras reduções que venham a ser legalmente determinadas;
- b) Tal como previsto no artigo 172º da Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril (OE/2010), no artigo 29º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro (OE/2011), e no Despacho nº 5696-A/2010, de 25 de março de 2010, proferido pelo Senhor Ministro de Estado e das Finanças, deverá ser adotada uma política assente na contenção acrescida de custos no que toca à remuneração dos órgãos de administração, designadamente, não havendo lugar, durante o período de execução do Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, à atribuição de qualquer componente variável da remuneração.

## REMUNERAÇÕES E OUTRAS REGALIAS (VALORES ANUAIS)

### i) Mesa Assembleia Geral

euros		
2011	Presidente	Secretário
Senha de presença	0	449
Redução decorrente da Lei 55-A/2010	0	-28
Remuneração anual efetiva	0	421

## ii) Conselho de Administração

REMUNERAÇÕES 2011 (valores em euros)			
	P - Dr <sup>a</sup> . Maria Lídia Sequeira	V (1) - Dr. Duarte Lynce de Faria	V (2) - Dr. João Paulo Franco
<b>1. Remuneração</b>			
1.1. Remuneração base/Fixa	89.004	76.140	76.140
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010	-4.450	-3.807	-3.807
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010	-8.456	-7.234	-7.234
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1. - 1.2.-1.3.)	76.098	65.099	65.099
1.5. Senha de presença	0	0	0
1.6. Acumulação de funções de gestão	0	0	0
1.7. Remuneração variável	0	0	0
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho)	0	0	0
1.9. Outras	0	0	0
<b>2. Outras regalias e compensações</b>			
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis	1.440	1.440	1.440
2.2. Gastos na utilização de telefones	511	1.058	1.122
2.3. Subsídio de deslocação	0	0	0
2.4. Subsídio de refeição	1.706	1.699	1.757
2.5. Outros (identificar detalhadamente)			
2.5.1. Ajudas de Custo	1.251	751	409
2.5.2. Custos diretos com formação profissional	0	173	0
<b>3. Encargos com benefícios sociais</b>			
3.1. Regime de Proteção Social	5.975	13.309	13.311
3.2. Seguros de saúde	0	839	583
3.3. Seguros de vida	0	0	0
3.4. Seguro de acidentes pessoais	28	28	28
3.5. Outros (identificar detalhadamente)			
3.5.1. Seguro de acidentes de trabalho (a)	380	326	326
3.5.2. Auxílio para estudos	0	2.235	216
3.5.3. Comparticipação de actos médicos	120	157	978
3.5.4. Medicina no trabalho	29	58	0
<b>4. Parque Automóvel</b>			
4.1 Marca	Volvo	Mercedes	Volvo
4.2 Modelo	S80 D5	Classe E	S60 D5
4.3 Matrícula	18-GZ-30	97-HE-12	18-GZ-29
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	Aquisição	Aquisição	Aquisição
4.5. Valor de referência da viatura nova	55.068	48.327	46.627
4.6. Ano Início	2009	2010	2009
4.7. Ano Termo	não aplicável	não aplicável	não aplicável
4.8. Nº prestações (se aplicável)	não aplicável	não aplicável	não aplicável
4.9. Valor Residual	não aplicável	não aplicável	não aplicável
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	não aplicável	não aplicável	não aplicável
4.11. Combustível gasto com a viatura	5.664	5.568	4.663
4.12. Plafond anual Combustível atribuído (b)	8.400	8.400	8.400
4.13. Outros (identificar detalhadamente)	-	-	-
<b>5. Informações Adicionais</b>			
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	n	n	n
5.2. Remuneração Ilíquida Anual pelo lugar de origem	-	-	-
5.3. Regime de Proteção Social			
5.3.1. Segurança social (s/n)	n	s	s
5.3.2. Outro (indicar)	CGA	-	-
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	s - (c)	n	n
5.5. Outras (identificar detalhadamente)			
5.5.1. Usufruto de casa de função	Util. pontual	Util. pontual	Util. pontual

a) Seguro obrigatório com taxa de 0,50% sobre o volume dos salários.

b) O plafond anual em vigor em 2011 era de 6.000 litros, ao qual foi aplicado um valor médio de 1,4 €/litro.

c) Existem funções remuneradas no Conselho de Administração da empresa AICEP Global Parques, S.A., que, no entanto, revertem para a APS, S.A.



### iii) Órgão de Fiscalização

#### a) Conselho Fiscal

euros				
	Presidente – Dra. Ana Paula Azurara	Vogal – Dra. Maria Teresa Morais	Vogal – Dr. Dino Santos	Suplente – Dra. Ana Teresa Reyes
Remuneração anual fixa	17.801	13.351	13.351	0
Redução decorrente da Lei 12-A/2010	-890	-668	-668	0
Redução decorrente da Lei 55-A/2010	-1.691	-1.268	-1.205	0
Remuneração anual efetiva	15.220	11.415	11.478	0

#### b) Revisor Oficial de Contas

euros	
	2011
Remuneração anual fixa	20.700
Redução decorrente da Lei 55-A/2010	-2.070
Remuneração anual efetiva	18.630
Acerto relativo a facturação de anos anteriores	3.105
2ª Revisão do orçamento 2011	5.200
Outros - Despesas com deslocações, alojamento e comunicações	4.790



C /

## 7. SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

## ESTRATÉGIAS ADOTADAS

As estratégias adotadas para garantir a sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental incorporaram-se em dois grandes vetores:

- O Plano Estratégico do Porto de Sines, desenvolvido inicialmente num horizonte temporal até 2010, foi posteriormente adaptado de forma a responder integralmente às Orientações para o Setor Marítimo - Portuário definidas pelo MOPTC—Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações em dezembro de 2006, as quais apresentam o ano de 2015 como horizonte temporal, e com as Orientações Gerais para o Setor e as Orientações Estratégicas Específicas definidas no Anexo I ao Contrato de Gestão para o mandato 2008/2010;
- A Política de Qualidade, Ambiente e Segurança, concretizada na implementação do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Segurança de Informação, segundo os referenciais, respetivamente, ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001 e ISO/IEC 27001;

## GRAU DE CUMPRIMENTO DAS METAS FIXADAS

**No ponto 1 da Parte A** - Relatório de Gestão efetua-se o ponto de situação relativamente às ações definidas no Plano Estratégico do Porto de Sines.

**No ponto 1 da Parte D** – Outros Deveres de Informação, dá-se conta do grau de cumprimento das metas fixadas em termos de Plano de Atividades e Orçamentos para o exercício de 2011.

## POLÍTICAS PROSEGUIDAS COM VISTA A GARANTIR A EFICIÊNCIA ECONÓMICA, FINANCEIRA, SOCIAL E AMBIENTAL E A SALVAGUARDAR NORMAS DE QUALIDADE

A APS vem apresentando desde 2006, de forma sustentada, resultados líquidos positivos. Em 2011 o resultado líquido ascendeu a 8,4 milhões de euros e o cash-flow operacional (EBITDA) ajustado pela dedução da imputação da amortização de subsídios, a 15,0 milhões. O Valor Acrescentado Bruto, principal indicador representativo do contributo da criação de valor pela empresa para a economia regional e nacional, totalizou cerca de 26,4 milhões de euros. Além disso, por via dos impostos sobre o rendimento e dos dividendos pagos, que em 2011 totalizaram 5,28 milhões de euros correspondentes a 87,5% do lucro do exercício de 2010, a empresa assume-se como um contribuinte líquido para o acionista Estado português. Adicionalmente, será de referir que no final de 2011 o passivo bancário da APS era nulo.

O exercício de 2011 foi igualmente marcado pelo elevado valor do investimento realizado que totalizou 22,2 milhões de euros. A empreitada relativa à 2ª fase de ampliação do Molhe Leste representou quase 92% deste valor, sendo um investimento da maior importância, ao assegurar a proteção marítima do desenvolvimento faseado do Terminal de Contentores, para o desenvolvimento da atividade portuária e, consequentemente, para o crescimento equilibrado e sustentado da sua capacidade de geração de receitas e de riqueza ao nível regional e nacional.

Relativamente às políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência social, as mesmas continuam a aplicar-se a vários domínios: diversas modalidades de apoio social a funcionários no ativo e reformados como prestação de serviços médicos, apoio medicamentoso, auxílio na infância e auxílio para estudos de filhos de funcionários, transporte entre a empresa e os principais polos populacionais da região para o pessoal administrativo e para o pessoal em regime de turno e, noutra vertente, o acolhimento de estágios curriculares e profissionais. O apoio da APS ao Grupo Desportivo e Cultural é igualmente um meio de desenvolvimento social, cultural e desportivo dos seus colaboradores.

Destaque ainda, neste domínio, para o mecenato, realçando-se o apoio a organizações sem fins lucrativos como as Associações de Bombeiros de toda a região e a eventos culturais (como o Festival Terras Sem Sombra e Festival Musicas do Mundo) e desportivos (Sinescat e Regatas D. Carlos). Assim, o Porto de Sines associa-se ao desenvolvimento regional, contribuindo para melhores condições de vida das populações.

Por outro lado, com a aplicação da Política da Qualidade, Ambiente e Segurança da Administração do Porto de Sines, S.A visa-se a satisfação das necessidades e expectativas dos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores e sociedade envolvente, através da prestação de serviços de elevada qualidade, da inovação, do desenvolvimento sustentável da atividade, promovendo a segurança e saúde de todos os colaboradores envolvidos nas suas atividades e seguindo os princípios da melhoria contínua.

Esta política concretiza-se no Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Segurança de Informação e tem como princípios:

- Melhorar a qualidade e eficácia dos serviços prestados;
- Assegurar que os colaboradores próprios e subcontratados têm formação adequada, promovendo a sensibilização para a melhoria contínua dos serviços prestados, bem como para as questões ambientais e segurança e saúde no trabalho;
- Estabelecer relações, com os seus fornecedores, numa ótica de benefício mútuo, privilegiando os que melhor atendam aos requisitos estabelecidos;
- Melhorar os resultados económicos e cumprir o plano de atividades aprovado;
- Cumprir e fazer cumprir os requisitos legais, regulamentares e normativos aplicáveis aos serviços prestados, aspetos ambientais e à segurança e saúde;
- Prevenir, controlar e minimizar a poluição, designadamente os resíduos gerados pelas suas atividades, promovendo o recurso ao investimento em novas tecnologias e processos menos poluentes;
- Identificar e prevenir os riscos inerentes à sua atividade, promovendo a implementação de ações com vista ao controlo e à minimização desses riscos;
- Promover a identificação e minimização dos aspetos ambientais significativos e dos riscos existentes incentivando a implementação de ações corretivas e preventivas adequadas pelas entidades por si licenciadas e concessionadas;
- Assegurar que na conceção de novas instalações e procedimentos de trabalho sejam tidos em conta fatores de saúde e segurança no trabalho e ambiente;

- Desenvolver ações que permitam garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação em suporte eletrónico, bem como o seu cumprimento por todos os utilizadores;
- Promover uma atuação pró-ativa de incremento dos níveis de segurança física e lógica dos sistemas, nomeadamente na implementação de novas infraestruturas tecnológicas e desenvolvimento de sistemas de informação.

Neste domínio, durante o ano de 2011, a APS renovou as suas certificações nos sistemas de Gestão da Qualidade (conforme a norma ISO 9001:2008), de Gestão Ambiental (de acordo com a norma ISO 14001:2004) e de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (em conformidade com a norma OHSAS 18001:2007), reforçando o seu compromisso de focalização no cliente e na sustentabilidade da sua atividade.

A APS promove políticas ativas de melhoria dos seus processos, no sentido de os adequar permanentemente às necessidades dos seus clientes, através, entre outros, do tratamento expedito e transparente das reclamações recebidas e dos inquéritos à satisfação de todas as partes interessadas.

## IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS PARA A ATIVIDADE E PARA O FUTURO DA EMPRESA

Apesar do Porto de Sines ser um importante elo de ligação nas cadeias de transportes de mercadorias, tem sido, pelas suas características históricas de porto de base energética e industrial, um porto ligado a um número reduzido de clientes que garantem elevados volumes de cargas. Mesmo com a entrada em atividade do Terminal de Contentores, tal situação não se alterou significativamente com uma grande parte das escalas a serem asseguradas por um mesmo armador.

Esta concentração de grandes quantidades de cargas movimentadas num reduzido número de clientes é o principal risco para a atividade do porto e para o futuro da APS e dos seus concessionários, como entidade concedente e como responsável pela administração da área de jurisdição portuária. O desenvolvimento e diversificação da atividade do Terminal de Contentores, a manutenção dos elevados níveis de operacionalidade nos diversos terminais e a existência de vastas áreas para expansão de atividades portuárias e logísticas são essenciais para o desenvolvimento do porto e para o futuro da empresa.

Noutro âmbito, um risco significativo tem a ver com a movimentação de grandes volumes de matérias perigosas, característica de um porto historicamente ligado ao abastecimento energético, o que, em caso de acidente, pode provocar a interrupção das operações, num ou mais terminais, por longos períodos de tempo. A contínua aposta na manutenção e desenvolvimento das condições de segurança, seja através do investimento em equipamentos de vigilância e combate a acidentes, seja através da contínua melhoria dos processos associados à movimentação destas cargas é a única forma de minimização deste risco.

Por outro lado e no entendimento generalizado de todas as entidades envolvidas nos processos de negócio da atividade portuária reconhecem-se, ainda, como fatores críticos do desenvolvimento da sua atividade os seguintes:

- Consolidação do processo de redução dos históricos níveis de

- burocracia e de falta de coordenação entre os atores intervenientes na cadeia logística e portuária, englobando, inclusivamente, as entidades do setor público intervenientes;
- Necessidade da implementação de acessibilidades rodo-ferroviárias adequadas ao acompanhamento do desenvolvimento previsto para o porto;

## FORMA DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS INERENTES A UMA ADEQUADA GESTÃO EMPRESARIAL:

### A) RESPONSABILIDADE SOCIAL:

#### **Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação**

A APS adota uma política de transparência, livre de práticas discriminatórias dispondo de um Código de Ética e de Conduta, formulado com base na Norma NP 4460, onde constam como princípios gerais de atuação, a justiça e imparcialidade, os direitos humanos e igualdade, a boa governança, a responsabilidade social, a segurança e saúde dos seus colaboradores, a sua valorização profissional e o desenvolvimento sustentável.

Para o alcance deste princípio muito tem contribuído a certificação do Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança (SI) assente numa lógica de melhoria contínua, bem como a existência do Código de Ética e de Conduta, formulado com base na Norma NP 4460. Com a entrada em funções, no final de 2010, do Provedor do Cliente do Porto de Sines, pretende-se o continuado reforço da defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos dos clientes do porto de Sines.

#### **Gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores**

No sentido da melhoria da gestão do capital humano, entrou em ambiente produtivo no início de 2011 o ERP SAP HCM, disponibilizando ferramentas e funcionalidades que potenciam uma gestão de competências que contribuem para o crescimento da organização e para o aumento da qualidade da prestação de serviços. Neste domínio, esta ferramenta irá associar-se ao sistema de "Avaliação do Desempenho dos Recursos Humanos" já em vigor.

#### **Saúde e segurança no trabalho**

A APS possui serviços de Segurança e Medicina no Trabalho e de um corpo de enfermagem próprios que desenvolvem as atividades previstas na legislação geral, promovendo a elaboração de normas internas para a melhoria das condições de segurança e saúde na sua área de jurisdição, impondo o seu cumprimento por parte de todas as entidades que nela desenvolvem as suas atividades – empreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e outras.

No sentido de beneficiar socialmente os seus colaboradores, a APS possui, ainda, um serviço de Medicina Social, um seguro de saúde para os subscritores do Regime Geral de Segurança Social, e um regulamento de obras sociais que, em matéria médica, medicamentosa e hospitalar, complementa o sistema de saúde dos subscritores da CGA, por sua vez beneficiários da ADSE.

As obras sociais preveem, ainda, diversos apoios em matéria de prestações sociais, como sejam fundo de auxílio, auxílio para estudos, auxílio na infância e transporte, abrangendo todos os colaboradores.

#### **Adoção de práticas ambientalmente corretas**

O Porto de Sines manteve em 2011 a certificação ambiental segundo os referenciais NP EN ISO 14001: 2004, obtida em 2008.

A estratégia ambiental do porto assenta em duas vertentes. Na vertente reativa, através do adequado planeamento e apetrechamento para o combate à poluição e como medida de resposta a situações de emergência e, noutra vertente, na aplicação de medidas preventivas que minimizem as emissões para o ar, água e solo e no controlo e monitorização ambiental, efetuados por entidades ligadas à investigação e ensino ou outras, abrangendo áreas como os ambientes marinhos, o ar, água e solo, nomeadamente, a Monitorização dos Ambientes Marinhos do Porto, o Controlo da Qualidade das Águas Residuais, Balneares e de Consumo Humano e a Monitorização dos Efluentes Gasosos da Central de Produção de Vapor.

Relativamente aos novos projetos em desenvolvimento no porto, são acompanhados por instrumentos preventivos, como sejam a Avaliação de Impacte Ambiental ou Estudos de Incidências Ambientais, com os quais se pretende assegurar que as prováveis consequências sobre o ambiente de um determinado projeto são inventariadas, analisadas e tomadas em devida consideração no sentido da sua eliminação, minimização e compensação.

A recolha seletiva de resíduos nas instalações da APS está já implementada, contribuindo, assim, para a proteção do ambiente ao reduzir os resíduos destinados a aterro.

Adicionalmente, encontra-se implementado desde meados de 2007 um procedimento de Boas Práticas relativo à aquisição e consumo de produtos e equipamentos com características suscetíveis de contribuir para a redução de impactos ambientais. Este procedimento define práticas de gestão ambiental e metodologias a seguir na aquisição de bens e serviços ao nível dos procedimentos concursais (concursos públicos ou consultas), ao nível do estabelecimento do contrato e ao nível da execução do mesmo. Assim, em determinadas áreas, os concursos e consultas lançadas pela APS incluem requisitos e critérios ambientais definidos na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas, integrando normas nacionais e internacionais e as melhores práticas nesta matéria.

Alguns dos procedimentos em vigor apresentam-se seguidamente:

#### **Papel**

- Nas aquisições de papel é considerado papel reciclado de modo a permitir a redução do consumo de pasta de papel.

#### **Consumíveis de Impressão**

- A APS dispõe, nas suas instalações, de recipientes para recolha de embalagens e dos consumíveis já utilizados.

#### **Cópias e Impressão**

- São adquiridos equipamentos que cumpram os requisitos Energy Star aplicáveis ao consumo de energia;
- A recolha de consumíveis é efetuada em recipiente apropriado (dedicado);

#### **Equipamento Informático**

- Os computadores devem cumprir os requisitos Energy Star aplicáveis ao consumo de energia;
- Os monitores devem cumprir os requisitos TCO'03 e Energy Star.

#### **Licenciamento de Software**

- Nos casos em que tal é viável, as aquisições fazem-se com a possibilidade de distribuição eletrónica (download), o que torna desnecessária a impressão da caixa e de manuais.

#### **Energia**

- De forma a reduzir os consumos energéticos são adquiridas lâmpadas PLC, cat. B, economizadoras de energia. Encontra-se em estudo a substituição da iluminação das áreas públicas sob jurisdição da APS, no sentido da utilização de equipamentos economizadores de energia (LEDs)

### **B) DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

#### **Criação de valor para o acionista**

Ver anterior ponto relativo às “Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade” e ainda o ponto 8. “Análise Económico-Financeira” da Parte A - Relatório de Gestão.

#### **Promoção da proteção ambiental**

Conforme atrás referido, a APS manteve em 2011 a certificação do Sistema de Gestão Ambiental, baseado no referencial NP EN ISO 14001:2004 com o qual se pretende apoiar a proteção ambiental e a prevenção da poluição, alcançar um comportamento eco-eficiente, contribuir para uma melhor imagem exterior e aceitação das partes interessadas, evidenciar o cumprimento da legislação, identificar, avaliar e diminuir os impactos ambientais, diminuir os riscos de acidentes através de uma abordagem estruturada, estabelecendo objetivos e definindo e demonstrando como foram atingidos, em equilíbrio com as necessidades sócio-económicas.

No âmbito deste sistema são continuamente desenvolvidos ou aperfeiçoados procedimentos de Boas Práticas, sendo o procedimento de Boas Práticas relativo à aquisição e consumo de produtos e equipamentos com características suscetíveis de contribuir para a redução de impactos ambientais, em vigor desde 2007, um exemplo a destacar.

Visando a conservação da natureza e a defesa do ambiente, bem como a sua harmonização como um desenvolvimento sustentado manteve-se em vigor neste ano o Protocolo de Cooperação entre a APS e o Núcleo Regional do Litoral Alentejano da QUERCUS.

#### **Contribuição para a inclusão social (empregabilidade)**

A contribuição para a inclusão social é promovida por uma dupla via, ou seja, por um lado pela valorização profissional e desenvolvimento de competências dos seus trabalhadores que, para além das vias formais, podem através das sinergias potenciadas pelo regime de estágios curriculares ou profissionais melhorar as suas competências, e por outro lado, pelo incremento de competências dos próprios estagiários acolhidos na APS que os potenciam para o mercado de trabalho, principal preocupação da maioria dos jovens que finalizam ou estão a finalizar os seus estudos.



### **C) SERVIÇO PÚBLICO E DE SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DA COLETIVIDADE**

O cumprimento das atribuições de serviço público, inerentes ao seu próprio estatuto, é integralmente assumido no desenvolvimento da atividade da APS. Sendo o Porto de Sines um importante fator económico de desenvolvimento regional e local, a empresa presta, assim, um inegável contributo para o respetivo desenvolvimento e para o bem-estar social.

O compromisso que a empresa vem mantendo ao nível ambiental, não só na área da segurança e prevenção de acidentes e poluições, mas também na recuperação e ordenamento da orla marítima e das áreas adjacentes, traduz-se, igualmente, na melhoria da qualidade de vida das populações.

Também o apoio prestado ao nível de formação profissional e patrocínios a coletividades locais, entre outros, é a prova do empenhamento da empresa na satisfação das necessidades da comunidade local e regional.

No âmbito do desenvolvimento sustentado, uma das apostas estratégicas do Porto de Sines foi garantir uma gestão suportada num SI – Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança, totalmente certificado segundo os referenciais das normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. Este objetivo, concretizado em 2008, é sustentado numa política de satisfação das necessidades e expectativas dos clientes, trabalhadores, acionistas, fornecedores e sociedade envolvente, através da prestação de serviços de elevada qualidade, da inovação, do desenvolvimento sustentável da atividade, promovendo a segurança e saúde de todos os trabalhadores envolvidos nas suas atividades e seguindo os princípios da melhoria contínua.

A responsabilidade social e o relacionamento com os “stakeholders” do porto, vem sendo uma preocupação acrescida da empresa. Depois da introdução do Código de Ética e de Conduta em 2009 assistiu-se em 2009 e 2010 à implementação gradual de um Plano de Prevenção de Riscos de “Compliance”. No plano inicial eram identificados por unidade orgânica da empresa, os riscos de corrupção e infrações conexas, os graus de risco associados e as correspondentes medidas preventivas. Na revisão realizada em 2011, este plano passou a incluir todos os processos operacionais da empresa.

Tendo em vista o melhoramento contínuo da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes/utentes, a APS tem adotado várias metodologias nesse sentido. Uma das metodologias adotadas foi a criação do FSP – Fórum para a Simplificação de Procedimentos no Porto de Sines onde se reúnem todas as partes interessadas no desenvolvimento e na competitividade do porto, entidades públicas e agentes económicos, para estudar e decidir sobre medidas de simplificação e harmonização dos procedimentos a que os mesmos estão sujeitos.

No final do ano de 2010 foi designado o Provedor do Cliente do Porto de Sines, o qual tem por função, em termos gerais, a defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos dos Clientes do Porto de Sines, assegurando a regularidade das relações entre os aludidos clientes e os diversos intervenientes no transporte marítimo e atividades complementares a ele diretamente interligadas.

A APS promove políticas ativas de melhoria dos seus processos, no sentido de os adequar permanentemente às necessidades dos seus clientes, através, entre outros, do tratamento expedito e transparente das reclamações recebidas e dos inquéritos à satisfação de todas as partes interessadas.

A relação da APS com os concessionários e licenciados assume também primordial importância uma vez que deles depende, em grande medida, a qualidade da prestação dos serviços portuários. Esta relação efetua-se com base no Processo “Gestão de Contratos de Concessão”, um dos processos incluídos e certificados no SI. Este processo tem por objetivo concretizar processos de acompanhamento e monitorização das atividades das empresas concessionárias e licenciadas que permitam aferir o respetivo cumprimento das obrigações contratuais e dos níveis de serviço que o porto, de forma global, deve prestar aos seus clientes (os donos das cargas e os seus transportadores). Tem ainda associado um procedimento que exige que, para cada contrato ou licença, haja um GC – Gestor de Contrato nomeado e um PQ – Plano da Qualidade aprovado, a partir do qual é possível identificar as atividades de monitorização e fiscalização a realizar, os respetivos responsáveis de competência técnica e os documentos que conformam os requisitos aplicáveis e os resultados a obter. Além destes requisitos básicos, é também necessário cumprir o PQ e evidenciar esse cumprimento. Tendo em conta os princípios da melhoria contínua, este processo de acompanhamento das concessões e licenças tem vindo a evoluir no sentido de serem melhoradas as atividades de monitorização e fiscalização realizadas pela APS, nomeadamente nas áreas de ambiente e segurança.

Ainda no âmbito da melhoria das condições de segurança, e porque esta responsabilidade se estende a todas as áreas da responsabilidade da APS, também na Praia Vasco da Gama se tem assistido à preocupação em garantir a melhoria contínua nas condições disponibilizadas aos seus utentes.

### **MOLDES EM QUE FOI SALVAGUARDADA A COMPETITIVIDADE DA EMPRESA, DESIGNADAMENTE, PELA VIA DE INVESTIGAÇÃO, DA INOVAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO E DA INTEGRAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO PRODUTIVO**

Nos pontos 6 e 7 da Parte A - Relatório de Gestão deste relatório são apresentados os principais projetos de desenvolvimento em curso no Porto de Sines. Nestes têm especial destaque os projetos ligados às tecnologias de informação e comunicação e aos procedimentos eletrónicos integradores do despacho de navios e mercadorias e relativos à segurança e supervisão portuária. Estes são fatores essenciais para a competitividade do Porto de Sines.

### **PLANOS DE AÇÃO PARA O FUTURO**

A médio e longo prazo, os planos de ação para o futuro assentam no desenvolvimento e implementação das linhas de ação e objetivos do Plano Estratégico do Porto de Sines que não estão ainda totalmente implementados e que são detalhados no ponto 2 da Parte A - Relatório de Gestão.

Em termos gerais, espera-se o crescimento da movimentação portuária, essencialmente suportado pelo desenvolvimento faseado do Terminal de Contentores, pelo aumento da capacidade do Terminal de GNL e, ao nível dos produtos petrolíferos e seus derivados, pelos efeitos da entrada em funcionamento do novo complexo de refinação da Petrogal e da nova unidade petroquímica da ARTLANT.

A curto prazo os principais indicadores, previstos no Plano de Atividades e Orçamentos para 2012, resumem-se no quadro seguinte:

Indicador	Realizado 2011	Plano 2012
Movimento de Mercadorias (mil.tons.)	25.792	28.600
Volume de Negócios (mil.euros)	30.897	32.190
EBITDA	22.443	24.190
Margem do EBITDA (%)	72,6	75,1
Resultados Líquidos (mil.euros)	8.371	9.910
ROACE (%)	2,88	3,62
Eficiência (Custos Operacionais/EBITDA)	1,32	1,15
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	32	32
Plano de Investimentos (mil.euros) / Tx. execução (%)	22.182 (118,3%)	26.200 (100,0%)



C /

## 8. VIABILIDADE DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

Considera-se não existirem condicionamentos ao cumprimento dos Princípios de Bom Governo, considerando-se também que os mesmos são cumpridos na totalidade mesmo que com diferentes graus de desenvolvimento na sua implementação.

C /

## 9. EXISTÊNCIA DE CÓDIGO DE ÉTICA

A APS aprovou em março de 2009 o seu Código de Ética, o qual veio a ser revisto e substituído ainda em dezembro desse ano pelo Código de Ética e de Conduta. Este código encontra-se divulgado interna e externamente através do portal Internet da empresa.

Na prossecução da missão da empresa, este código define um conjunto de valores e de princípios de que deverão reger a atuação da mesma, bem como estabelece normas de conduta para os seus colaboradores ao nível interno e externo, nomeadamente com clientes, fornecedores, partes interessadas, entidades reguladoras e sociedade em geral.

10. INFORMAÇÃO SOBRE  
A EXISTÊNCIA DE UM SISTEMA  
DE CONTROLO COMPATÍVEL COM  
A DIMENSÃO E COMPLEXIDADE DA  
EMPRESA, DE MODO A PROTEGER  
OS INVESTIMENTOS E OS SEUS  
ATIVOS, O QUAL DEVE ABRACAR  
TODOS OS RISCOS RELEVANTES  
PELA EMPRESA

Para além dos diversos sistemas de controlo que a empresa tem implementados nos seus diversos domínios de atuação, em linha com as melhores práticas de governação e com as recomendações internacionalmente reconhecidas, a APS dispõe de um plano de prevenção de riscos de compliance que, na revisão realizada em 2011, passou a incluir todos os processos operacionais da empresa.

Uma referencia ainda às concessões e licenciamentos em que todo o risco relativo a condições financeiras ou de mercado decorre por conta dos concessionários ou licenciados não assegurando a APS quaisquer níveis mínimos de volume de negócios ou de tráfego.

C /

## 11. IDENTIFICAÇÃO DOS MECANISMOS ADOTADOS COM VISTA À PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

As despesas realizadas por qualquer dos administradores são visadas por qualquer dos outros administradores. Foi dado cumprimento ao disposto no nº 22 da RCM nº 49/2007, de 28 de março.

Por outro lado, o Plano de Prevenção de Riscos de “Compliance”, mencionado no ponto anterior, é a peça fundamental na prevenção deste tipo de conflitos.

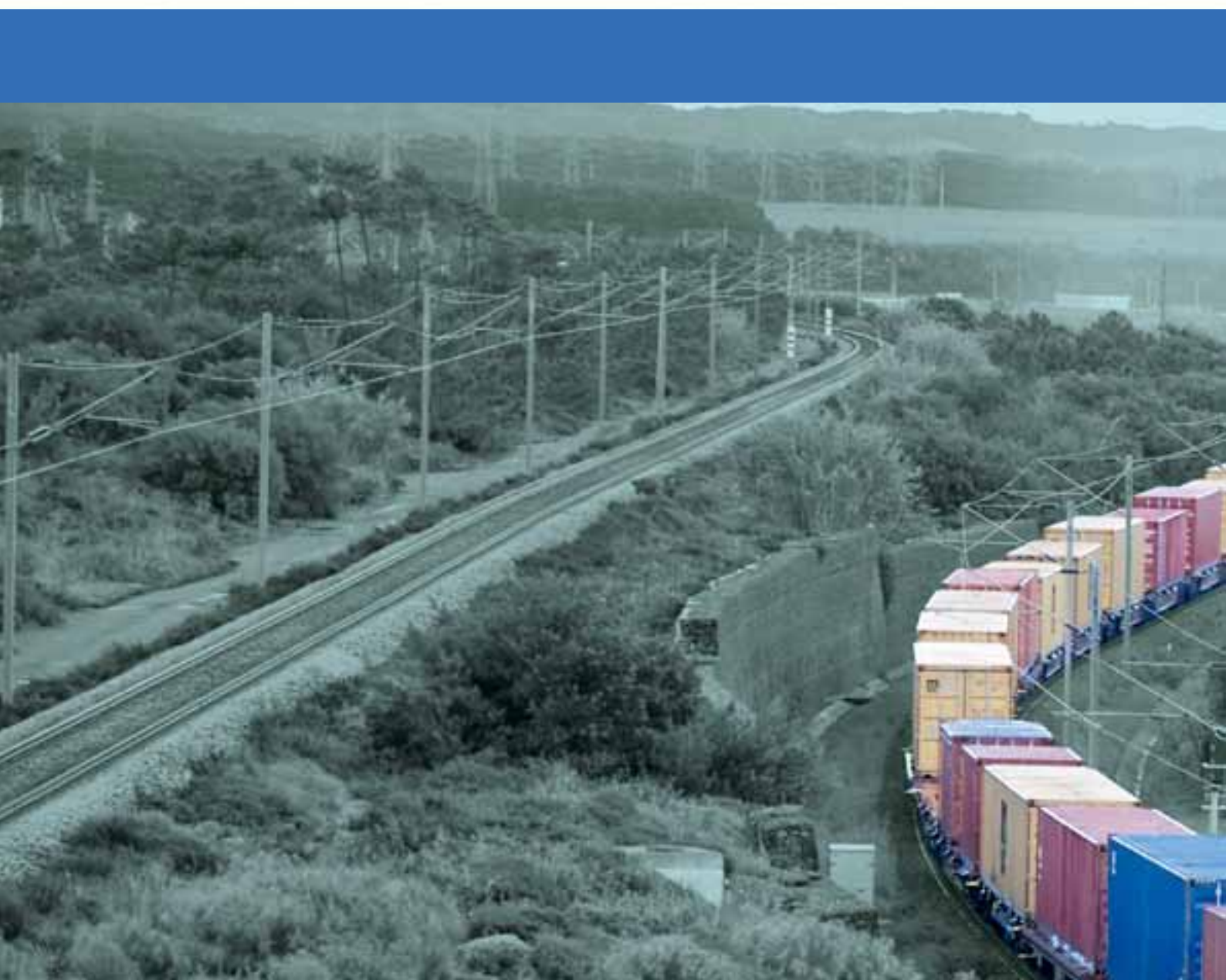


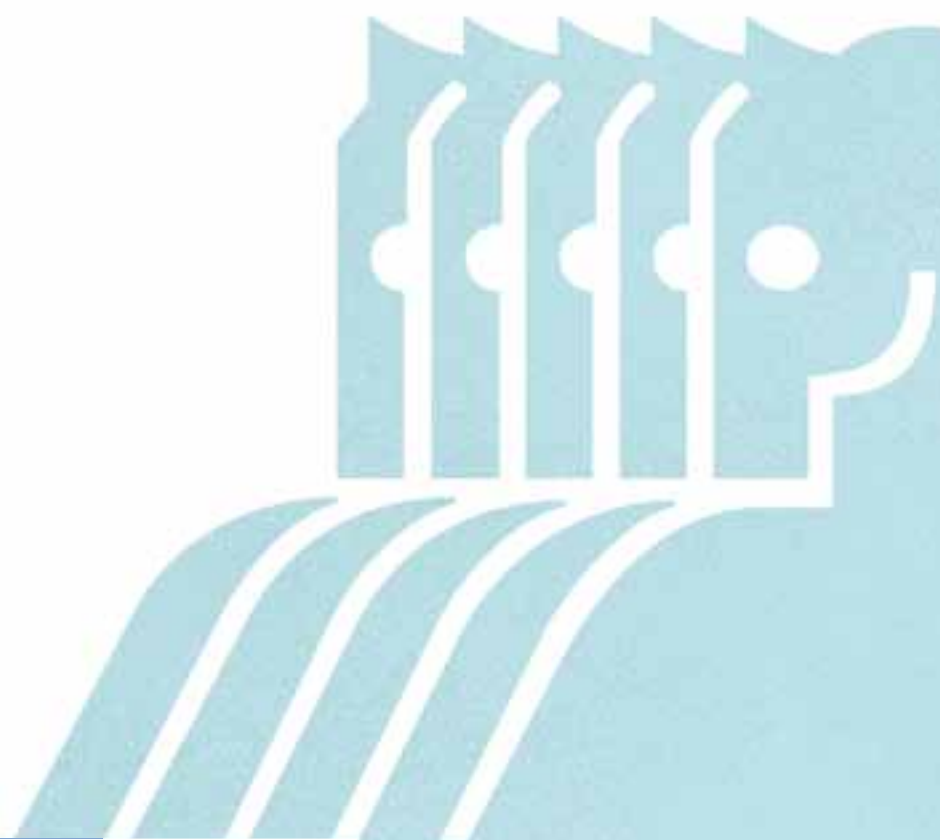
C /

12. EXPLICITAÇÃO FUNDAMENTADA  
DA DIVULGAÇÃO DE TODA  
A INFORMAÇÃO ATUALIZADA  
PREVISTA NA RCM Nº 49/2007,  
DE 28 DE MARÇO

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	Sim	Não	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	x			
Historial, Visão Missão e Estratégia	x			
Ficha síntese da empresa	x			
Identificação da Empresa:				
Missão, objetivos, políticas, obrig. serv. Púb.e modelo financ.	x			
Modelo Governo / Ident. dos órgãos sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	x			
Estatuto remuneratório fixado	x			
Remunerações auferidas e demais regalias	x			
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	x			
Outras transações	x			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Avaliação do cumprimento dos PBG	x			
Código de Ética	x			
Informação Financeira histórica e atual	x			
Esforço Financeiro do Estado	x			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	Sim	Não	N.A.	
Existência de Site	x			
Historial, Visão Missão e Estratégia	x			
Organigrama	x			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	x			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	x			
Identificação de comissões existentes na sociedade	x			
Identificar sistemas de controlo de riscos	x			
Remunerações dos órgãos sociais	x			
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transações fora das condições de mercado	x			
Transações relevantes com entidades relacionadas	x			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	x			
Provedor do cliente	x			





D /

OUTROS DEVERES DE INFORMAÇÃO



D /

1. EXPLICITAÇÃO DAS CONDIÇÕES  
E NÍVEIS DO CUMPRIMENTO  
DE ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS  
DE GESTÃO PREVISTOS NO ARTIGO  
11º DO DL Nº 300/2007

Para além das Orientações para o Setor Marítimo - Portuário que encontram tradução no Plano Estratégico do Porto de Sines, o Anexo I ao Contrato de Gestão para o mandato 2008-2010 define um conjunto de orientações estratégicas específicas e de objetivos de gestão com metas quantificadas.

As orientações estratégicas específicas encontram-se igualmente traduzidas no Plano Estratégico do Porto de Sines e são as seguintes:

#### **CONSOLIDAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO LANDLORD PORT**

Com a concessão do Terminal de Granéis Líquidos em 2008, a exploração comercial do Porto de Sines assumiu integralmente uma tipologia de *landlord port*. Do conjunto de instalações portuárias de Sines, apenas o Porto de Recreio continua a ser explorado e gerido diretamente pela autoridade portuária. Esta orientação específica coincide com um dos cinco objetivos do Plano Estratégico do Porto de Sines, no qual se incluem 15 projetos dos quais 14 (93%) já concluídos.

#### **DESENVOLVER A INFO-ESTRUTURA PORTUÁRIA**

No âmbito do Plano Estratégico do Porto de Sines, este objetivo integra 4 projetos, todos já concluídos. Não obstante, esta é uma área em que a empresa continua a apostar fortemente, conforme mais adiante se detalhará no ponto relativo aos principais projetos em desenvolvimento, aposta continuamente traduzida, de forma marcante, na execução do plano de investimentos.

#### **AUMENTAR A SEGURANÇA MARÍTIMA E PORTUÁRIA**

No âmbito do Plano Estratégico do Porto de Sines, este objetivo integra 10 projetos, 8 dos quais concluídos (80%). Tal como se refere a propósito do objetivo anterior, é igualmente uma área em que a empresa continua a apostar fortemente. Inclusivamente pode referir-se que são duas áreas com grande complementaridade já que uma boa parte do desenvolvimento da info-estrutura portuária é efetuado no sentido da melhoria da integração e da automação dos procedimentos de supervisão e de segurança portuária.

#### **CONSOLIDAÇÃO DO SANEAMENTO FINANCEIRO DA EMPRESA**

A consolidação dos resultados líquidos positivos da empresa que vêm sendo registados desde 2005 e o saneamento do passivo bancário efetuado em 2008 com recurso ao encaixe financeiro resultante da alienação dos equipamentos do Terminal de Granéis Líquidos, então concessionado, com a decorrente diminuição do pesado serviço da dívida até aí registado, permite afirmar que este é um objetivo já alcançado e que importa agora manter. Adicionalmente, em 2011 com a liquidação da última prestação do reembolso do empréstimo do BEI contratado no início da década de 90 para financiamento das obras de reabilitação do Molhe Oeste, o passivo bancário da empresa passou a ser nulo.

Quanto às metas fixadas para 2011 no âmbito do Plano de Atividades e Orçamentos, apresentam-se seguidamente os resultados atingidos:

Objetivo	Meta 2011	Resultado 2011	Grau de cumprimento (%)
Volume de negócios (m€)	30.635	30.897	100,86
Margem do EBITDA (ajustado da imputação de subsídios) (%)	47,1	48,7	103,40
Resultados Líquidos (m€)	8.450	8.371	99,07
ROACE (%)	2,89	2,88	99,65
Movimento de mercadorias (mT)	27.270	25.792	94,58
PMP (nº de dias)	37	32	115,63
Cumprimento do plano de investimentos (m€)	18.744	22.182	118,34
Eficiência (Custos Operacionais / EBITDA)	2,00	1,32	151,52

Nota: O valor da Margem do EBITDA realizado em 2011 apresentada neste quadro difere do valor do mesmo indicador apresentado nas páginas 24 e 90, dado que o EBITDA aqui utilizado se encontra deduzido da relevação anual dos subsídios ao investimento de modo a permitir uma adequada comparação com o valor da meta para 2011 que utilizou esta metodologia no seu cálculo.

Aplicadas as ponderações definidas para cada indicador no Contrato de Gestão para o mandato 2008/2010, o grau de cumprimento dos objetivos de gestão, tendo presentes as metas do Plano de Atividades e Orçamentos para 2011, foi de 103,32%.

D /

## 2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO NOS TERMOS DO DESPACHO Nº 101/2009 – SETF, DE 30 DE JANEIRO



Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09 - SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
<b>Procedimentos adotados em matéria de risco e medidas de cobertura respetiva</b>				
Diversificação de instrumentos de financiamento	x			
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			x	
Diversificação das entidades credoras	x			
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			x	
<b>Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes</b>				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			x	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			x	
Minimização da prestação de garantias reais	x			
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			x	
<b>Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa</b>				
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	x			
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			x	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	x			
<b>Inclusão nos R&amp;C</b>				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos		x		
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	x			
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			x	
<b>Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira</b>			x	

Sendo sempre uma matéria da maior importância no governo das sociedades, pode, no entanto, dizer-se que a gestão do risco financeiro na APS se encontra atualmente simplificada por força de acontecimentos de anos anteriores. Com efeito, relativamente ao passivo remunerado, o encaixe financeiro obtido em 2008 com a alienação do equipamento afeto à concessão do Terminal de Granéis Líquidos permitiu a liquidação, sem penalizações, da quase totalidade do passivo bancário da empresa. Subsistiu apenas o empréstimo contraído junto do BEI no início da década de 90 para financiamento da obra de reabilitação do Molhe Oeste, o qual foi totalmente liquidado em fevereiro de 2011. A liquidação antecipada do mesmo implicaria uma penalização contratual superior ao benefício decorrente da poupança de encargos. A taxa de juro fixa deste empréstimo é de 4,27%.

A APS tem no seu historial uma política de eficiente aproveitamento dos instrumentos de financiamento comunitário para os quais se constitui como entidade elegível, quer seja ao nível dos Programas Integrados nos Quadros Comunitários de Apoio ou do Quadro de Referência Estratégico Nacional quer seja ao nível dos programas de Iniciativa Comunitária, traduzida na obtenção de significativos subsídios ao investimento a fundo perdido. Embora com montantes bem menos expressivos, a estes acrescem os subsídios do capº 50º do Orçamento de Estado, pelo que o recurso a capitais alheios, se bem que tendo num passado recente atingido montantes muito expressivos, face aos pesados investimentos no desenvolvimento do porto, foi sempre efetuado pelo montante mínimo imprescindível para que os respetivos encargos pudessem ser cobertos pelos meios gerados pela exploração da empresa.

#### EVOLUÇÃO DO PASSIVO REMUNERADO E SEUS ENCARGOS

euros

DESCRIÇÃO	2011	2010	2009	2008	2007
Total de Empréstimos Bancários em 31/12	0	2.392.690	4.686.870	9.206.497	63.907.902
Juros	11.484	113.151	215.138	1.850.765	2.803.780
Outros Encargos	0	1.766	7.424	23.514	30.570
Taxa de Aval	672	6.625	12.351	18.341	23.061



D /

### 3. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP) EM CONFORMIDADE COM A RCM 34/2008, DE 22/2 E RESPETIVA ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELO DESPACHO Nº 9870/2009, DE 13/4

O Prazo Médio de Pagamentos tem apresentado uma descida continuada desde 2008, cumprindo a APS as metas definidas pelo Programa Pagar a Tempo e Horas, em conformidade com a RCM 34/2008, de 22/2 e respetiva alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13/4.

	2011	2010	2009
Prazo médio de pagamentos (dias)	32	38	39

D /

#### 4. DIVULGAÇÃO DE ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”) CONFORME DEFINIDOS NO DECRETO-LEI Nº 65-A/2011, DE 17 DE MAIO

No final do exercício de 2011 existiam as dívidas a fornecedores constantes do quadro seguinte. Chama-se a atenção, no entanto, para o facto de não serem dívidas naquela data exigíveis, pelos motivos descritos no mesmo quadro, e, desta forma, não se enquadrarem no previsto no nº 1 do artº 3º do Decreto-lei nº 65-A/2011, de 17 de maio. Esta informação foi publicada trimestralmente no portal web da empresa [www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt).

Tipo de encargos e compromissos nos termos do artigo 2.º DL n.º 65-A/2011	Após 90 dias	Após 120 dias	Após 240 dias	Após 360 dias	Observações
<b>Aquisições de bens e serviços</b>	<b>500,00</b>	<b>19.080,01</b>	<b>3.601,00</b>	<b>185.789,07</b>	
Ana Maria Nobre Viegas				7.988,17	Cheque devolvido pela ex-colaboradora
DIACAR de Fernando José Costa				3.285,59	Dívida não reconhecida
Gás Natural Fenosa				163.932,27	Valor reclamado por ser +- dobro do valor habitual sem razão que o justifique
Portugal dos Pequeninos				10.200,00	Trabalho não concluído
WATÉCNICA - Engª. Instal.				383,04	Dívida não reconhecida
CLT-Companhia Logística de Terminais		1.676,12	3.411,10		Faturas não aprovadas
Supertiago Supermercados, Ld.ª			189,90		Material devolvido - Aguarda emissão de NC
TELVENT Tráfico y Transporte		17.403,89			Aguarda RFI dos serviços fiscais do país de origem
LUSITANIA Companhia de Seguros	500,00				Dívida não reconhecida
<b>Aquisições de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.527,50</b>	<b>0,00</b>	
INDRA Sistemas Portugal, SA			17.527,50		Fatura não aprovada
Saldo em dívida (Total)	500,00	19.080,01	21.128,50	185.789,07	

D /

5. CUMPRIMENTO DOS DEVERES  
ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO,  
NOS TERMOS DO DESPACHO  
Nº 14277/2008, DE 23 DE MAIO

Durante o ano de 2011, foram cumpridos os deveres de informação junto da DGTF e IGF em matéria de Planos de Atividades e Orçamentos de Exploração e Investimentos, Relatórios Trimestrais de Execução e Cópias de Atas de Assembleias-gerais.

D /

## 6. DILIGÊNCIAS TOMADAS E OS RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2010

A APS deu cumprimento às diversas orientações do acionista, nomeadamente no que se refere a:

- Consulta à Comissão de Normalização contabilística sobre o registo contabilístico pelo concedente das infraestruturas portuárias relativas aos ativos adquiridos e/ou construídos pelos concessionários;
- Solicitação de avaliação do terreno da ZAL a uma entidade externa credenciada no sentido de ultrapassar as reservas emitidas na Certificação Legal de contas;
- Reformulação das demonstrações financeiras previsionais de 2011 tendo em conta os aspetos evidenciados pelo ROC e respetiva apresentação à tutela no prazo de 60 dias;
- Declaração sobre Política de Remuneração dos Órgãos Sociais e de Fiscalização da APS, SA.



D /

## 7. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS RELATIVAS A REMUNERAÇÕES

Através da Declaração sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da APS, emitida em 2011-05-10 pela Presidente da Comissão de Fixação de Remunerações da APS, foi declarado que, em 2011, até à eleição dos titulares dos órgãos sociais para novo mandato:

- a) Se mantêm inalteradas as remunerações fixas mensais ilíquidas, a abonar 14 vezes, aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Administração do Porto de Sines, SA, que foi fixada na Ata nº 1/2009, de 6 de julho, da Comissão de Fixação de Remunerações, sem prejuízo do disposto no nº 1 do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e no artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro bem como de outras reduções que venham a ser legalmente determinadas;
- b) Tal como previsto no artigo 172º da Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril (OE/2010), no artigo 29º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro (OE/2011), e no Despacho nº 5696-A/2010, de 25 de março de 2010, proferido pelo Senhor Ministro de Estado e das Finanças, deverá ser adotada uma política assente na contenção acrescida de custos no que toca à remuneração dos órgãos de administração, designadamente, não havendo lugar, durante o período de execução do Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, à atribuição de qualquer componente variável da remuneração.

No cumprimento desta declaração e das orientações superiores foram efetuadas as seguintes reduções remuneratórias:

	Cumprimento			Quantificação (euros)
	S	N	N.A.	
<b>Remunerações:</b>				
Órgãos Sociais – redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	x			23.840
Órgãos Sociais – redução de 5% por aplicação do art.º 12º da Lei n.º 12-A/2010	x			10.340
Revisor Oficial de Contas – redução remuneratória nos termos do art.º 22º da Lei 55-A/2010	x			2.070
Restantes trabalhadores – redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	x			510.602

D /

8. CUMPRIMENTO DA ORIENTAÇÃO  
CONSTANTE NO DESPACHO  
Nº 438/10 – SETF, DE 10 DE MAIO,  
RELATIVA ÀS NORMAS  
DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Parte C – Governo da Sociedade inclui no seu ponto 4 a avaliação do modo como foram aplicadas as normas de contratação pública, dando cumprimento a esta orientação.

D /

## 9. IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PREVISTAS NO PLANO DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO (PEC), AO NÍVEL DA RACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE APROVISIONAMENTO DE BENS E SERVIÇOS

No quadro da racionalização da política de aprovisionamento de bens e serviços, o Conselho de Administração aprovou no ano de 2010, a adesão da APS, S.A. ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) como entidade voluntária. No entanto, ainda não efetuou qualquer aquisição ao abrigo do mesmo por verificar que as condições aí obtidas, nomeadamente em termos de preço, não são competitivas face às condições oferecidas pelo mercado.

D /

## 10. CUMPRIMENTO DOS LIMITES MÁXIMOS DE ACRÉSCIMO DE ENDIVIDAMENTO DEFINIDOS PARA 2010 NO PLANO DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO (PEC)

Conforme decorre do mencionado no anterior ponto 2 desta Parte D. Outras Informações ao Acionista, nomeadamente quanto à evolução do passivo remunerado, considera-se cumprida esta recomendação, dado o endividamento bancário da empresa ser inexistente no final de 2011.



D /

11. CUMPRIMENTO DO PLANO  
DE REDUÇÃO DE CUSTOS,  
CONFORME DESPACHO  
Nº 155/2011-MEF, DE 28 DE ABRIL

Para cumprimento deste Plano, que obrigava a uma redução mínima de 15%, relativamente a 2009, no agregado das contas de Fornecimentos e Serviços Externos e de Gastos com Pessoal, foram adotadas várias medidas de racionalização, incluindo as que decorreram das orientações do acionista sobre remunerações de órgãos sociais e pessoal.

No final do exercício, a redução do valor dos FSE foi de aproximadamente 31% relativamente a 2010 e 30% face a 2009. Por sua vez, os Gastos com Pessoal registaram um decréscimo de aproximadamente 20% e 23% relativamente aos mesmos anos. Em conformidade, o agregado destes Gastos Operacionais reduziu-se cerca de 23% face a 2010 e 25% face a 2009, superando, assim, a meta definida nas orientações do acionista.

Para a obtenção destes resultados também contribuiu a alteração de política contabilística efetuada em 2011 que consistiu no registo da eletricidade adquirida para posterior revenda aos concessionários (1,14 milhões de euros) na conta 61 – CMVMC, ficando em FSE apenas a eletricidade adquirida para consumo próprio. Se, para meros efeitos de comparabilidade, o mesmo raciocínio fosse estendido aos exercícios de 2010 e 2009, ainda assim a redução de FSE atingiria 16% relativamente a 2010 e 13% face a 2009, enquanto que o agregado de FSE e Gastos com Pessoal se reduziria em cerca de 19 e 21%, respetivamente. No quadro seguinte, apresenta-se a evolução das principais rubricas englobadas nestas contas:

CUSTOS / GASTOS OPERACIONAIS	2009 (realizado)	2010 (realizado)	2010/2009 Var%	2011 (realizado)	2011/2010 Var%	2011/2009 Var%
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>4.725.082</b>	<b>4.846.109</b>	<b>2,6%</b>	<b>3.323.112</b>	<b>-31,4%</b>	<b>-29,7%</b>
Subcontratos	0	0	---	0	---	---
Serviços Especializados	644.812	521.274	-19,2%	412.978	-20,8%	-36,0%
Consultorias	0	0	---	0	---	---
Auditorias	0	0	---	0	---	---
Outros	644.812	521.274	-19,2%	412.978	-20,8%	-36,0%
Deslocações e estadias	66.167	63.356	-4,2%	30.054	-52,6%	-54,6%
Eletricidade	1.102.291	1.096.397	-0,5%	200.241	-81,7%	-81,8%
Combustíveis	125.103	184.855	47,8%	208.115	12,6%	66,4%
Água	208.370	203.236	-2,5%	137.453	-32,4%	-34,0%
Artigos para oferta	40	7.156	17790,0%	2.161	-69,8%	5302,5%
Rendas e alugueres	16.534	27.602	66,9%	43.001	55,8%	160,1%
Despesas de representação	24.418	28.250	15,7%	22.592	-20,0%	-7,5%
Comunicação	84.359	98.678	17,0%	95.907	-2,8%	13,7%
Seguros	100.594	120.541	19,8%	99.159	-17,7%	-1,4%
Transportes	147.040	147.521	0,3%	112.647	-23,6%	-23,4%
Comissões	5.903	4.751	-19,5%	17.012	258,1%	188,2%
Honorários	69.223	44.538	-35,7%	12.901	-71,0%	-81,4%
Conservação e reparação	990.004	1.279.346	29,2%	979.398	-23,4%	-1,1%
Publicidade e propaganda	344.433	244.246	-29,1%	181.245	-25,8%	-47,4%
Limpeza, higiene	392.994	361.543	-8,0%	309.832	-14,3%	-21,2%
Vigilância e segurança	249.233	242.263	-2,8%	245.682	1,4%	-1,4%
(FSE) Outros	153.564	170.556	11,1%	212.733	24,7%	38,5%
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>11.214.195</b>	<b>10.717.150</b>	<b>-4,4%</b>	<b>8.601.872</b>	<b>-19,7%</b>	<b>-23,3%</b>
<b>Órgãos sociais</b>	<b>362.783</b>	<b>342.307</b>	<b>-5,6%</b>	<b>268.436</b>	<b>-21,6%</b>	<b>-26,0%</b>
Remunerações fixas	309.265	271.700	-12,1%	226.961	-16,5%	-26,6%
Subsidio de refeição	8.980	5.198	-42,1%	5.162	-0,7%	-42,5%
Prémios de gestão	0	0	---	0	---	---
Outras remunerações	1.122	1.122	0,0%	420	-62,6%	-62,6%
Ajudas de custo	2.323	2.328	0,2%	2.410	3,5%	3,7%
Formação	0	1.128	---	50	-95,6%	---
Pensões e Planos Saúde	0	0	---	0	---	---
Encargos sobre remunerações	41.093	60.831	48,0%	29.726	-51,1%	-27,7%
Seguros acidentes no trabalho e doenças	0	0	---	0	---	---
Seguros de saúde	0	0	---	0	---	---
Seguros de vida	0	0	---	0	---	---
Indemnizações	0	0	---	0	---	---
Outros benefícios/gastos	0	0	---	0	---	---
Outros	0	0	---	3.707	---	---
<b>Pessoal</b>	<b>10.851.412</b>	<b>10.374.842</b>	<b>-4,4%</b>	<b>8.333.436</b>	<b>-19,7%</b>	<b>-23,2%</b>
Remunerações fixas	8.102.140	7.835.334	-3,3%	5.951.997	-24,0%	-26,5%
Subsidio de refeição	389.539	386.733	-0,7%	324.174	-16,2%	-16,8%
Prémios de gestão	0	0	---	0	---	---
Outras remunerações	166.864	154.630	-7,3%	141.335	-8,6%	-15,3%
Ajudas de custo	10.407	14.372	38,1%	7.403	-48,5%	-28,9%
Formação	66.383	32.778	-50,6%	27.923	-14,8%	-57,9%
Pensões e Planos Saúde	6.408	5.346	-16,6%	2.521	-52,8%	-60,7%
Encargos sobre remunerações	1.425.550	1.352.008	-5,2%	1.130.686	-16,4%	-20,7%
Seguros acidentes no trabalho e doenças	58.521	48.205	-17,6%	81.622	69,3%	39,5%
Seguros de saúde	30.204	35.016	15,9%	39.407	12,5%	30,5%
Seguros de vida	0	0	---	0	---	---
Indemnizações	0	0	---	274.675	---	---
Outros benefícios/gastos	0	0	---	0	---	---
Gastos de ação social	559.392	461.073	-17,6%	300.015	-34,9%	-46,4%
Outros	36.004	49.350	37,1%	51.677	4,7%	43,5%
<b>TOTAL FSE + Gastos com Pessoal</b>	<b>15.939.277</b>	<b>15.563.259</b>	<b>-2,4%</b>	<b>11.924.984</b>	<b>-23,4%</b>	<b>-25,2%</b>



D /

12. CUMPRIMENTO DO PREVISTO NO  
ARTIGO 17º DA LEI Nº 12-A/2010,  
DE 30 DE JUNHO, AO NÍVEL  
DO PRINCÍPIO DA UNIDADE  
DE TESOURARIA DO ESTADO

Depois de iniciados em 2010 os procedimentos inerentes à concretização deste princípio, nomeadamente através do pedido de abertura de conta junto do IGCP, e de resolvidos alguns problemas técnicos que impossibilitavam o seu eficiente cumprimento, foi possível no decorrer do exercício concretizar a sua aplicação.

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2011 - ANEXO À PARTE D. OUTROS DEVERES DE INFORMAÇÃO**

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			
	S	N	N.A.	
Objetivos de Gestão:				
Volume de negócios (m€)				
Margem do EBITDA (ajustado da imputação de subsídios) (%)				
Resultados Líquidos (m€)				
ROACE (%)				
Movimento de mercadorias (mT)				
PMP (nº de dias)				
Cumprimento do plano de investimentos (m€)				
Eficiência (Custos Operacionais / EBITDA)				
Gestão do Risco Financeiro	x			
Evolução do PMP a fornecedores	x			
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x			
Deveres Especiais de Informação	x			
Recomendações do acionista na aprovação de contas:				
Consulta à Comissão de Normalização Contabilística sobre o registo contabilístico pelo concedente das infraestruturas portuárias relativas aos ativos adquiridos e/ou construídos pelos concessionários;	x			
Solicitação de avaliação do terreno da ZAL a uma entidade externa credenciada no sentido de ultrapassar as reservas emitidas na Certificação Legal de contas;	x			
Reformulação das demonstrações financeiras previsionais de 2011 tendo em conta os aspetos evidenciados pelo ROC e respetiva apresentação à tutela no prazo de 60 dias;	x			
Declaração sobre Política de Remuneração dos Órgãos Sociais e de Fiscalização da APS, SA.	x			
Remunerações:				
Não atribuição de prémios de gestão	X			
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X			
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 22º da Lei 55-A/2010	X			
Restantes trabalhadores - redução remuneratórianos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X			
Contratação Pública:				
Normas de contratação pública	x			
Normas de contratação pública pelas participadas			x	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	x			
Limites de Crescimento do Endividamento	x			
Plano de Redução de Custos:				
Gastos com pessoal	x			
Fornecimentos e Serviços Externos	x			
Princípio da Unidade de Tesouraria	x			

	Quantificação	Justificação/Comentários
	100,86%	A quantificação do nível de cumprimento dos objetivos de gestão tem por base a comparação com a meta definida no Plano de Atividades e Orçamento 2011. Aplicadas as ponderações definidas para cada indicador no Contrato de Gestão para o mandato 2008/2010, o grau de cumprimento dos objetivos de gestão, tendo presentes aquelas metas, foi de 103,32%.
	103,40%	
	99,07%	
	99,65%	
	94,58%	
	115,63%	
	118,34%	
	151,52%	
	Não aplicável	Ver quadro inserido no ponto 2. da parte D. Outros Deveres de Informação do Relatório de Gestão e Contas. Apenas a alínea relativa à divulgação da taxa média de financiamento se considera não ter sido cumprida por se considerar não relevante face ao tipo de empréstimos obtidos (nos últimos 3 anos, exclusivamente um empréstimo contraído no início da década de 90 junto do BEI)
	- 6 dias	Ver quadro inserido no ponto 3. da parte D. Outros Deveres de Informação do Relatório de Gestão e Contas. O PMP no final de 2011 reduziu-se em 6 dias relativamente ao final do ano anterior (38 contra 32 dias).
	226.497,58 €	Este valor corresponde a dívidas a fornecedores que se consideram nem líquidas nem exigíveis em 31/12/2011, e, desta forma, não se enquadram no previsto no nº 1 do artº 3º do Decreto-lei nº 65-A/2011, de 17 de maio.
		Parte D. Outros Deveres de Informação do Relatório de Gestão e Contas.
	100,00%	Efetuada a consulta à Comissão de Normalização Contabilística. As respetivas recomendações foram conhecidas no início de 2012 e serão implementadas neste exercício.
	100,00%	Efetuada a avaliação e contabilizados os efeitos resultantes da mesma.
	100,00%	Efetuada a reformulação das demonstrações financeiras previsionais, de acordo com os aspetos evidenciados pelo ROC, exceto no que se refere aos que decorrem da consulta à Comissão de Normalização Contabilística constante da primeira recomendação do acionista
	100,00%	Em 2011/05/10 foi emitida a Declaração sobre Política de Remuneração dos Órgãos Sociais e de Fiscalização da APS, SA.
	Não aplicável	
	23.840 €	
	10.340 €	
	2.070 €	
	510.602 €	
	Não aplicável	A APS é uma sociedade que atua exclusivamente no âmbito dos setores especiais (portos) pelo que, nos termos do art. 7º do CCP, apenas está sujeita aos procedimentos nele previstos para contratos de valor superior aos respetivos limiares comunitários. Não obstante, dispõe de procedimento interno específico, aprovado no âmbito do seu Plano de Qualidade, que, abaixo desses limiares, assegura a transparência, não discriminação e concorrencialidade dos procedimentos de adjudicação. Este procedimento foi elaborado para cumprimento do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Dec.-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, que transpôs, designadamente, a Diretiva 2004/17/CE, aplicável aos setores especiais.
	Não aplicável	
	0,00%	A empresa aderiu no ano de 2010 ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) como entidade voluntária. No entanto, ainda não efetuou qualquer aquisição ao abrigo do mesmo por verificar que as condições aí obtidas, nomeadamente em termos de preço, não são competitivas face às condições oferecidas pelo mercado.
	-	A empresa não tinha passivo remunerado no final de 2011.
	-23,3%	No conjunto dos Gastos com Pessoal e FSE a redução face a 2009 foi de 20,7%, conforme quadro do ponto 11 da parte D. Outros Deveres de Informação do Relatório de Gestão e Contas.
	-13,2%	
	36,90%	Ultrapassados alguns problemas técnicos na ligação ao IGCP que obviaram à mais célere aplicação deste princípio, no final de 2011 a conta junto desta entidade era já a que detinha isoladamente um maior montante de disponibilidades da empresa. Este processo de transferência dos bancos comerciais continuou e consolidou-se no início de 2012.







E /

# RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO FISCAL

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO  
DE 2011 DA APS - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES, S. A.

Lisboa, 9 de maio de 2012

Nos termos da alínea c) do artigo 16.º dos Estatutos da APS - Administração do Porto de Sines, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de novembro, com as alterações decorrentes na Assembleia Geral realizada em 18 de abril de 2008, conjugada com a alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório anual, sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2011.

A APS, S.A, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, regendo-se pelos estatutos aprovados pelo mencionado Decreto-Lei n.º 337/98, tendo por objecto a administração do Porto de Sines, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento.

O presente Relatório incorpora a avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como a apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa, nos termos do previsto no ponto 17 dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março.

O Revisor Oficial de Contas PRICEWATERHOUSECOOPERS&ASSOCIADOS – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas emitiu a respectiva Certificação Legal das Contas que se anexa.

No âmbito das suas competências, definidas pelo artigo 16.º dos Estatutos da APS, S.A., na sua actual redacção, bem como do artigo 420.º do CSC, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da gestão da APS, S.A., através, fundamentalmente, da análise da documentação de prestação de contas que lhe foi disponibilizada e da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, bem como de documentos anexos a essas actas, solicitados por este Conselho.

Foram, ainda, realizadas reuniões com o Conselho de Administração, a Direção Financeira e Económica e o Revisor Oficial de Contas, tendo sido prestados todos os esclarecimentos solicitados.

Este Conselho reuniu, periodicamente, com a presença de todos os seus membros, tendo as suas considerações sido registadas nas actas que estão arquivadas na APS, S.A..

Realça-se, igualmente, a produção, em 2011, de três relatórios trimestrais para acompanhamento da actividade da Sociedade, elaborados tendo por base, quer os relatórios produzidos pelo Conselho de Administração, quer os Relatórios Trimestrais do Revisor Oficial de Contas, dos quais foi dado conhecimento ao Conselho de Administração e ao Acionista Estado.

### III – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011

---

O Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2011, apresentado pelo Conselho de Administração, evidencia de forma adequada a atividade e ações desenvolvidas pela APS, S.A., nele se compreendendo as ações desenvolvidas para cumprimento dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado e das orientações estratégicas e objetivos de gestão definidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 27 de março.

O Relatório cumpre os requisitos previstos no artigo 13.º-A do Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 558/98, de 17 de dezembro, na sua atual redação, no artigo 66.º do CSC e no ponto 29 dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, encontrando-se as análises nele efetuadas coerentes com a posição financeira, o desempenho económico e os fluxos de caixa evidenciados nas demonstrações financeiras e integrando capítulos individualizados relativamente ao governo da sociedade e a outros deveres de informação.

No Relatório é destacado que, apesar da retração da economia nacional, a movimentação de mercadorias, num total de 25.792,15 Kton, apresentou um crescimento de 1,1 %, em relação ao registado em 2010.

Neste âmbito, é referido que se verificou a continuação da tendência de aumento do porte médio dos navios que escalam o Porto de Sines, sendo um dos poucos portos europeus a receber navios de última geração e com ligações regulares ao mercado asiático, norte-americano e sul-americano, tendo em 2011 dado início ao serviço regular para o Brasil.

Na obtenção dos resultados verificados teve papel preponderante o desenvolvimento do Terminal de Contentores, pela concessionária PSA Sines, perspectivando-se que o Porto de Sines venha a ser o maior porto nacional de contentores.

Relativamente aos investimentos efetuados da responsabilidade da APS, S.A., no montante global de 22.182 mil euros, destacando-se os relacionados com as obras da 2.ª fase de ampliação do Molhe Leste, os quais representaram 92% daquele total. Importa referir que 98,8% destes investimentos, no montante de 21.925 mil euros, foram realizados através de autofinanciamento.

No ano de 2011, a APS, S.A., obteve resultados líquidos no montante de 8.371 mil euros, representando uma variação positiva de 38,8% face ao ano anterior, o que demonstra a sua capacidade para gerar resultados.

Os resultados operacionais e o EBITDA foram, respetivamente, nos montantes de 8.962 mil euros e de 22.443 mil euros, revelando acréscimos de 50,0% e de 8,1% face ao ano anterior. Para estas variações contribuiu a redução do agregado dos Fornecimentos e serviços externos e Gastos com o Pessoal, 20,7 % face ao verificado em 2009 e 18,7% face a 2010, uma vez que os Proventos operacionais registados em 2011 são praticamente idênticos aos de 2010. Neste âmbito, importa referir que as taxas das concessões e dos licenciamentos não sofreram atualizações.

Em relação à estrutura financeira e patrimonial, entre 2011 e 2010, verificou-se um aumento do capital próprio em 1.976,0 mil euros (0,64%), do Ativo em 3.446,3 mil euros (0,88%) e do Passivo em 1.470,3 mil euros (1,79%).

Salienta-se, ainda, que a estrutura financeira continua equilibrada, evidenciada, designadamente pelos rácios de solvabilidade (3,71), autonomia financeira (78,8%) e liquidez (1,79) e que em fevereiro de 2011 foi liquidada a última prestação de reembolso de um empréstimo contraído junto do BEI, não se verificando, assim, qualquer financiamento no final do ano.

No que se refere ao plano de investimento a execução foi de 22.181,5 mil euros, cujo financiamento foi praticamente assegurado por recurso a autofinanciamento, tal como já foi referido.

Nos termos do disposto no Programa Pagar a Tempo e Horas, aprovado pela RCM n.º 34/2008, de 14 de Fevereiro, o prazo médio de pagamentos apresentado pela APS, S.A., em 31 de Dezembro de 2011 foi de 32 dias, o que consubstancia uma redução face ao verificado no ano anterior, 38 dias.

É, ainda, realçada no Relatório a prossecução da política de qualidade, tendo sido renovadas as certificações nos Sistemas de Gestão da Qualidade, de Gestão Ambiental e de Gestão da Segurança e Saúde no trabalho, bem como a inclusão de todos os processos operacionais da sociedade no plano de prevenção de riscos de compliance.

#### IV – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES TRANSMITIDAS PELO ACIONISTA, ATRAVÉS DO OFÍCIO CIRCULAR N.º 653/2012, DE 25 DE JANEIRO, DA DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

---

No âmbito do disposto no artigo 420.º do CSC, declara este Conselho Fiscal que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a APS, S.A., deu cumprimento às orientações legais vigentes para o SEE, designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias previstas nos artigos 19.º e 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, aplicáveis às remunerações dos órgãos sociais, de gestão e de fiscalização, e dos restantes colaboradores.

Quanto aos objetivos de gestão e respetivas metas, previstos no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, na sua atual redação, refere-se que não foram objeto de contractualização entre as tutelas e a sociedade para o exercício de 2011.

Neste âmbito, pode referir-se que no contrato de gestão para o mandato 2008-2010 foi definido um conjunto de orientações estratégicas específicas, as quais estão traduzidas no Plano Estratégico do Porto de Sines que se prolonga até 2015. Neste plano foram definidos 5 objetivos, contendo 19 linhas de ação e 55 projetos de execução, dos quais 38 estão concluídos.

No que se refere à gestão do risco financeiro, prevista no Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, importa salientar que, no final de 2011, não existe passivo financeiro e que os investimentos nesse ano foram praticamente efetuados por recurso ao autofinanciamento.

Relativamente à evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, conforme estipula a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, e atento o Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, em 2011 foi de 32 dias, em 2010 de 38 dias e em 2009 de 39 dias, o que evidencia uma descida continuada deste indicador.

Quanto à divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arreas”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, salienta-se que a sociedade no seu portal informa que não dispõe de faturas, aceites e aprovadas, por pagar há mais de 90 dias.

No que respeita aos deveres especiais de informação a reportar à DGTF e à IGF, conforme determina o Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio, e mais concretamente aos documentos diretamente acompanhados por este Conselho Fis-

cal, a APS, S.A, apenas deu cumprimento ao respetivo envio à DGTF. Neste âmbito, recorda-se que o Plano de Atividades e Orçamento para 2011, apresentado no final do ano, não chegou a ser objeto de aprovação por parte do acionista.

Quanto às diligências tomadas e aos resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidos aquando da aprovação das contas de 2010, destaca-se a referente à consulta à Comissão de Normalização Contabilística (CNC) sobre o registo contabilístico pelo concedente das infra-estruturas portuárias relativas aos ativos adquiridos e/ou construídos pelos concessionários, a A.P.S, S.A., colaborou com a Associação de Portos de Portugal e as restantes Administrações Portuárias, tendo em vista a obtenção do parecer da CNC, o qual foi emitido em Janeiro de 2012, e objeto de entendimentos quanto à respetiva aplicação. De acordo com o referido parecer os concedentes devem proceder ao reconhecimento dos ativos em causa nas suas demonstrações financeiras. Neste sentido, e face à data em que foi conhecido o mencionado parecer da CNC, foi entendido, em conjunto com as restantes Administrações Portuárias, que a implementação dos procedimentos indicados pela CNC apenas ocorreria em 2012, não tendo este Conselho Fiscal levantado qualquer objeção.

No que diz respeito às orientações relativas às normas de contratação pública, transmitidas através do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, a A.P.S, S.A., publica as adjudicações no portal dos contratos públicos e, nalguns casos, no Jornal Oficial da União Europeia.

No que se refere a endividamento, definido no Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril, salienta-se que era inexistente no final em 2011.

Quanto ao Plano de Redução de Custos, verifica-se que a variação, entre 2011 e 2009, da redução de custos do agregado Fornecimentos e serviços externos e Gastos com o pessoal atinge 20,7%, variação esta superior aos 15% indicados no mencionado Despacho n.º 155/2011-MEF.

Por último, refere-se que no final do ano a APS, S.A, já dispunha de conta aberta junto do IGCP e que não detinha qualquer aplicação financeira.

## V – AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO INDIVIDUAL DOS GESTORES

Determina o previsto no ponto 17 dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que o Conselho Fiscal emita anualmente um relatório sobre a avaliação de desempenho dos gestores executivos.

O atual Conselho de Administração da Administração do Porto de Sines, S.A., foi nomeado em Assembleia-Geral anual realizada em 18 de abril de 2008, para o triénio de 2008-2010, encontrando-se em gestão corrente desde 31 de dezembro de 2011.

Nesta sequência, considerando que para o ano de 2011 não foram atribuídos objetivos pelo acionista Estado aos membros do Conselho de Administração da APS, S.A., e não sendo possível a identificação de elementos diferenciadores que permitam a este órgão de fiscalização avaliar de forma qualitativa e quantitativa o desempenho e mérito individual dos administradores, entende o Conselho Fiscal que a avaliação do desempenho será apreciada coletivamente, tendo por base os indicadores, e respetivas ponderações, definidos no Contrato de Gestão para o mandato de 2008/2010, e as metas fixadas no Plano de Atividades e Orçamento para 2011.

Desta forma, considerando os dados evidenciados no Relatório de Gestão e Contas de 2011, verifica-se que o grau de cumprimento dos objetivos de gestão fixados para 2010 foi de 103,3%, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Indicadores	Ponderação	Ano de 2011			
		Meta 2011	Resultado 2011	Taxa de Atingimento	Taxa de Atingimento ponderado
Volume de negócios (m€)	10,0%	30.635	30.897	100,86%	10,1%
Margem EBITDA (ajustado da imputação de subsídios) %	18,7%	47,10	48,70	103,4%	19,3%
RL (m€)	21,3%	8.450	8.371	99,1%	21,1%
ROACE %	10,0%	2.89*	2,88	99,65%	10,0%
Mov. Mercadorias (mT)	25,0%	27.270	25.792	94,6%	23,6%
PMP (dias)	8,0%	37	32	115,6%	9,3%
Grau de cumprimento do Plano de Investimentos (m€)	2,0%	18.744	22.182	118,3%	2,4%
Eficiência	5,0%	2	1,32	151,5%	7,6%
Taxa de cumprimento	100,0%				103,3%

\* Salienta-se que no cálculo deste valor não foi tido em conta o valor dos subsídios ao investimento

É ainda de realçar o seguinte:

- A APS, S.A., tem desenvolvido o Plano de Atividades e Investimento, assente em princípios de equilíbrio económico-financeiro;
- A APS, S.A., apresenta anualmente o Relatório de Sustentabilidade da Empresa;
- A APS, S.A., tem obtido resultados operacionais líquidos sustentados e positivos.

A ver pelos resultados alcançados, que permitiram atingir um Volume de Negócios de cerca de 30,9 M€, mais 0,3 % do que o alcançado em 2010, e de cerca 8,4 M€ de Resultados Líquidos, é parecer do Conselho Fiscal da APS, S.A., que o desempenho do Conselho de Administração no exercício de 2011 é globalmente positivo.



## VI - APRECIÇÃO GLOBAL DAS ESTRUTURAS E DOS MECANISMOS DE GOVERNO (N.º 17 DO ANEXO À RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 49/2007)

---

Em cumprimento do previsto no Código das Sociedades Comerciais, em Assembleia - Geral Anual realizada em 18 de abril de 2008, foi assegurada a transição para o novo modelo de fiscalização das sociedades, através da alteração dos Estatutos da APS, S.A.. Assim, a fiscalização da sociedade passou a ser da competência de um Conselho Fiscal e de uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Desta forma, a estrutura de governo da sociedade passou a adoptar a modalidade de Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e SROC, cujos membros dos respectivos órgãos, eleitos para o mandato 2008-2010 e ainda em exercício, estão devidamente identificados no Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2011, conforme com as exigências legais.

No que se refere ao cumprimento das obrigações estabelecidas nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, realça-se a inclusão no Relatório de Gestão e Contas do Exercício de uma avaliação ao grau de cumprimento destes princípios, de um capítulo específico sobre o “Governo da Sociedade” e de informação relativa à forma como foi cumprida a política de responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável.



Na Certificação Legal de Contas o ROC formula as seguintes reservas:

- O efeito nas demonstrações financeiras da não relevação contabilística das infra-estruturas portuárias adquiridas ou construídas pelos concessionários em activos fixos tangíveis, tendo apenas a Empresa procedido à sua divulgação em Nota do Anexo às Demonstrações Financeiras, salientando porém a referência em Nota do Anexo às Demonstrações financeiras que a A.P.S, S.A., passará a incorporar aquela informação nas suas contas, na sequência de consulta à Comissão de Normalização Contabilística;
- O efeito nas demonstrações financeiras da classificação de um terreno como ativo fixo tangível, em vez de propriedade de investimento, levando à sobrevalorização da primeira das rubricas em 2,211 milhões de euros e uma subvalorização da segunda em igual montante.

A Certificação Legal inclui ainda um ênfase decorrente da apresentação no âmbito da Certificação Legal das Contas de 2010 de uma reserva relacionada com o eventual efeito nas demonstrações financeiras resultante da imparidade, reconhecida no exercício, no montante de 1,948 milhões de euros, conferida ao terreno utilizado pela ZAL, em virtude da avaliação do mesmo ter sido efetuada em 2007, considerando que com a avaliação realizada em 2011, que conduziu a um apuramento de uma perda por imparidade de 2,289 milhões de euros e o consequente reforço dos Ajustamentos por perdas por imparidade em 0,341 milhões de euros, aquela reserva já não é aplicável.

Sem prejuízo dos efeitos das situações que motivaram a formulação das mencionadas reservas, o ROC entende que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade em 31 de Dezembro de 2011, bem como que a informação financeira constante no Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Tendo em conta os elementos disponibilizados, bem como o teor da Certificação Legal das Contas, com o qual este Órgão expressa a sua concordância, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, entende este Conselho Fiscal ser de referir o seguinte:

- No que respeita à não relevação contabilística das infra-estruturas portuárias refere-se que a A.P.S, S.A., colaborou com a Associação de Portos de Portugal e as restantes Administrações Portuárias, tendo em vista a obtenção do parecer da CNC, o qual foi emitido em Janeiro de 2012. De acordo com o referido parecer os concedentes devem proceder ao reconhecimento dos ativos em causa nas suas demonstrações financeiras. Neste sentido, a A.P.S, S.A, entendeu, em conjunto com as restantes Administrações Portuárias, que a implementação dos procedimentos indicados pela CNC fica prejudicada nas contas de 2011, em virtude da data de conhecimento das mesmas, pelo que a referida implementação apenas ocorrerá em 2012, não levantando este Conselho Fiscal qualquer objeção.
- Quanto à questão da contabilização do terreno como Activo Fixo Tangível em vez de Propriedade de Investimento, salienta-se que a mesma não tem reflexo nos Resultados, no total do Activo e nos Capitais Próprios.

Face ao antedito, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, conclui que o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2011 responde às exigências legais aplicáveis, relevando a situação da Sociedade, pelo que é de parecer que sejam aprovados:

- a) O Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2011 apresentado pelo Conselho de Administração da APS – Administração do Portos de Sines, S.A.;
  - b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2011 de:
- 10% para reserva legal (837.066,24 €)
  - 45% para dividendos a distribuir (3.766.798,07 €)
  - 45% para reservas livres (3.766.798,06 €).

Finalmente, manifestamos o nosso apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração, da Direção Financeira Económica e restantes colaboradores da Sociedade, bem como do Revisor Oficial de Contas.

Em 9 de maio de 2012

A Presidente do Conselho Fiscal,

(Ana Paula Azurara)

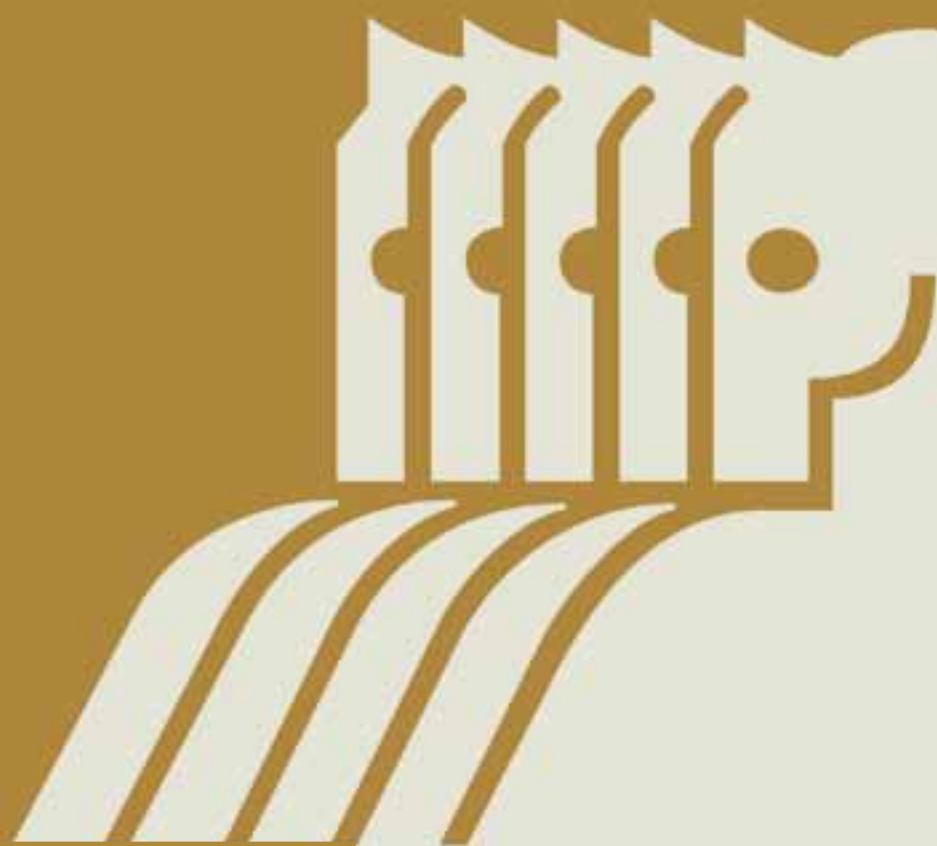
Os Vogais do Conselho Fiscal,

(Teresa Morais)

(Dino Santos)

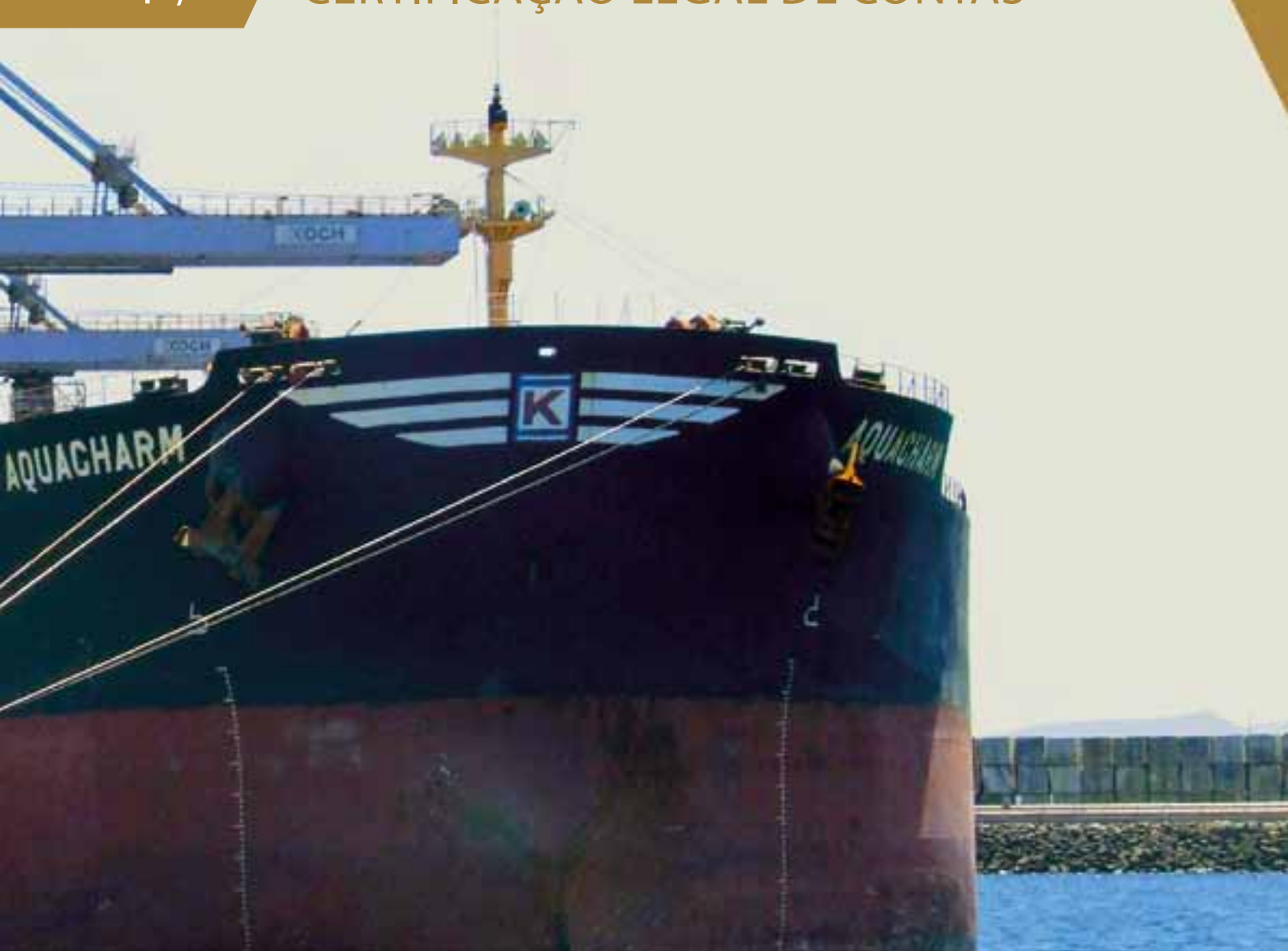






F /

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





## **Certificação Legal das Contas**

### **Introdução**

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Administração do Porto de Sines, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de €395.154 milhares de euros e um total de capital próprio de €311.338 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de €8.371 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo/a (Conselho de Administração, Direção ou Gerência), utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*

*Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal*

*Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.com/pt](http://www.pwc.com/pt)*

*Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscreta na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Reservas**

7 A Empresa não procedeu à relevação contabilística das infraestruturas portuárias das concessões de serviço público e concessões e licenças de uso privativo, adquiridas ou construídas pelos concessionários, tendo, à semelhança do exercício de 2010, apenas procedido à sua divulgação na Nota 23 do Anexo às Demonstrações financeiras. Estes bens são reversíveis para a APS no final das respetivas concessões, que deste modo mantêm o controlo sobre o interesse residual dos mesmos, pelo que deveriam estar registados no Ativo da APS. Conforme referido na Nota 23 do Anexo às Demonstrações financeiras, na sequência do processo de consulta à Comissão de Normalização Contabilística que emitiu um parecer em Janeiro de 2012, a APS passará futuramente a integrar nas suas contas a relevação contabilística daquelas infraestruturas portuárias.

8 Encontra-se registado na rubrica de Ativo Fixo Tangível um terreno, cujo valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2011 ascende a €2.211 milhares (líquido de imparidades no valor de €2.289 milhares; 2010: €1.948 milhares), o qual, tendo por base o objecto da sua desafecção e características de utilização, em nosso entender deveria estar classificado como Propriedade de Investimento. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2011 as rubricas de Ativo Fixo Tangível e Propriedades de Investimento encontram-se sobreavaliadas e subavaliadas por €2.211 milhares (2010: €2.552 milhares).

### **Opinião**

9 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das situações referidas nos parágrafos nºs 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Administração do Porto de Sines, SA em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

10 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

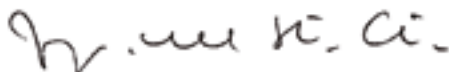


### ***Ênfase***

11 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo nº 9 acima, chamamos a atenção para o facto de a Certificação Legal das Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, incluir uma reserva por não nos ter sido possível concluir acerca dos eventuais efeitos nas demonstrações financeiras daquele exercício, do reconhecimento por contrapartida de resultados de uma perda por imparidade no montante de €1.948 milhares, para um terreno registado no Ativo Fixo Tangível pelo valor de €4.500 milhares, tendo por base uma avaliação efetuada em 2007. Tendo por base uma avaliação efetuada em 2011, foi identificada uma perda por imparidade no valor de €2.289 milhares, tendo a APS procedido ao reforço dos Ajustamentos por perdas por imparidade, por contrapartida de resultados do exercício de 2011 (€341 milhares). Assim, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não sendo significativo o efeito do referido reforço nos resultados de 2011, a referida reserva já não é aplicável.

3 de maio de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.







## ADENDA - APLICAÇÃO DE RESULTADOS





Diversamente do proposto pelo Conselho de Administração e no uso dos poderes legais e estatutários, a Assembleia Geral de 22 de Maio de 2012 aprovou a seguinte aplicação do resultado líquido apurado, de 8.370.662,37€:

Reservas Legais – 10%	837.066,24€
Resultados transitados – 40%	3.348.264,94€
Distribuição de lucros – 50%	4.185.331,19€

## **RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011**

### **EDIÇÃO:**

APS - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES, S.A.

**DESIGN:** Milideias, comunicação visual, Lda.

—

### **APS - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES, S.A.**

Apartado 16, EC Sines, 7521-953 SINES - Portugal

TEL. +351 269 860 600 / FAX. +351 269 860 690

E-MAIL. [geral@portodesines.pt](mailto:geral@portodesines.pt)

[www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt)

NIPC 501 208 950 | SOCIEDADE ANÓNIMA

CAPITAL SOCIAL 80 MILHÕES DE EUROS MATRÍCULA C.R.C SINES

N. DL: 346868/12



**ZALSINES**  
Zona de Actividades Logísticas de Sines



JANELA ÚNICA PORTUÁRIA

**cartão único portuário**